



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

MURILO SABBAG MORETTI

**VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Presidente Prudente – SP
2024



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

MURILO SABBAG MORETTI

**VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Tese de Doutorado, apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. – Área de concentração: Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Lúcia Dias

371.3
M845v Moretti, Murilo Sabbag.
 Violência contra crianças e a formação continuada
 de professores do ensino fundamental I. / Murilo Sabbag
 Moretti. – Presidente Prudente, 2024.
 114 f.: il.

 Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do
 Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP,
 2024.

 Bibliografia.
 Orientadora: Prof^a. Dra. Carmen Lúcia Dias.

 1. Ensino fundamental. 2. Formação de professores.
 3. Violência contra criança. I. Título.

MURILO SABBAG MORETTI

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Tese de Doutorado, apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. – Área de concentração: Educação.

Presidente Prudente, 05 de abril de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Lúcia Dias
Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE
Presidente Prudente – SP

Profa. Dra. Camélia Santana Murgio
Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE
Presidente Prudente – SP

Profa. Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen
Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE
Presidente Prudente – SP

Profa. Dra. Juliana Aparecida Matias Zechi
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP
Presidente Epitácio – SP

Profa. Dra. Rita Melissa Lepre
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Bauru - SP

DEDICATÓRIA

Às crianças, alegria do meu cotidiano, especialmente, àquelas que não puderam viver a infância na inocência e na plenitude que deve ser vivida e foram machucadas de qualquer forma por aqueles que deveriam oferecer cuidado e proteção.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por poder começar os meus dias com a alegria e o sorriso de uma criança, que mesmo doente, transmite mais do que se possa imaginar.

À minha orientadora, professora Dra. Carmen Lucia Dias, por me acolher e acolher o tema com o qual tenho profundo prazer em trabalhar. Pela paciência, pelo cuidado, pelas horas dispensadas à minha tese, minha gratidão.

À chefe do Departamento de Pediatria da UNOESTE e Hospital Regional de Presidente Prudente, Elza Akiko Natsumeda Utino, pelo incentivo, apoio desmedido e por ser exemplo de força e dedicação à Pediatria e à docência.

À professora Selma Alves de Freitas Martin, pelo exemplo de dedicação e luta pelas crianças e a todos os professores, que muito mais do que ensinar, são responsáveis por formar cidadãos preenchidos de valores morais e éticos.

Aos meus alunos e residentes que me fazem diariamente renovar as forças e as energias para o exercício da Medicina e o ensino da Pediatria.

Finalmente, aos meus colegas de profissão, amigos e familiares por todo o apoio, mesmo que silencioso.

“Os pediatras falam com Deus... Em Medicina, somente quem tem muito amor a dar, escolhe pediatria como especialidade. Os pediatras, diz a lenda, falam com Deus. Fazem seu diagnóstico através de uma semiótica ainda púbere, retirada da áurea dos anjos ou do gesto incipiente do simbólico balbucio. Estes especialistas prescindem da fala para o diagnóstico, viajam além dos olhos, têm a leveza do beijar e a mão é pluma que cai, transformando o gesto em tolerância e carícia. Na criança, a dor, a mímica, a careta, o riso, o choro, a cor, o sabor, a lágrima têm uma interpretação fora dos tratados da semiologia tradicional. E somente quem tem n'alma a permissão e o endosso de Deus, pode examinar a leveza do gesto, a complacência do olhar, a permissividade do sorriso, a mudez transitória, para conhecer na criança, a certeza do diagnóstico e da terapêutica. Bastaria esta graça, este império de decência para colocar o pediatra bem mais perto de Deus. Amém!”

José Teles - Academia Cearense de Letras

RESUMO

Violência contra crianças e a formação continuada de professores do Ensino Fundamental I

Esta tese foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista, na linha de pesquisa “Formação e ação do profissional docente e práticas educativas”. Os profissionais da Educação e a escola são extremamente importantes para o reconhecimento e o enfrentamento da violência contra crianças, tanto dentro quanto fora dela, podendo colaborar com a prevenção e minimização deste problema. Este tema, porém, é negligenciado na formação inicial e continuada dos profissionais da Educação, colaborando com a perpetuação destas situações. Utilizando-se do aporte teórico da formação de professores, do desenvolvimento da autonomia moral como forma de construção de valores éticos e morais contrários a violência, em especial, contra a criança, o objetivo desta pesquisa foi desenvolver e avaliar um modelo de intervenção voltado a professores do Ensino Fundamental I que auxilie na prevenção, identificação e encaminhamento de casos de violência, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Neste sentido, trata-se de uma pesquisa do tipo intervenção, em que um programa de formação composto por dez sessões acerca do tema foi desenvolvido e aplicado com professores articuladores do Ensino Fundamental I de escolas municipais do interior paulista. Para a verificação da eficácia do programa, foi constituído um Grupo Controle, formado por professores orientadores pedagógicos do Ensino Fundamental I, que não participaram da intervenção. A mensuração dos efeitos da intervenção foi feita por meio de um questionário estruturado, adaptado de uma pesquisa anterior realizada pelo proponente desta investigação, aplicado como pré e pós-testes da intervenção. Tal instrumento foi submetido ao processo Validação de Conteúdo por meio da análise de juízes com notório saber na área. Posteriormente, foi realizado um grupo focal com dez professores participantes da intervenção. Os resultados dos questionários foram analisados de forma quantitativa comparando os itens do pré e do pós-testes e contrastando-os com os indicadores obtidos no Grupo Controle. Observou-se que apesar de os professores da rede municipal da cidade já possuírem um bom conhecimento anterior sobre o tema, houve uma melhora do pós-teste em relação ao

pré-teste no Grupo Intervenção, no que diz respeito às respostas esperadas, o que não foi observado no Grupo Controle. Notou-se que em determinados itens não houve mudança, reforçando que os professores ainda se utilizam do senso comum como base de conhecimento. O conteúdo do grupo focal foi analisado de forma qualitativa por meio da análise textual discursiva. Esta pesquisa conclui, portanto, sua tese principal, que uma intervenção de médio prazo com professores pode fornecer a eles os subsídios necessários para o enfrentamento da violência contra a criança, possibilitando que estes estejam adequadamente preparados para trabalhar com prevenção e reconhecer e lidar com os casos de violência, colaborando para a minimização deste problema ainda muito presente dentro e fora da escola.

Palavras-chave: violência; criança; autonomia moral; formação de professores; ensino fundamental I.

ABSTRACT

Violence against children and the continuing education for teachers of the Elementary School

Developed within the Postgraduate Program at the Universidade do Oeste Paulista, this thesis focused on the research line of "Teacher Studies and Practices." Schools and their professionals hold pivotal roles in identifying and addressing violence against children, whether it occurs within or outside the school environment. They can significantly contribute to the prevention and reduction of this issue. However, this topic is often overlooked throughout teachers' educational process, from undergraduate degrees to PhD programs, perpetuating these circumstances. Through the theoretical collection of teacher education and the idea of moral autonomy as a way to develop ethical and moral values contrary to violence, especially against children, the goal of this research was to create and evaluate an intervention model aimed at Elementary School teachers, which consists in a way to prevent, identify and forwarding of cases of violence, both within and outside the school environment. In this core, this study is an intervention research, where the in-depth course was developed and applied with public school articulators' teachers in the São Paulo state. It was created a Control Group to assess the program's effectiveness comprising general educational consultants from elementary schools who did not partake in the intervention and did not participate in the intervention. The evaluation of the intervention's impact utilized a questionnaire adapted from the original version developed by the researcher leading this study. It was administered both before and after the intervention sessions. This instrument underwent Content Validation by judges with significant expertise in the field. Subsequently, was assembled a Focal Group, formed by ten teachers who participated in the intervention. The questionnaire's results were analyzed quantitatively comparing the obtained items from pre and post-tests, contrasting them with the data obtained from the Control Group. It became apparent that both groups of public school teachers already possessed some prior knowledge about the subject, but the Focal Group showed improvement in the post-test when compared to the pre-test because the answers were closer to the expected, a factor that could not be applied to the Control Group. Specific items were equal in pre and post-tests, showing that teachers still rely on common sense as a knowledge source. The production of the

Focus Group was subjected to quantitative analysis through textual discursive analysis. This research concludes, therefore, its main thesis: that a medium-term intervention with teachers can provide them with the necessary tools to address violence against children, enabling them to be able to work on prevention and recognize and deal with cases of violence, contributing to the decreasing of this problem, which is still very present inside and outside the school.

Key-words: violence; child; moral autonomy; teacher educational process; elementary school.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Temas contemporâneos Transversais na BNCC.....	41
Quadro 2 –	Processo de Validação de Conteúdo.....	48
Quadro 3 –	Avaliação dos juízes	49
Quadro 4 –	Proposta de intervenção com profissionais da Educação.....	53
Quadro 5 –	Objetivos e procedimentos metodológicos.....	55
Quadro 6 –	Sessão 1	58
Quadro 7 –	Sessão 2: a violência contra crianças.....	59
Quadro 8 –	Sessão 3.....	60
Quadro 9 –	Sessão 4.....	61
Quadro 10 –	Sessão 5.....	62
Quadro 11 –	Sessão 6.....	63
Quadro 12 –	Sessão 7.....	64
Quadro 13 –	Sessão 8.....	65
Quadro 14 –	Sessão 9.....	66
Quadro 15 –	Sessão 10.....	67
Quadro 16 –	Resumo do desempenho dos participantes no questionário antes e depois da intervenção (n=23).....	68
Quadro 17 –	Avaliação de concordância do questionário – respostas do grupo controle (n=15).....	69
Quadro 18 –	Avaliação da confiabilidade do questionário por meio da estatística Kappa de Cohen (k) – respostas do grupo controle (n=15)	74
Quadro 19 –	Interpretação do Kappa de Cohen	76
Quadro 20 –	Avaliação da intervenção realizada pelos participante	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Desempenho geral dos participantes no questionário, em porcentagem, segundo suas dimensões (n=23)	70
---	----

LISTA DE SIGLAS

BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
CAAE	- Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEP	- Comitê de Ética em Pesquisa
CGE	- Coordenadoria de Gestão Educacional
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CONEP	- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	- Conselho Regional de Serviço Social
CVC	- Coeficiente de Validação de Conteúdo
DCN	- Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
HTPC	- Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIAPs	- Livros Infantis de Abordagem Preventiva
OMS	- Organização Mundial de Saúde
OPAS	- Organização Pan-Americana da Saúde
PCNs	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PeNSE	- Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
Pisa	- Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
SACE	- Setor de Ações Complementares à Educação
SEDUC	- Secretaria Municipal de Educação
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCTs	- Temas Contemporâneos Transversais
UEL	- Universidade Estadual de Londrina
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNOESTE	- Universidade do Oeste Paulista
VIJ	- Vara da Infância e Juventude

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1	Considerações sobre a construção histórica e social da infância	21
2.2	Apontamentos sobre documentos de proteção à infância no contexto internacional e nacional.....	22
2.3	A violência contra crianças	24
2.4	O desenvolvimento da autonomia moral e as competências socioemocionais na educação básica.....	38
2.5	O profissional da Educação e a escola no enfrentamento da violência	42
3	CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO	46
3.1	Desenho da pesquisa.....	46
3.2	Instituições e participantes	47
3.3	Questionário	48
3.4	Intervenção	52
3.5	Grupo focal	53
3.6	Procedimentos.....	54
3.7	Análise dos dados.....	56
3.8	Questões éticas	57
4	CAPÍTULO III – INTERVENÇÃO, RESULTADOS E ANÁLISE.....	58
4.1	Descrição da intervenção	58
4.1.1	Sessão 1: a construção histórica e social da infância	58
4.1.2	Sessão 2: a violência contra crianças	59
4.1.3	Sessão 3: violência física	60
4.1.4	Sessão 4: violência sexual: abuso e exploração	60
4.1.5	Sessão 5: violência psicológica	62
4.1.6	Sessão 6: negligência e abandono.....	62
4.1.7	Sessão 7: o desenvolvimento da autonomia moral	63
4.1.8	Sessão 8: violência escolar e as competências socioemocionais.....	64
4.1.9	Sessão 9: o papel da escola e o profissional da Educação frente aos casos de violência	65

4.1.10	Sessão 10: condutas autoprotetivas.....	66
4.2	Análise dos resultados quantitativos: questionário pré e pós-teste ...	67
4.3	Avaliação da intervenção.....	76
4.4	Análise dos resultados qualitativos: grupo focal e avaliação da intervenção	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	88
	ANEXO – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	96
	APÊNDICES.....	100
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	101
	APÊNDICE B – MATERIAL JUÍZES	104
	APÊNDICE C – TCLE	112

1 INTRODUÇÃO

Iniciei minha formação profissional em 1999, ao ingressar na Faculdade de Medicina da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), em Presidente Prudente, tendo obtido a titulação em 2004. Apaixonado pela Pediatria, foi o caminho escolhido por mim para dar seguimento aos estudos na Pós-graduação, realizando minha residência médica nessa especialidade na Universidade Estadual de Londrina (UEL), entre os anos de 2005 e 2008. Nesse mesmo ano, retornei à cidade de Presidente Prudente e, logo, iniciei o exercício da docência na mesma universidade em que ocorreu minha formação inicial, além de atuar como preceptor da residência médica em Pediatria.

Exercendo a profissão como pediatra, o tema da violência contra crianças e adolescentes sempre despertou meu interesse, pela magnitude da problemática e pelas repercussões na vida das vítimas, especialmente, as que mais acometem esse público: física, psicológica, sexual e negligência. Tratava-se, no entanto, de algo inquietante, na medida em que eu constatava uma enorme subnotificação, já que esse é um conteúdo negligenciado, tanto na formação de profissionais de Saúde quanto de profissionais da Educação, grandes aliados na identificação e na denúncia dos casos de violência que ocorrem também fora da escola.

Sendo assim, em 2017, ingressei no Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), e pelo interesse comum com o meu orientador em relação ao tema, realizamos uma pesquisa interventiva com estudantes da faculdade de Medicina, pós-graduandos em Pediatria e profissionais da área da Saúde sobre o tema que culminou na dissertação defendida com o título “Formação de estudantes e profissionais da Saúde acerca do tema da violência contra crianças e adolescentes: implantação e verificação da eficácia de um modelo educativo”.

A pesquisa realizada foi um estudo do tipo intervenção. Um programa de formação composto por 11 sessões acerca do tema foi desenvolvido e aplicado com três grupos distintos, denominados Grupos Experimentais: 32 alunos de graduação da Faculdade de Medicina de uma universidade particular do interior de São Paulo; 33 médicos residentes de Pediatria de um hospital terciário do interior de São Paulo; 35 profissionais que atuam na rede de atenção primária de saúde de um município de médio porte localizado no interior do estado de São Paulo. Para a verificação da eficácia do programa, foram constituídos os Grupos Controles, que apresentavam as

mesmas características do Grupo Experimental, porém, não participantes da intervenção (MORETTI, 2019).

Para mensurar os efeitos da intervenção, foi utilizado um questionário estruturado, construído pelos proponentes da investigação. Tal instrumento foi submetido ao processo de Validação de Conteúdo e validado por juízes com notório saber na área em que a pesquisa se insere. Os resultados foram analisados de forma quantitativa comparando os itens dos questionários do pré e pós-testes dos três grupos separadamente, bem como contrastados com os indicadores obtidos no Grupo Controle (MORETTI, 2019).

Em todas as categorias do questionário, não houve diferença estatística entre o intervalo do pré e pós-teste no Grupo Controle. Já no Grupo Experimental, em todas as dimensões avaliadas, houve melhora estatisticamente significativa, o que mostra que a intervenção trouxe mudanças nas concepções prévias que os participantes tinham sobre o tema, principalmente, na categoria atuação profissional, o que evidencia a validade científica do programa desenvolvido nesta pesquisa. Além disso, ao serem comparadas as respostas obtidas nos questionários entre os três grupos (graduandos, pós-graduandos e profissionais de saúde) para a verificação de qual grupo uma intervenção dessa natureza seria mais eficaz, ficou constatado que não houve diferença estatística intergrupos, muito embora seja importante destacar que, em todos os grupos, houve melhoras nas concepções, constatadas pelas provas estatísticas empregadas. Esses dados evidenciam que o modelo educativo desenvolvido pode ser proposto em diferentes níveis de educação, seja para a formação inicial, em nível de pós-graduação, seja para ações de formação continuada voltadas aos profissionais da saúde (MORETTI, 2019).

Após os resultados obtidos, ingressei, em 2020, no Doutorado em Educação da mesma universidade, com a proposta de pesquisa voltada para a formação de profissionais da Educação acerca do mesmo tema, uma vez que tinha como hipótese que estes profissionais encontram as mesmas dificuldades dos profissionais de Saúde: reconhecimento da violência e encaminhamento dos casos. Além disso, estes são extremamente importantes para o reconhecimento e o enfrentamento da violência contra crianças, tanto dentro quanto fora da escola, podendo colaborar com a minimização deste problema.

Foi realizada, então, busca sobre pesquisas na literatura que tem abordado essa temática. Em um estudo realizado por Garcia *et al.* (2009), em escolas de

Caruaru (PE), grande parte dos professores (60,3%) relatou não ter recebido informação sobre maus-tratos contra crianças e adolescentes na formação acadêmica, apesar de 100% deles considerarem importante conhecer o assunto e mostrarem interesse em receber formação sobre o assunto. Em outro, feito por Garbin *et al.* (2010), com professores da Educação Infantil, na cidade de Araçatuba, interior de São Paulo, em 2008, constatou-se que apenas 27,6% dos professores sentiam-se preparados para identificar casos envolvendo crianças vítimas de violência. Em relação aos motivos para esse despreparo, foram relatados a negativa da criança, a ausência de marcas físicas e a falta de conhecimento sobre o assunto.

Uma pesquisa realizada por meio de entrevistas, em Santa Maria (RS), em 2013 (Araújo *et al.*, 2014), constatou que os professores até identificam situações de violência, por meio do comportamento das crianças, porém, na maioria das vezes, não notificam. Um dos motivos relatados é a descrença em relação à resolutividade do Conselho Tutelar. Um mapeamento do conhecimento de professores sobre violência intrafamiliar, em Londrina (PR), em 2017, com 161 professores do Ensino Médio, concluiu que eles têm conhecimento sobre a temática, contudo não sabem como intervir adequadamente. Menos da metade identificou os comportamentos que o professor deve ter para auxiliar alunos vítimas de violência (Cascardo; Gallo, 2018).

Visando à solução dessas dificuldades, propostas de formação com profissionais da Educação acerca do tema estão presentes na literatura. No ano de 2011, como parte de uma pesquisa de Mestrado de uma universidade da cidade de Presidente Prudente (SP), uma intervenção sobre violência sexual com seis encontros foi realizada com 26 alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia (Santos, 2011). Esta pesquisa mostrou mudanças em relação aos discursos sobre atitudes e saberes dos participantes comparando-se o pré e o pós-intervenção. Outra formação sobre violência sexual contra crianças foi realizada com 72 educadores do município de Tijucas (SC), no ano de 2012, por meio de uma cartilha que abordava o tema, demonstrou-se resultados positivos, pois houve mudanças no que diz respeito à discussão da problemática da violência e contribuiu para nortear as ações dos professores (Piva *et al.*, 2013).

Ainda em 2012, uma formação com 59 professores de Educação Infantil e Fundamental de escolas públicas da cidade de Londrina-PR foi realizada em quatro encontros, abordando o tema da prevenção da violência intrafamiliar infantil e concluiu-se que grande parte dos participantes obteve melhora na avaliação após os

encontros (Dias, 2013). Em 2015, uma intervenção composta por cinco encontros foi realizada com quarenta participantes da equipe pedagógica de uma escola de Ensino Fundamental e Médio na cidade de Curitiba e mostrou que a omissão do professor frente a violência ainda é um grande obstáculo a ser vencido (Monteiro; Bais, 2014).

Mais recente, um estudo de caso realizado por Santos *et al.* (2020) e colaboradores em uma escola pública da rede municipal de ensino de Palmas, Tocantins, com 26 professores por meio de entrevista semiestruturada, concluiu quais fatores restringem a proteção da criança: falta de conhecimento sobre o tema, não atuar na rede, negligência e falhas na rede e participação da família nos casos.

Outro estudo, realizado com 36 professores da Educação Infantil de uma cidade do interior de São Paulo, utilizando-se de um questionário sobre formação e experiência docente e sobre violência intrafamiliar contra a criança, concluiu que os profissionais foram capazes de identificar situações e características de violência, contudo, não foram capazes de solucionar de maneira adequada os casos. Neste, os profissionais atribuíram à sua experiência profissional, e não à sua formação, o conhecimento necessário para a identificação e encaminhamentos, reforçando que os educadores se apoiam em senso comum e crenças pessoais (Monti; Sigolo, 2023).

Entende-se, a partir dos dados supracitados, como necessária a elaboração de novas propostas de intervenção sobre o tema, de média e longa duração, que contribuam na formação inicial e continuada de profissionais da Educação, possibilitando que estes estejam mais preparados para trabalhar com prevenção, reconhecer e lidar com os casos de violência contra a criança no dia a dia no chão da escola. Os profissionais da escola não recebem formação adequada a respeito das violências e das consequências desta na vida das vítimas e desconhecem a legislação que os obriga a denunciar os casos, mesmo suspeitos (Ristum; Vasconcelos, 2010). No decorrer do texto, serão abordados aspectos importantes para a compreensão da violência contra a criança e o papel dos profissionais da Educação para a prevenção e enfrentamento desta.

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo geral: desenvolver e analisar uma proposta de intervenção voltada para professores do Ensino Fundamental I que auxilie na prevenção, identificação e encaminhamento de casos de violência contra crianças, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Os objetivos específicos são:

1. levantar os conceitos e concepções sobre violência contra a criança, detalhando sobre violência física, sexual, psicológica e negligência e refletindo sobre o papel do professor e da escola;
2. verificar os elementos necessários para a adaptação de um questionário elaborado para profissionais da Saúde, para profissionais da Educação;
3. analisar a viabilidade de um programa interventivo de média duração desenvolvido e aplicado a professores do Ensino Fundamental ciclo I;
4. verificar melhoria na compreensão de professores relacionada à temática da violência contra a criança e a importância da atuação profissional e da escola no enfrentamento dela.

Em termos da estrutura da tese, na Seção 2, Capítulo I, discutem-se conceitos e concepções sobre violência contra a criança, de modo a apresentar um histórico sobre os documentos de proteção e de garantia de direitos e as consequências (sociais e psicológicas) da violação dos direitos na vida das vítimas. Tipifica-se a violência em física, sexual, psicológica e negligência, explorando, em cada uma delas, o conceito, dados epidemiológicos e os principais indicadores, os quais o profissional de Educação deve estar atento para a identificação de sua manifestação. Em seguida, abordam-se aspectos sobre o desenvolvimento da autonomia moral e sua importância no aspecto da violência, finalizando com a problematização da pesquisa: o papel do professor e da escola no enfrentamento da violência.

Na Seção 3, o Capítulo II traz a metodologia utilizada nesta pesquisa, desde o levantamento bibliográfico para a preparação da intervenção, a construção do questionário utilizado como pré e pós-teste, a execução da intervenção com o grupo de professores e os temas e objetivos de cada sessão. Na sequência, na Seção 4, no Capítulo III, apresenta-se, respectivamente, a análise dos resultados quantitativos e qualitativos e a discussão. As considerações finais, Seção 5, constituem-se como a última seção desta tese.

A seguir, será apresentada a fundamentação teórica deste estudo.

2 CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a fundamentação teórica da tese, serão abordados aspectos sobre a construção histórica e social da infância, apontamentos sobre documentos de proteção e de garantia de direitos e definições e concepções sobre violência contra a criança. Em seguida, serão expostos aspectos sobre o desenvolvimento da autonomia moral e sua relação com a identificação e prevenção da violência, finalizando com o papel do professor e da escola no enfrentamento da violência, problematização desta tese.

2.1 Considerações sobre a construção histórica e social da infância

As definições de criança e adolescência segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diferem em relação à idade. Segundo a OMS (Brasil, 2010b), criança corresponde à idade cronológica de zero a 10 anos incompletos e adolescente entre 10 e 18 anos. Já o ECA (Brasil, 1990) define criança com idade de zero a 12 anos incompletos e adolescente entre 12 e 18 anos. Definir infância, porém, não é uma tarefa simples, como será discutido a seguir.

Crianças, indivíduos em fase inicial de desenvolvimento, estiveram presentes em todas as épocas da humanidade; entretanto, a infância nem sempre foi reconhecida. Philippe Ariès discute em sua obra *História Social da Criança e da Família* (1978/1981) como a infância foi construída ao longo do tempo, por meio da formação de ideias sobre as crianças, da organização de suas rotinas e ambientes e da criação de estruturas sociais destinadas a elas. Na Antiguidade, meninas e meninos eram vistos como seres de status inferior que não mereciam tratamento especial. De acordo com o autor, por volta do século XI, era comum não haver uma separação clara entre infância e idade adulta. Crianças e adultos eram considerados iguais socialmente, o que facilitava a exploração e os maus tratos. As crianças eram usadas como ferramentas para a manipulação ideológica dos adultos e, quando manifestavam independência, eram integradas precocemente à vida adulta (Sarmiento, 2004).

Até a sociedade passar a dar importância para a infância, houve um processo histórico, em que o conceito de infância foi criado socialmente ao final da Idade Média. Antes disso, as crianças não eram encaradas como seres em desenvolvimento, com

características e necessidades próprias, mas sim como adultos em miniatura que precisavam de cuidados básicos até se tornarem independentes (Linhares, 2016). O termo infância, de origem latina *infantia* (*in* = negação e *fan* = falar, assim *infans* = incapaz de falar) referia-se à primeira fase da vida, onde a dependência estava ligada à limitação física. A preocupação com a formação moral, educacional e comportamental no contexto social surgiu na modernidade, especialmente, a partir do século XVI e ao longo do século XVII (Barbosa; Magalhães, 2008).

Crianças são, portanto, indivíduos inseridos na sociedade, moldados pelos conflitos presentes em suas comunidades, assim como a infância é uma construção social e histórica, que teve origem com o surgimento da sociedade capitalista industrializada, à medida que ocorriam mudanças no papel e na participação social das crianças na comunidade. Na Antiguidade, era comum a alta taxa de mortalidade infantil, devido às condições precárias de sobrevivência e devido ao infanticídio praticado por mães. A perda dos filhos pequenos era aceita com naturalidade pelas famílias, uma vez que poderiam ser substituídos por outros.

O surgimento da República no Brasil e os processos de industrialização introduziram novas maneiras de cuidar da infância, não sendo mais as famílias as responsáveis pela instrução. A Escola, então, firmou-se como a entidade encarregada pela formação das crianças, criando espaços e horários específicos para isso e trocando a aprendizagem pela convivência por outras formas de ensino. A família passou a ser, dessa forma, um local de afeto, despertando um sentimento diferente em relação às crianças e suas necessidades (Zucchetti; Bergamaschi, 2007), sobretudo no que tange à proteção e à garantia de direitos, como será discutido a seguir.

2.2 Apontamentos sobre documentos de proteção à infância no contexto internacional e nacional

No Brasil, apenas no final do século XIX, começou um movimento em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, quando, no início da República, foram estabelecidas as bases para a criação de instituições de apoio à infância. Até então, era responsabilidade exclusiva das famílias, em sua privacidade, decidir sobre a maneira de educar os filhos. No cenário internacional, o primeiro caso de condenação por maus-tratos foi o caso Mary Ellen, nos Estados Unidos, através de uma lei que

proibia maus-tratos a animais. Foi assim que, em 1874, em Nova Iorque, surgiu a Sociedade de Prevenção da Crueldade contra Crianças (Calza; Dell'Aglio; Sarriera, 2016).

No século XX, houve um aumento da preocupação com os direitos das crianças, levando à discussão sobre a violência. Isso resultou na criação da Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com o intuito de enfatizar que as crianças e adolescentes possuem direitos e características próprias (Calza; Dell'Aglio; Sarriera, 2016).

O Código de Menores de 1927, alterado em 1979, foi o primeiro documento brasileiro a tratar da questão da "infância desamparada", porém não reconhecia crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e deveres. Apesar de abordar a questão da saúde das crianças, o código interferia no abandono físico e moral, retirando o poder familiar e internando os abandonados socialmente, além de instituir a liberdade supervisionada para jovens infratores. A partir da aprovação da Convenção pelos Direitos da Criança pela ONU em 1989, diversos países passaram a adotar iniciativas em busca dos direitos de crianças e adolescentes, propondo uma nova visão social da infância (Perez; Passone, 2010).

Segundo a Constituição Federal de 1988, a responsabilidade de garantir que as crianças e adolescentes tenham acesso ao direito à vida e à saúde, e de evitar qualquer tipo de negligência, discriminação, violência e opressão, cabe à família, à sociedade e ao Estado. Em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Brasil, 1990), que garante a proteção integral dos jovens brasileiros, conferindo-lhes status de sujeitos de direitos e punindo violações aos seus direitos fundamentais, seja por ação ou omissão (Calza; Dell'Aglio; Sarriera, 2016).

Em sintonia com essa iniciativa de proteção aos direitos da criança e do adolescente, a OMS estabeleceu, em 2002, que maus-tratos são comportamentos físicos, emocionais, abuso sexual ou omissão que resultam em prejuízos à saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da vítima quando existe uma relação de responsabilidade, confiança ou autoridade (Brasil, 2010b). A diretora da OMS, no mesmo ano, ressaltou a relevância desse assunto, afirmando que seria um equívoco da área da saúde pública aprimorar o tratamento das doenças na infância e permitir que as crianças se tornem vítimas da violência (Calza; Dell'Aglio; Sarriera, 2016).

2.3 A violência contra crianças

A agressão contra a criança pode ser percebida de duas maneiras. A primeira abordagem, simplificada, baseia-se em uma visão determinista onde a agressão acontece devido a um desvio ou problema de caráter pessoal, ou seja, uma doença mental. Já a segunda abordagem apresenta uma visão de causalidade múltipla derivada de uma interação entre fatores individuais (sistema socioeconômico-político) e sociais (experiências de vida dos pais e a estrutura e funcionamento familiar) (Monti; Sigolo, 2023).

Esta é uma prática antiga na sociedade brasileira, repetida entre as gerações e, muitas vezes, justificada como parte do processo educativo, ou seja, utilizada pelo adulto responsável pela criança como prática de disciplina. A prática chamada de cultura do castigo físico, apesar de estar em um momento de transição, enfraquecendo sua aceitação, ainda é muito comum em nossa sociedade. O uso da palmada como forma de educar é apoiado por muitos como algo positivo e não considerado violência. Isso representa o abuso do poder por parte dos pais ou responsáveis, que tratam as crianças como objetos, desrespeitando seus direitos fundamentais e aumentando sua vulnerabilidade, o que pode levar à normalização e à persistência da violência doméstica. Em uma sociedade focada nos adultos, as crianças são vistas como incapazes e submissas às vontades dos pais, dos professores e dos responsáveis (Lise; Motta, 2012; Moreira; Souza, 2012).

A violência contra a criança pode ser vista como uma relação desigual de proteção, em que adultos tem mais poder e experiência, levando à desvalorização da infância. É importante lembrar que as crianças, especialmente as pequenas, muitas vezes não tem como se defender ou impedir o abuso. A naturalização da violação dos direitos das crianças é comum no dia a dia, promovendo vínculos afetivos disfuncionais baseados na repressão e opressão (Anunciação *et al.*, 2022; Monti; Sigolo, 2023).

Culturas e sociedades apresentam diferentes interpretações do que é considerado como violência, o que leva a variações conceituais em função do tempo e do local. De maneira geral, a violência é compreendida como o uso da força física e da coerção psicológica para forçar alguém a agir contra a sua vontade e seus

interesses, podendo ocasionar danos à pessoa que sofre a ação, tornando-a um mero objeto (Chauí, 2000).

A OMS aborda a alta probabilidade de atos permeados por violência resultarem em lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação. Adicionalmente, ressalta que a violência pode ocorrer de forma real ou em ameaça, seja contra si próprio, outra pessoa ou um grupo ou comunidade (Jacques; Olinda, 2012).

A maioria dos casos de violência acontece dentro do contexto familiar, sendo responsáveis por 58% dos casos mães e pais, caracterizando, assim, violência doméstica (Brasil, 2020). Essa violência se refere a qualquer ação ou falta de ação que cause danos à saúde mental, integridade física, liberdade e direito ao pleno crescimento de um membro da família. Esse tipo de agressão é praticado por pessoas próximas que exercem funções de cuidado (Habigzang *et al.*, 2005).

A violência no âmbito familiar não é explicada por apenas uma causa, sendo um fenômeno complexo. Por exemplo, situações em que famílias recorrem a ela para resolver conflitos ou como uma suposta forma de educar. Fatores como vulnerabilidade social e econômica, condições precárias de crescimento e a falta de políticas sociais podem enfraquecer os laços afetivos e promover relações hostis. O consumo de drogas psicoativas, incluindo álcool, pelos pais pode aumentar a incidência de violência física, abuso sexual e negligência (Moreira; Souza, 2012; Moura *et al.*, 2014).

Com o intuito de registro e encaminhamento às autoridades públicas, a violência é classificada de acordo com sua natureza. Contudo, os diferentes tipos de violência podem ocorrer ao mesmo tempo e se correlacionar. Por exemplo, quando há abuso sexual ou agressão física, a vítima também é submetida à violência psicológica. Portanto, não é comum encontrar apenas um tipo de violência, mas sim crianças e adolescentes que sofrem mais de um tipo, especialmente em situações graves e crônicas (Brasil, 2010b). Ademais, é importante analisar os dados com cuidado, pois há uma subnotificação devido à invisibilidade da violência familiar na sociedade, principalmente, nas classes privilegiadas (Livramento *et al.*, 2012). Em 2019, antes da pandemia da Covid-19¹, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, à

1 No final de 2019 ocorreu um informe da China anunciando um novo tipo de coronavírus, o SARS-CoV 2, que levaria, em humanos, desde quadros assintomáticos até comprometimentos respiratórios

qual pertence o Disque Direitos Humanos – Disque 100, registrou um total de 86.837 denúncias de violações de direitos contra crianças e adolescentes, 14% a mais que no ano de 2018, sendo a região Sudeste a área de maior concentração (Brasil, 2020).

Em relação aos tipos de violências, a negligência foi a mais notificada (38%), seguida da violência psicológica (23%), física (21%), sexual (11%) e 7% para outros. As meninas foram as maiores vítimas (55%) e a faixa etária mais acometida foi entre quatro e onze anos de idade para os meninos, sendo a distribuição por idade mais uniforme para as meninas, ou seja, não se definiu uma faixa etária tão exata quanto a dos meninos. O local mais comum de violação foi na casa da vítima (52%), seguida da casa do(a) suspeito(a) (20%). Ao se analisar o(a) agressor(a), constata-se que a maior parte (56%) é do sexo feminino e com idade variando entre 25 e 40 anos (57%). As mães estiveram entre as principais agressoras, com 40% do total, seguidas dos pais (18%) e padrastos (6%) (Brasil, 2020).

Com a pandemia do novo coronavírus e a necessidade de isolamento social e confinamento domiciliar, crianças e adolescentes ficaram mais sujeitos a sofrerem violência doméstica, pois as vulnerabilidades aumentaram. Os medos e tensões em relação à doença, a intensa convivência familiar, o *home office* e a falta de emprego e renda podem ter sido geradores ou agravantes de conflitos (Salvaterra, 2020). Em contrapartida, como relata o Conselho Tutelar de Presidente Prudente, as denúncias de violações de direitos da criança e dos adolescentes caíram 44,7% na pandemia, comparando dados de 2020 com 2019, uma vez que esse público passou menos tempo nas escolas, local onde boa parte dos abusos sofridos no ambiente doméstico é detectada (Nascimento, 2021).

Atualmente, os dados do Disque 100 atualizados em julho de 2023, mostraram um total de 98.515 denúncias de violência contra a criança e o adolescente no primeiro semestre de 2023, totalizando 621.698 violações de direito, já que uma denúncia pode conter mais de uma violação. Dessas, em 84.139 denúncias tratava-se de violação da integridade física, 77.877 de violação de integridade psíquica e 69.816 de negligência. Os dados de violência sexual, encontram-se englobados nos anteriores (Brasil, 2023).

e sistêmicos graves denominando uma nova patologia chamada Covid-19. Posteriormente a isso, esse agente etiológico se disseminou rapidamente pelo mundo e, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde decretou a pandemia da Covid-19.

Em relação ao gênero, 53% das vítimas pertenceram ao feminino, 44% ao masculino, sendo o restante intersexo ou não informado. Para a idade, a distribuição mostrou-se bastante igualitária, com maior concentração entre um e 16 anos, havendo pouca diferença entre os números nessas idades. Do total de vítimas, 35% eram de raça branca, 35% raça parda, 8,8% raça preta, 0,24% indígena e 0,15% raça amarela (Brasil, 2023).

Ao se olhar o agressor, a maior parte teve entre 25 e 44 anos, 55,9% eram do gênero feminino, 36,75% do gênero masculino e o restante intersexo ou não informado. Em 52% dos casos, o agressor tratava-se da mãe, 17,7% do pai, 5,6% do padrasto ou madrasta, 2,9% do avô ou avó, 2,2% do tio ou tia, 1,3% do vizinho, 2,4% diretor, professor e outros profissionais da educação e 1,5% de desconhecidos, sendo outros em números bem menores. Em se tratando do cenário da violência, em 63% dos casos, a mesma ocorreu na residência onde moram o agressor e a vítima, em 17,8% na casa da vítima, em 5,2% na casa do agressor, em 3,9% na instituição de ensino, em 1,7% na via pública e em 1% na casa de familiares, sendo outros locais em menor número (Brasil, 2023).

A violência contra crianças pode resultar em consequências sociais adversas e problemas psíquicos a longo prazo, com impactos físicos, psicológicos e sociais que prejudicam o crescimento e a integração social apropriada. Em certos casos, pode ser um elemento que predispõe a pessoa a se tornar violenta na idade adulta, contribuindo para um ciclo de violência na comunidade (Bittar *et al.*, 2012).

As vítimas podem desenvolver sensações de desamparo e insegurança e até mesmo manifestar sintomas psicológicos, como estresse pós-traumático, ansiedade, medo, pesadelos, irritabilidade e variações no humor ou nos sentimentos (Moura *et al.*, 2014). Mudanças no estado emocional, como medo, vergonha, culpa, ansiedade, tristeza, irritabilidade e raiva, assim como mudanças de comportamento, como comportamento sexualizado em excesso, uso abusivo de substâncias psicotrópicas, fugas de casa, furtos, isolamento social, alterações nos hábitos de sono e na alimentação, são observadas em crianças e adolescentes vítimas de violência (Habigzang *et al.*, 2008; Moretti, 2019).

O transtorno do estresse pós-traumático é comumente apontado como consequência, por exemplo, de abuso sexual. Trata-se de uma condição marcada por sintomas físicos e emocionais relacionados à ansiedade, desencadeada por um evento extremamente estressante do ponto de vista psicológico (Habigzang *et al.*,

2008). Além disso, são identificados problemas físicos, déficit de atenção, isolamento social, agressividade, bem como comportamentos autodestrutivos. Esses sinais e transtornos continuam presentes mesmo a longo prazo, indicando que o tempo por si só não é capaz de diminuir tais sintomas (Hohendorff; Koller; Habigzang, 2015; Moretti, 2019).

A manutenção da violência contra crianças e adolescentes justifica-se por fatores como o medo de denunciar os agressores, principalmente, quando se trata daqueles que, na verdade, deveriam proteger. Destaca-se, também, a aceitação da violência como forma de “educar” e o despreparo dos serviços para o acolhimento e o atendimento dessas vítimas (Brasil, 2010a; Moretti, 2019). Para uma maior compreensão da definição e para fins de registro e epidemiologia, a violência contra crianças e adolescentes foi tipificada em quatro modalidades: física, sexual, psicológica e negligência, e apesar de poder ocorrerem simultaneamente, tipificam-se para que haja melhor delimitação.

A violência física é definida como uso de força física por pais, responsáveis ou pessoas próximas, de forma intencional, ou seja, não acidental, com o objetivo de ferir, lesar, provocar dor ou destruir a criança ou adolescente, deixando ou não marcas no corpo (Brasil, 2010b; Waiselfisz, 2012).

Exemplificamos a Síndrome do Bebê Sacudido, que é resultado de um movimento brusco da criança segurada pelos braços e corpo, ocasionando hemorragias cerebrais, assim como a Síndrome de Munchausen por procuração, onde o cuidador ou responsável finge sintomas de doença na criança. Atos como agressões físicas, empurrões, ferimentos com objetos, puxões de cabelo, atirar objetos na criança, manter a criança em posições desconfortáveis por períodos prolongados, são também considerados como formas de violência física (Brasil, 2010b).

A Lei 13.010, de 26 de junho de 2014, mostra que é papel de todos os profissionais ter vigilância às formas de educar as crianças sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, responsáveis ou qualquer pessoa encarregada de cuidar das mesmas (Brasil, 2014).

Professores devem, portanto, ficar atentos a lesões apresentadas pelas crianças, especialmente naquelas que podem ter ocorrido de forma intencional e não acidental. Locais mais propensos a lesões não intencionais são áreas de maior extensão e proeminência, como fronte, nariz e queixo, palma das mãos, braço,

cotovelo, região anterior da perna e ponta do pé. O atraso ou não procura de atendimento médico, histórias inconsistentes ou conflitantes e sinais de danos emocionais devem levar a suspeita de lesão traumática intencional. Lesões não compatíveis com o grau de desenvolvimento psicomotor da criança, que não podem ser explicadas pelo acidente relatado, em vários estágios de cicatrização ou cura, bilaterais ou simétricas e em áreas habitualmente cobertas do corpo devem levar à mesma suspeita (Brasil, 2010b).

Uma segunda categoria trata da violência psicológica. Esta é definida como toda ação que coloca em risco a autoestima, a identidade ou o desenvolvimento da criança ou do adolescente. Ocorre na forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança exagerada, punições humilhantes e utilização da criança ou adolescente para atender às necessidades psíquicas de outra pessoa. Fazem parte desse contexto o trabalho infantil, o testemunho de violência, a síndrome da alienação parental e o *bullying* (Brasil, 2010b; Moreira; Souza, 2012).

Existem dois tipos dessa violência que são relevantes. O primeiro está relacionado à forma como os pais se comportam em relação aos seus filhos. Já o segundo foca na violência psicológica como o centro dos maus-tratos infantis, juntamente com outros tipos de violência. Exemplos de comportamentos comuns em ambientes familiares são: receber críticas constantes por suas palavras ou ações, falta de apoio ao tentar ser independente, ser chamado de nomes pejorativos e ser desacreditado ao tentar se expressar. Além disso, culpar por erros, criticar constantemente, gritar sem motivo e não confiar no que a criança ou adolescente diz, também são comuns dentro das famílias (Fermann; Pelisoli, 2016).

Comportamentos parentais podem auxiliar na detecção deste tipo de abuso: rejeitar (não reconhecer a importância da criança), isolar (separar a criança do convívio social, impedindo a construção de amizades), aterrorizar (atacar verbalmente a criança dando a impressão de que o mundo é hostil), ignorar (reprimir o desenvolvimento emocional e intelectual privando a criança de estimulação) e corromper (estimular o engajamento em atividades antissociais) (Abranches; Assis, 2011).

Do ponto de vista epidemiológico, é bastante difícil uma análise desse tipo de violência como um tipo predominante entre as crianças e adolescentes, pela grande omissão dos casos, já que não deixa marcas expressivas fisicamente. Esta modalidade de violência não é facilmente percebida, pois apresenta dificuldades de

definição e detecção (Abranches; Assis, 2011; Nunes; Sales, 2016). Um estudo realizado em Niterói, em 2009, apontou a ocorrência de formas de disciplina caracterizadas como violência psicológica na resolução de conflitos na maioria das famílias, sendo uma forma corriqueira de comunicação familiar. Atos considerados como agressão psicológica ocorreram em 96,7% das casas, de acordo com o estudo supracitado. A mãe destacou-se como principal agressora. Outro estudo mostrou a ocorrência de 10 a 20% de violência psicológica severa em crianças e 50% em adolescentes (Rocha; Moraes, 2011).

Uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 2011, também verificou que a mãe é a principal agente da violência psicológica, seguida pelos pais e pelos irmãos. Não houve diferença entre os sexos. Os dados levantados mostraram maior risco de violência psicológica, como ter irmãos de casamentos diferentes, ser o filho do meio, família monoparental, pais insatisfeitos com os filhos, uso de remédios para acalmar ou dormir pelas mães e álcool pelos pais e adolescente que sofreu ou sofre agressão física (Abranches; Assis, 2011; Abranches; Assis; Pires, 2013).

Uma forma de abuso emocional e violência psicológica é conhecida como alienação parental, ocorrendo principalmente em casos de separações tumultuadas e disputas pela guarda. Consiste em atitudes agressivas de um dos pais em relação ao outro, visando desacreditá-lo perante a criança ou adolescente a ponto de impedir a convivência ou estreitar os laços com um dos genitores, além de ocultar informações importantes da vida do filho. Essa situação também se configura quando há tentativas de dificultar a responsabilidade parental, a autoridade dos pais e lançar falsas acusações tanto contra o genitor quanto contra seus familiares (Fermann; Pelisoli, 2016).

No contexto escolar, um tipo de violência a ser discutido, que mantém a lógica fundamental do fenômeno – mais forte explorando mais fraco - é o *bullying*, do inglês *bully*, originada do vocábulo *bull* (touro), traduzido como “valentão”. Apesar de ocorrer nos diversos espaços sociais, o *bullying* é descrito, sobretudo, em casos de agressividade nas escolas. Na Psicologia, agressividade pode ser compreendida como um direcionamento de energia em busca de autoafirmação ou autoproteção, o que gera desvios de comportamento expressados por meio de violência e faz com que um dos envolvidos seja sempre prejudicado (Ramos, 2019).

No Brasil, em 2019, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) indicou que 23% dos escolares afirmaram que se sentiram humilhados por

provocações dos colegas duas ou mais vezes, nos 30 dias anteriores à pesquisa e 12% afirmaram já ter praticado essas provocações (Brasil, 2019c). Ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), 2018, 29% dos alunos disseram terem sofrido *bullying* pelo menos uma vez por mês (Tognetta *et al.*, 2021). Sendo uma forma de violência que ocorre na escola entre os pares, sempre tem a clara intenção de ferir e magoar alguém provocando sofrimentos e pode ocorrer de três formas: agressões físicas diretas, nos casos de ataques envolvendo ações individuais ou em grupo contra uma pessoa; agressões verbais, com insultos em público; e agressões indiretas, pelo isolamento e exclusão social dentro do grupo, dificultando as relações entre pares. Além desses, outros tipos vêm sendo relatados, como a agressão sexual, extorsão (exigência de dinheiro ou bens em forma de ameaças) e o *cyberbullying*, que será discutido mais a frente (Zequinão, 2016).

O fenômeno do *bullying* se diferencia de outras formas de agressão por seu caráter repetitivo ou sistemático e intencionalidade, sendo atos gratuitos sempre contra a mesma pessoa, de forma deliberada. Possui três aspectos fundamentais: não resulta de uma provocação, não é ocasional e é relevante a desigualdade de poder, ocorrendo na direção de alguém percebido como mais fraco ou em posição fragilizada. Neste contexto, surgem papéis de participação, dentre os quais há as vítimas, os agressores, as vítimas-agressoras e os espectadores (Fante, 2008; Francisco; Libório, 2009).

As vítimas geralmente são alunos mais novos, com poucos amigos, passivos, retraídos, infelizes, pouco sociáveis, inseguros, com baixa autoestima, sofrem com a vergonha, medo, depressão, ansiedade e não tem esperança quanto à possibilidade de adequação ao grupo, não reagindo efetivamente aos atos agressivos. Segundo Ramos (2019), as vítimas podem ser classificadas em:

- típicas: alunos tímidos ou reservados, mais frágeis fisicamente, gordinhos ou muito magros, muito altos ou baixos, usam óculos;
- provocadoras: são capazes de provocar nos colegas reações contra si mesmas, tentam brigar ou responder de forma ineficaz às provocações. Pode ser uma criança hiperativa, inquieta e dispersiva;
- agressoras: diante dos maus tratos sofridos, reagem igualmente com agressividade contra vítimas mais frágeis e vulneráveis (Zequinão, 2016).

Ao contrário, os agressores têm maior idade, praticam exercício físico, possuem melhor imagem corporal, são extrovertidos, seguros, confiantes em si e com

ausência de sentimentos de medo, ansiedade ou culpa. Apresentam mais comportamentos violentos, pior relação com os pais e maior consumo de drogas, tabaco e álcool. Os espectadores ou testemunhas são alunos que não sofrem e nem praticam *bullying*, mas convivem com esse problema e acabam omitindo-se por medo, insegurança, receio de se tornarem as próximas vítimas ou até mesmo por chantagem. Indiretamente, mesmo não sendo alvos, o medo e a insegurança se instalam; sentem remorso por não fazerem nada e acabam por ter seus direitos de cidadão violados (Francisco; Libório, 2009; Fante, 2011).

Para que um indivíduo seja caracterizado como vítima, deve ter sofrido no mínimo de três a seis ataques intencionais e repetitivos em um ano (Francisco; Libório, 2009). Estes alunos sofrem deterioração de sua autoestima e do conceito que tem de si e, na maioria das vezes, preferem guardar segredo até que se sintam seguros, razão pela qual muitas vezes o *bullying* passa impune aos professores e equipe diretiva da escola. Por outro lado, os agressores também precisam de ajuda, pois sofrem grave deterioração de sua escala de valores e de seu desenvolvimento afetivo e moral (Zequinão, 2016).

Sabe-se que fatores de vulnerabilidade social podem favorecer essa violência. Em relação à escola, destacam-se o número excessivo de alunos, altos níveis de reprovação, locais inseguros e pouco supervisionados, formação deficiente de professores e funcionários e alta rotatividade de professores. No que diz respeito ao aluno, são fatores de risco consumo de álcool e tabaco, desempenho escolar deficiente, fraca ligação com a escola, violência fora da escola, falta de limites e desarmonia dos lares, pobre envolvimento afetivo com a família, baixa escolaridade dos pais, baixo nível socioeconômico e violência doméstica ou interparental (Zequinão, 2016). Segundo Tognetta *et al.* (2021), as vítimas apresentam dificuldade em habilidades sociais, estratégias de enfrentamento, regulação emocional e são inseguras em relação a si mesmo.

Uma variação dessa violência, cada vez mais frequente na sociedade atual, é o *cyberbullying*, uma forma de *bullying* que utiliza tecnologia e ocorre nos chamados ciberespaços, ou seja, podem acontecer a qualquer momento e sem um espaço fisicamente demarcado. Este também tem como característica a intencionalidade e é perpetrado por meio de mensagens de texto, fotos, áudios ou vídeos, expressos nas redes sociais ou jogos virtuais em rede, transmitidos por telefones, *tablets* ou computadores (Schreiber; Antunes, 2015; Ferreira; Deslandes, 2018).

Em uma pesquisa divulgada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 2019, um em cada três jovens em trinta países disse ter sido vítima de *bullying on-line*, e um em cada cinco relatou ter saído da escola devido à violência (Alcantara, 2019). No período de confinamento provocado pela pandemia, esta violência tornou-se ainda mais preocupante. Um relatório divulgado pela OMS alerta para o aumento de atos de violência no meio virtual nesse período. “Durante a pandemia da Covid-19, e com o consequente fechamento das escolas, nós observamos um aumento em manifestações de violência e ódio *on-line* – e isto inclui o *bullying*”, relatou Audrey Azoulay, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Pinheiro, 2020).

A sociedade digital produz a necessidade de construir uma imagem social positiva a partir daquilo que se quer ou se permite que os outros vejam. Para crianças e adolescentes que estão em desenvolvimento, a identidade que se constrói pode ser influenciada a partir dos padrões impostos pela rede, valorizando a importância do olhar do outro para constituir a imagem de si. Além disso, um traço marcante presente nessa sociedade é a hipervisibilidade, uma exposição constante e voluntária dos fatos e atos cotidianos e íntimos (Schreiber; Antunes, 2015; Ferreira; Deslandes, 2018).

Uma característica importante da agressão por meio eletrônico, que ocorre na forma de insultos, ameaças, divulgação de fotos constrangedoras, é que esta acontece sem a necessidade da presença física dos envolvidos, realizada por meio do uso das mídias. Além dessas, outros aspectos que diferenciam essa violência do *bullying* refere-se ao anonimato, o maior impacto, a maior audiência de espectadores e a vítima ser atingida em qualquer lugar e momento. O caráter repetitivo não está necessariamente presente, pois apenas uma postagem faz o conteúdo permanentemente exposto (Ferreira; Deslandes, 2018).

Cabe destacar, que os efeitos da violência psicológica são vastos e sensíveis e podem permanecer, durante muito tempo, silenciosos. Podem incluir: desenvolvimento atípico da personalidade, falta de esperança, dificuldade em confiar, dificuldade em criar laços e em construir relações, influência negativa na vida sexual da pessoa vitimada que pode mais tarde passar a ter o papel de agressor em vez do de vítima (Brasil, 2010b). Várias consequências de ordem psicológica também podem aparecer nas vítimas: ansiedade, angústia, baixa autoestima, irritabilidade, depressão, sentimento de incapacidade, sentimento de culpa, perda de memória,

abuso de álcool e drogas, diagnóstico de pânico e fobias, comportamentos destrutivos, sensação de vazio e tentativa de suicídio (Brasil, 2010b).

O professor deve estar atento para reconhecer sinais e sintomas dessa forma de abuso em crianças, mesmo em crianças pequenas que não possuem controle da linguagem, mas que demonstram atitudes e comportamentos que levam à suspeita diagnóstica. Sintomas de depressão, ansiedade e agressividade são comuns em adolescentes, além de outros problemas de saúde mental, como estresse pós-traumático. Nesse caso, o adolescente mostra-se com medo intenso, impotência, sonhos aflitivos, sofrimento importante e fuga de situações relacionadas ao evento (Brasil, 2010b).

Outra categoria é a violência sexual, que ocorre quando há o envolvimento das mesmas em atividades ou jogos sexuais que estão além da capacidade de compreensão das vítimas. É definida como qualquer ato, interação ou jogo sexual, seja hétero ou homossexual, entre a criança ou adolescente e alguém em estágio psicosexual mais avançado, com o objetivo de proporcionar satisfação sexual para o agressor (Brasil, 2010b).

O abuso sexual, subdividido na modalidade intra e extrafamiliar, ocorre por meio de contato físico com carícias, toques, sexo oral ou com penetração ou, até mesmo, sem o contato, como nos casos de assédio, conversas com conotação sexual, exibicionismo e *voyerismo*. Quando há interesse financeiro ou outra forma de negociação como comida, presentes ou drogas, caracteriza-se a exploração sexual, na qual a vítima é, então, prostituída, usada em contextos de turismo sexual, pornografia ou tráfico de pessoas com interesse sexual (Brasil, 2010b; Hohendorff, Koller; Habigzang, 2015).

O abuso sexual intrafamiliar é o mais comum e ocorre, majoritariamente, por pessoas próximas e com vínculos afetivos com a vítima, mesmo que sem laços consanguíneos, que desempenham papel de cuidadores ou responsáveis. Inclui, por exemplo, pais, padrastos, irmãos, avós, namorados ou companheiros das mães. Fora do ambiente familiar envolve, com muita frequência, situações em que o agressor é um conhecido, como professores, líderes religiosos e vizinhos (Habigzang *et al.*, 2005, 2008).

Esse tipo de violência apresenta predomínio nas crianças e nos adolescentes do sexo feminino, correspondendo a 82% das denúncias ao Disque 100. O maior percentual dos agressores tem entre 25 e 59 anos (73%) e é do sexo masculino (87%),

sendo os pais e padrastos os principais suspeitos (40%). O abuso é a forma com maior frequência nas notificações, com predominância na faixa de 12 a 17 anos de idade. Os atendimentos por exploração sexual aparecem com incidência relativamente menor (Brasil 2020).

O Ministério da Saúde recomenda estar atento a sinais que podem indicar erotização precoce, como exposição a situações íntimas dos pais, conversas inadequadas sobre comportamento sexual, acesso a materiais eróticos e estímulo à atividade sexual em idade precoce. Também é importante observar sinais que possam indicar violência sexual, como comportamento sexual inapropriado para a idade, conhecimento desproporcional sobre sexo, masturbação compulsiva, tentativas frequentes de envolver-se em brincadeiras íntimas, mudanças de comportamento, infecções urinárias recorrentes. Além disso, é fundamental identificar sinais específicos de violência sexual, como lesões genitais, lesões na boca, sangramento vaginal em crianças, sangramento anal, dilatação do ânus, ruptura do hímen, infecções sexualmente transmissíveis, gravidez ou histórico de aborto (Brasil, 2010b).

Os pilares que sustentam as redes de exploração são: a oferta (fruto da vulnerabilidade econômica e psicológica da vítima) e a demanda (o cliente que se beneficia pela impunidade e até mesmo por uma cultura machista). A falta de recursos financeiros e a exclusão social exercem grande influência, já que as vítimas são escolhidas para serem exploradas sexualmente devido às suas condições econômicas. Além disso, a mentalidade sexista leva muitos homens a enxergarem as mulheres como meros objetos de prazer disponíveis para serem comercializados. Com a popularização da internet, já que há maior controle e vigilância nas ruas por parte da sociedade, o comércio de exploração sexual passou a se valer da tecnologia e das mídias *on-line*, onde os clientes podem se manter anônimos e as redes de exploração têm ampla divulgação, o que dificulta a ação das autoridades na investigação (Machado, 2006).

As vítimas da exploração sexual sofrem consequências tanto físicas quanto psicológicas, e frequentemente encontram dificuldades para se reintegrar socialmente. Entre as consequências físicas mais comuns estão as infecções sexualmente transmissíveis, o abuso de substâncias como álcool e drogas, violência, gravidez precoce, abortos ilegais e a possibilidade de morte. Já as consequências psicológicas incluem quadros de depressão, fobias, perda de autoestima, desconfiança em relação às pessoas, dificuldades nos relacionamentos, evasão da

realidade, sentimento de culpa, tentativas de suicídio e traumas emocionais (Machado, 2006).

A quarta categoria é a negligência, a qual ocorre quando há omissão de adultos, pais ou responsáveis, em prover as necessidades básicas para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual, emocional e social das crianças e adolescentes, em condições de igualdade, liberdade e dignidade. Aqui estão incluídos privação de medicamentos, falta de assistência à saúde e educação, descuido com a higiene, falta de estimulação e, até mesmo, de proteção a condições climáticas. O padrão negligente é aquele cujos pais são fracos em controlar o comportamento dos filhos e em atender as suas necessidades e demonstrar afeto. Grande parte das vezes são pais pouco envolvidos com a criação dos filhos e pouco interessados em suas atividades e sentimentos. Pais negligentes centram-se em seus próprios interesses, tornando-se indisponíveis aos filhos (Brasil, 2010b).

O abandono é uma forma grave de descuido na qual há o rompimento do vínculo entre os pais e filhos, levando as vítimas a sofrimentos físicos e psicológicos. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aproximadamente uma em cada cinco crianças e adolescentes são levados ao acolhimento por esse motivo. Nessa condição, crianças e adolescentes perdem seu pilar de apoio que sustenta o desenvolvimento socioafetivo (Silva; Alves; Araújo, 2012).

É fundamental destacar a importância de distinguir negligência e pobreza, principalmente em nações como o Brasil, onde esses dois problemas se entrelaçam. Desse modo, a negligência pode ser erroneamente associada com situações de extrema carência financeira, quando na realidade não se trata de negligência dos responsáveis, mas sim das circunstâncias sociais adversas enfrentadas. A pobreza amplia a fragilidade social das famílias, agravando os fatores de risco; no entanto, a negligência também pode ocorrer em lares sem dificuldades econômicas (Pasian, 2013).

Também é preciso analisar que esse tipo de violência envolve elementos culturais. Questões como “qual é o cuidado mínimo adequado que uma criança necessita?”, “que ações ou omissões dos pais constituem negligência?”, “deve-se considerar a intencionalidade das ações ou omissões?”, “a situação da criança é resultado de pobreza ou negligência?”, permanecem sem respostas (Pasian, 2013).

Em relação aos dados epidemiológicos sobre esse tipo de violência, há escassez na literatura, pois apresenta difícil definição já que envolve aspectos culturais, sociais e econômicos. Analisando as denúncias do Disque 100, observa-se que há pouca diferença entre sexo masculino e feminino, com maior predomínio entre zero e 11 anos de idade. Em 88% dos casos, o suspeito é do sexo feminino, sendo a mãe a principal agressora, responsável por 56% dos registros (Nunes; Sales, 2016; Brasil, 2020).

O Ministério da Saúde aponta atitudes dos responsáveis legais como sinais de descuido ou falta de atenção. Entre eles estão: desleixo com a higiene da criança; negligência na preparação das refeições para o menor; ausência de acompanhamento do desempenho escolar; responsabilização da criança ou adolescente por suas dificuldades; desleixo com a segurança do menor; descumprimento do calendário de vacinação, demora injustificada na busca de ajuda médica diante de sintomas de doença; não realização de tratamentos prescritos; ou, desinteresse quanto à segurança dos locais onde a criança fica ou dos cuidadores. Além disso, é crucial identificar indícios de falta de cuidado, como a ocorrência frequente de doenças parasitárias ou infecciosas, dermatite de fraldas recorrente, cáries dentárias, problemas de crescimento e desenvolvimento sem causa médica aparente, obesidade por negligência, uso de roupas inadequadas para idade ou clima, faltas constantes na escola, atraso no avanço escolar e dificuldades de adaptação social (Brasil, 2010b).

Em 2017, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) publicou um pacote de medidas técnicas, criado por dez organismos internacionais, chamado INSPIRE, com o objetivo de prevenir e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes e ajudá-los a alcançar seu pleno potencial. Este pacote é composto por sete estratégias e duas atividades transversais que constituem um plano para pôr fim a esta violência. As estratégias dois e sete serão discutidas mais a frente, por serem foco desta pesquisa. São elas:

- 1 - Implementação e vigilância do cumprimento das leis;
- 2 - Normas e valores;
- 3 - Segurança do ambiente;
- 4 - Pais, mães e cuidadores recebem apoio;
- 5 - Incremento de renda e fortalecimento econômico;
- 6 - Resposta de serviços de atenção e apoio;
- 7 - Educação e habilidades para a vida.

As duas estratégias transversais que ajudam a conectar e reforçar essas sete estratégias e avaliar os progressos alcançados são “Ações multissetoriais e coordenação” e “Monitoramento e avaliação”. A primeira coloca a importância da colaboração de múltiplos setores das esferas pública e privada, nos âmbitos nacional e local, como educação, saúde, justiça e organizações da sociedade civil. A segunda traz a importância de sistemas de monitoramento para obter dados sobre a magnitude e as circunstâncias da violência, acompanhar a implementação das atividades planejadas, avaliar seu impacto e corrigir deficiências (OPAS, 2017).

2.4 O desenvolvimento da autonomia moral e as competências socioemocionais na educação básica

A estratégia número dois do projeto INSPIRE, já comentado anteriormente, tem como objetivo “reforçar normas e valores que promovam relações não violentas, respeitadas, acolhedoras, positivas e com equidade de gênero para a totalidade de crianças e adolescentes”. Para isso, normas e comportamentos sociais frequentemente precisam ser modificados, especialmente, a ideia de que formas de violência são naturais e justificáveis (OPAS, 2017).

Sabe-se que a escola influencia significativamente na formação moral das crianças e na qualidade das relações que se apresentam nos ambientes sociais nos quais elas interagem (Vinha; Tognetta, 2009). Trabalhar, na escola, o desenvolvimento da autonomia moral construindo, desde cedo nas crianças, valores como respeito, tolerância, justiça e solidariedade é uma rica forma de prevenção a qualquer tipo de violência, sensibilizando as crianças para percepção deste agravo, mesmo quando praticado por pessoas próximas e até mesmo do núcleo familiar. Soma-se a isso, a possibilidade de os professores ensinarem às crianças medidas autoprotetivas, fazendo com que elas reconheçam situações em que podem estar vulneráveis.

Sendo assim, para a reflexão acerca do desenvolvimento da moralidade infantil, vale ressaltar a contribuição dos estudos de Jean Piaget (1896-1980) sobre a evolução intelectual e moral da criança. Assim, os conceitos da Epistemologia Genética a respeito do desenvolvimento cognitivo são importantes. Para Piaget, o indivíduo aprende e constrói seu conhecimento em sua relação com o meio através de processos chamados esquemas ou estruturas mentais, que são ações do sujeito

que dão significação ao objeto de conhecimento (Chiarottino, 1988; Dias; Jacon; Vanni, 2019). “Um esquema é a estrutura ou organização das ações, que se generalizam no momento da repetição da ação, em situações semelhantes ou análogas” (Piaget; Inhelder, 1974, p.15).

A partir de seus estudos, Piaget coloca que o desenvolvimento cognitivo é uma adaptação, assim como o desenvolvimento biológico. Adaptação é um importante conceito que envolve os processos de assimilação – primeiro processo que ocorre quando o indivíduo recebe o estímulo e integra um novo dado perceptual, motor ou conceitual nos esquemas já existentes – e acomodação – modificação de um esquema já existente ou a criação de um novo, permitindo a adaptação da criança ao meio em que vive. Para que a integração com o meio seja efetiva, Piaget descreve também o processo de equilíbrio, processo autorregulador de passagem do desequilíbrio para o equilíbrio, um balanço entre assimilação e acomodação. Os desequilíbrios são necessários para o sujeito reequilibrar-se, avançando na construção do conhecimento (Vanni, 2017).

Fundamentando-se no filósofo Immanuel Kant (1724-1804) para desenvolver seus estudos sobre o desenvolvimento moral da criança, Piaget traz uma contribuição significativa para a compreensão do desenvolvimento da moralidade humana, a construção e a consciência das regras e as etapas do desenvolvimento humano que antecedem a autonomia moral, que são a anomia e a heteronomia. A autonomia é a capacidade de o sujeito agir de maneira independente e conservar-se, na prática, fiel a seus valores e a seus princípios de ação perante as tensões que sofre dos grupos sociais.

A anomia é caracterizada pelo estado de que não há apropriação, consciência das regras. Ainda que a nomenclatura da anomia signifique a ausência de regras, possui nela o embrião da moralidade e, se considerarmos os estudos que Piaget fez acerca da regra, não encontraremos a obrigação diante da regra, porém “existe a regularidade da ação, portanto, a prática da regra se dá de maneira motora e individual, um hábito, motivado pelo desejo individual, ou por que considera um exemplo interessante a ser seguido” (Zambianco, 2020, p.35). Em seguida, na fase da heteronomia, a criança inicia a percepção da existência de regras, mas o cumprimento dessas depende do comando do adulto e apenas esse pode determinar o que fazer ou não, sendo uma relação unilateral.

Aos poucos, por meio de suas vivências em um ambiente que proporcione relações democráticas, a relação entre pares, a criança vai posicionando-se com seu ponto de vista e o estado de heteronomia, em que há um respeito unilateral e relações de coação vai, gradativamente, dando lugar a uma outra tendência afetiva, a autonomia moral, resultante das relações de cooperação e respeito mútuo (La Taille, 1992; 2001; Zatti, 2007). Também, conforme Piaget (1994, p. 4), “[...] a moral é resultante das relações que se baseiam em confiança e respeito mútuo e pode caracterizar-se por um sentimento diferente, o sentimento do bem.” “[...] mais interior à consciência, cujo ideal de reciprocidade tende a tornar-se inteiramente autônomo” (Piaget, 1998, p. 29).

Sendo assim, o ensino socioemocional visa a uma tomada de decisões ética e auxilia o aluno no desenvolvimento do pensamento autônomo, ajuda na sociabilização e a compreender regras de convívio social, sendo benéfico tanto na redução da violência como na melhora do desempenho cognitivo (Bruzatti, 2022). Ainda, a estratégia sete do INSPIRE visa a “aumentar o acesso das crianças a uma educação mais eficaz e equitativa quanto ao gênero, uma aprendizagem socioemocional e uma formação de habilidades para a vida, além de assegurar que o ambiente escolar seja seguro e estimulante”. Ganhos educacionais protegem contra a violência tanto vítimas como autores. Segundo o INSPIRE, os programas que reforçam a aprendizagem social e emocional das crianças podem prevenir as violências, já que melhoram suas habilidades de comunicação e relacionamento e ajudam a aprender a resolver problemas, a lidar com as emoções, a ter empatia e a administrar conflitos (OPAS, 2017).

Nos últimos 20 anos, no Brasil, vem-se consolidando a proposta de uma educação voltada para a cidadania como princípio norteador de aprendizagens e para o desenvolvimento da autonomia moral. Recomendava-se que determinados assuntos deveriam ser abordados no decorrer das disciplinas, sem serem uma imposição de conteúdos, os chamados Temas Transversais. Estes foram recomendados na educação brasileira inicialmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1996, acompanhando a reestruturação do sistema de ensino. Eram seis os Temas Transversais nos PCN: ética, orientação sexual, pluralidade cultural, meio ambiente, trabalho e consumo e saúde. Nessa ocasião, a Ética e a Cidadania eram os eixos orientadores da educação. Em 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a

Educação Básica, que fazem referência à transversalidade e aos temas não disciplinares a serem abordados (Brasil, 2019a).

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em dezembro de 2017, e na etapa do Ensino Médio em dezembro de 2018, os Temas Transversais ampliaram seus alcances e foram assegurados nos novos currículos como Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Estes explicitam a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, além de fazer sua conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, trazendo contexto aos objetos do conhecimento descritos na BNCC. São apontadas seis macroáreas temáticas englobando 15 Temas Contemporâneos, conforme disposto no Quadro 1 (Brasil, 2019b).

Quadro 1 - Temas contemporâneos transversais na BNCC

MACROÁREAS	TEMAS CONTEMPORÂNEOS
MEIO AMBIENTE	Educação ambiental
	Educação para consumo
ECONOMIA	Trabalho
	Educação financeira
	Educação fiscal
SAÚDE	Saúde
	Educação alimentar e nutricional
CIDADANIA E CIVISMO	Vida familiar e social
	Educação para o trânsito
	Educação em direitos humanos
	Direitos da criança e do adolescente
	Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso
MULTICULTURALISMO	Diversidade cultural
	Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Ciência e tecnologia

Fonte: Brasil (2019b).

A BNCC é um documento elaborado pelo Ministério da Educação, de caráter normativo, que define os elementos essenciais de aprendizagem que os alunos precisam desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996, a BNCC deve ser usada como um conjunto de orientações para nortear as equipes pedagógicas na elaboração dos currículos locais. Este documento, que tem por objetivo tornar a educação básica brasileira mais igualitária, determina as

competências (gerais e específicas), as habilidades e os conhecimentos a serem desenvolvidos pelos alunos (Brasil, 2018).

A competência, um conceito observado e apontado na BNCC, é definida como “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p. 8). No contexto educacional, está relacionada com a capacidade em mobilizar recursos para solucionar determinado desafio ou situação. O documento traz dez competências gerais que se articulam à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades e à formação de atitudes e valores para contribuir com a transformação da sociedade: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; linguagens e comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; diálogo e argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e responsabilidade e cidadania (Brasil, 2018; Ribeiro, 2020).

Presentes em todas e, mais especificamente, nas quatro últimas, estão as competências socioemocionais, que incentivam e proporcionam que crianças, jovens e adultos coloquem em prática melhores atitudes e habilidades e tomem decisões com autonomia e de maneira responsável, demonstrem empatia e alcancem seus objetivos. Estas habilidades focam em aptidões não cognitivas e incluem a capacidade de lidar com as próprias emoções, relacionar-se com o outro, de colaboração, mediação de conflitos, desenvolvimento de autoconhecimento e solucionar problemas, além da consciência da diversidade. Elas podem ser desenvolvidas por meio da construção de valores sociomoraes, fatores reguladores das aprendizagens socioemocionais, necessários para a construção da autonomia intelectual e moral. Valores sociomoraes são indispensáveis para viver para si e para o outro e são pautados na justiça, solidariedade, honestidade, respeito, fidelidade e cuidado (Bruzatti, 2022).

2.5 O profissional da Educação e a escola no enfrentamento da violência

A articulação entre família e escola é extremamente necessária para o enfrentamento da violência contra a criança, pois constituem os principais momentos socializadores no início da vida social da criança e são ambientes de desenvolvimento humano, sendo necessária uma parceria que favoreça o desenvolvimento na infância.

A escola desempenha um papel protagonista na busca pela mudança de atitude frente à violência doméstica e torna-se um agente da rede de proteção dos direitos da criança e possui função ética, moral e legal de notificar às autoridades os casos suspeitos ou confirmados (Anunciação *et al.*, 2022; Souza; Cordeiro, 2022).

Assim, existem estratégias que são apontadas na literatura para promover a prevenção da violência, como: implementar atividades educativas que abordem o tema; assumir o papel na rede; integrar-se à rede, tornando próximas as relações com os órgãos de defesa da criança; promover ambientes em que as crianças possam se expressar; e envolver os pais e comunidade em atividades de prevenção (Santos *et al.*, 2020).

O papel do profissional da Educação e da escola é extremamente importante, já que a escola se mostra em situação ideal para prevenção, detecção e intervenção dos casos. É na escola que a criança convive com as demais pelo menos quatro horas do seu dia e onde estabelecem-se relações de proximidade com os professores que permitem o conhecimento da vida particular dos alunos. A relação de afeto e confiança entre professores e alunos possibilita uma comunicação em que se pode observar expressões e relatos de violências sofridas em casa (Garbin *et al.*, 2010; Pereira; Conceição, 2017; Souza; Cordeiro, 2022).

Indicadores comportamentais podem ser observados no ambiente escolar em uma criança que sofre violência: atitudes no cotidiano com os colegas, na postura para com outras crianças, na interação com professores e em seu rendimento escolar. Dessa forma, o professor assume um papel fundamental na identificação, notificação, encaminhamento para a rede de proteção e ouvindo e acolhendo a família. É necessário que os professores tenham um olhar responsável com relação ao diagnóstico da violência para que o ciclo da mesma se quebre e a denúncia salve a vida e o futuro de muitas vítimas (Araújo *et al.*, 2014).

O ECA coloca toda a sociedade como responsável pela efetivação dos direitos das crianças e adolescentes. O Artigo 245, do mesmo estatuto, pontua como crime “deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente” (Brasil, 1990), sob pena de multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Sendo assim, as instituições de ensino devem tomar providências sempre que houver suspeita de violência. Sabe-se, entretanto, que existe uma grande subnotificação. De acordo com o Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, de cada situação de agressão registrada, existem outras 20 que permanecem no anonimato. Por vezes, educadores percebem o que está acontecendo, mas não sabem como proceder de forma adequada e quais caminhos percorrer, pois não recebem preparo para lidar com esse tipo de problema (Araújo *et al.*, 2014).

Além disso, por vezes, sentem-se impotentes ou incapazes de identificar essas crianças, em razão do número elevado de alunos em sala de aula, não conseguindo dar a devida atenção a situações que demonstrem que a criança está em situação de violência. Há ainda o medo deste profissional de se envolver em conflitos particulares da família, de represália e o não conhecimento da importância de seu papel para o enfrentamento do problema (Araújo *et al.*, 2014).

Sabe-se, porém, que a notificação e denúncia, papéis importantes dos profissionais da Educação, são essenciais para inserção da criança na rede de proteção, garantindo acesso à justiça e a recursos necessários para garantia de direitos. Participam dessa rede de proteção a Vara da Infância e Juventude (VIJ), o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Conselho Tutelar. A VIJ é composta por juízes e equipe técnica psicossocial composta por assistentes sociais e psicólogos especializados e capacitados para o atendimento desse público que realizam avaliações e atendimentos para subsidiar a decisão do magistrado. Ao Ministério Público, órgão independente dos três poderes, cabe a função de defender a ordem jurídica e os interesses sociais, determinando a instauração de inquéritos policiais para apuração de crimes e infrações (Lahr, 2022).

Este deve também fomentar discussões de propostas que visem a atender a população infanto-juvenil. A defensoria pública, assistência jurídica gratuita, tem o papel de prestar atendimento e orientação à população sobre seus direitos e relações jurídicas. O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, instituído em lei e presente em todos os municípios e regiões, composto por cinco conselheiros eleitos pela sociedade para proteção dos direitos da criança e do adolescente por meio do acompanhamento de menores em situação de risco e decisão sobre qual a melhor medida de proteção para cada caso. Não tem poder judicial, mas tem a função de zelar pelo cumprimento dos direitos descritos no ECA (Lahr, 2022).

Os profissionais da escola têm, ainda, um papel fundamental na prevenção da violência. Uma adequada proteção e uma prevenção se alcançam educando e reforçando as comunidades para desenvolverem e manterem uma conduta sadia, responsável e respeitosa. Nenhum adulto, mãe ou pai, pode supervisionar uma criança 24 horas por dia. Os agressores sempre vão encontrar o momento adequado para praticar o abuso. Portanto, um dos pontos importantes na prevenção é ensinar as crianças a reconhecerem o risco, bem como um potencial violentador, ensinar que eles podem dizer “não” diante de uma situação abusiva e que é preciso relatar o ocorrido para uma pessoa de confiança. Essas habilidades são conhecidas como os três “Rs”: Reconhecer, Resistir e Relatar (Soma; Williams, 2014).

Um repertório de habilidades sociais comuns na infância está associado às habilidades autoprotetivas: autocontrole, empatia e expressividade emocional, civilidade, assertividade, expressividade emocional e resolução de problemas. Existem formas de auxiliar crianças a desenvolverem habilidades autoprotetivas, como Livros Infantis de Abordagem Preventiva (LIAPs) e programas de prevenção, cujos objetivos são exatamente informar as crianças sobre o que é abuso e que elas podem dizer “não”, devendo informar o ocorrido. Oferecem, ainda, informações a respeito da posse do próprio corpo, dos tipos de toque e a não perpetuar estereótipos tanto a respeito da vítima quanto do opressor (Soma; Williams, 2014).

Essa pesquisa busca, portanto, problematizar o déficit que o professor tem, em sua formação inicial e continuada, de conhecimento sobre o tema da violência contra a criança, que repercute na dificuldade do reconhecimento e encaminhamento correto das vítimas, perpetuando essa condição, e tem como tese principal que uma intervenção de médio prazo com professores pode fornecer a eles os subsídios necessários para o enfrentamento desta violência, colaborando para a minimização deste problema ainda muito presente dentro e fora da escola.

A seguir, no próximo capítulo, será abordado o percurso metodológico da pesquisa, descrevendo-se os procedimentos realizados e a descrição das sessões da intervenção.

3 CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Desenho da pesquisa

Com o objetivo de desenvolver e avaliar um modelo de intervenção voltado para professores do Ensino Fundamental I, foi realizada uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa e do tipo intervenção. Pesquisa quanti-qualitativa é aquela que permite uma abordagem que utiliza tanto métodos quantitativos quanto métodos qualitativos. A escolha do método misto, justifica-se pelo fato de que as limitações inerentes a um podem minimizar os vieses do outro, enquanto as potencialidades de um podem suprir as deficiências do outro, trazendo maior relevância para a pesquisa (Dal-Farra; Lopes, 2014).

Segundo Gatti (2004, p. 26), a análise a partir dos dados quantitativos pode trazer subsídios concretos para a compreensão do fenômeno, indo além da subjetividade e dos casuísmos, podendo orientar ações pedagógicas. É claro que o significado dos resultados é dado pelo pesquisador em função da fundamentação teórica, já que dados quantitativos por si só nada dizem. Uma informação que não pode ser diretamente visualizada poderá sê-lo a partir da transformação e interpretação desses dados. Entretanto, a mensuração dos dados desloca a informação de seu contexto original. Daí a necessária associação com a abordagem qualitativa que examina o ser humano como um todo e de forma contextualizada, o que pode gerar informações mais detalhadas das experiências humanas. A metodologia escolhida para complementar a análise qualitativa dos dados foi o grupo focal (Backer; 2011).

A escolha da pesquisa-intervenção, determina-se por ser um tipo de pesquisa educacional cujas práticas de ensino são planejadas, implementadas e avaliadas para maximizar a aprendizagem do participante, fazendo uma interconexão entre teoria e metodologias transformadoras. As intervenções são pesquisas realizadas no “mundo real”, ou seja, sobre e com pessoas e somente se efetivam se trouxerem benefícios para as partes envolvidas no processo (Damiani, 2012).

Esse tipo de pesquisa, ao mesmo tempo que redimensiona a formação acadêmica dos profissionais, tem a potencialidade de construir novas bases para as ações destes, por meio da articulação entre teoria e prática, sujeito e objeto. Fundamentada em uma perspectiva crítica, visa a mudanças na realidade com uma

participação social efetiva, centrada no agir e que acentue o vínculo entre a gênese teórica e a gênese social dos conceitos (Rocha; Aguiar, 2003).

3.2 Instituições e participantes

A pesquisa foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), criada pela lei n. 2296/83, de 21 de Dezembro de 1983. Possui a maior rede pública de ensino do Pontal do Paranapanema, com 64 unidades escolares, sendo 52 municipais (em prédio próprio), três filantrópicas e nove com gestão compartilhada. Atende a Educação Infantil – berçário, maternal e pré-escola (zero a cinco anos); Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano; e educação de Jovens e Adultos. Conta com um universo de mais de 19 mil alunos e cerca de dois mil profissionais entre diretores, vice-diretores, orientadores pedagógicos, professores, educadores infantis, equipe técnica composta de supervisores de ensino, coordenadores pedagógicos e equipe de apoio. Para melhor atendimento da clientela, conta com uma equipe multidisciplinar, composta de psicólogos escolares, educadora de saúde, assistentes sociais, fonoaudiólogos e psicopedagogos.

Foram compostos dois grupos participantes. A amostragem do Grupo Intervenção foi constituída por 32 professores articuladores escolares do Ensino Fundamental ciclo I. A escolha desse grupo, justifica-se pelo fato de que alunos do Ensino Fundamental ciclo I possuem idade em que a violência contra crianças tem alta prevalência (Brasil, 2020). Os articuladores são professores que organizam o projeto Cidade Escola, um projeto piloto de educação integral voltados para escolas de ensino fundamental regular, articulando-se com os demais gestores.

Ainda, foi formado um Grupo Controle, com características similares às do Grupo Intervenção, por 15 professores orientadores pedagógicos de escolas de Ensino Fundamental I, cujos participantes responderam ao pré e pós-teste, de forma remota por meio do *Google Forms*, na mesma época em que os participantes do Grupo Intervenção, porém não participaram da mesma. Este procedimento tem por objetivo avaliar se possíveis mudanças encontradas no grupo intervenção realmente podem ser atribuídas à mesma. A pesquisa baseada em evidência traz ao estudo um maior rigor metodológico e maior validade científica, por meio da utilização de um grupo controle, ou seja, grupo de indivíduos com características semelhantes ao grupo experimental, porém que não participam da intervenção realizada na pesquisa (Danski

et al., 2017). Para esse grupo, assim como para o Grupo Intervenção, será realizada uma formação com a devolutiva dos resultados da pesquisa após o término dela.

3.3 Questionário

Foi adaptado para os profissionais da Educação, um questionário estruturado, utilizado em uma pesquisa anterior do próprio pesquisador com profissionais de saúde (Moretti, 2019), contendo três partes: 1) dados sociodemográficos; 2) concepções e percepções do profissional da Educação sobre violência contra crianças, violência física, sexual, psicológica e negligência e abandono; 3) atuação do profissional da Educação frente à suspeita de violência. Nas duas últimas, foi utilizada uma Escala *Likert* de 01 a 05, com respostas cujas alternativas variam entre discordo totalmente, discordo, não concordo nem discordo, concordo e concordo totalmente (Likert, 1932).

O questionário (APÊNDICE A) foi submetido ao processo de validação de conteúdo, por meio da análise de juízes. Foi encaminhado a três pesquisadores de notória experiência no tema, um material (APÊNDICE B) para que fosse feita a análise de 48 itens em relação a três critérios: clareza de linguagem, pertinência e relevância teórica. Para cada um dos itens do instrumento, os pesquisadores atribuíram uma nota de 1 a 5 em cada um desses critérios, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Processo de validação de conteúdo

	Pouquíssima	Pouca	Média	Muita	Muitíssima
Clareza da Linguagem	1	2	3	4	5
Pertinência					
Relevância teórica					

Fonte: O autor.

Após as respostas serem enviadas, somaram-se as quatro notas de cada um dos itens e dividiram-se por quatro, obtendo-se a média. A seguir, multiplicou-se esse valor por 0,2, de modo que os valores tivessem um valor variando de 0,1 a 1,0, o que forneceu o Coeficiente de Validação de Conteúdo (CVC). Os itens com nota acima de 0,8 foram mantidos, os com nota entre 0,7 e 0,8 foram revistos e alterados e um item com nota abaixo de 0,7 foi retirado, conforme Quadro 3 a seguir. Cabe ressaltar que mesmo sendo bem avaliados, itens do questionário sofreram alterações conforme as sugestões dos juízes.

Quadro 3 - Avaliação dos juízes

ITEM	JUIZ 1	JUIZ 2	JUIZ 3	MEDIA	SUGESTÕES	PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO ITEM
VIOLÊNCIA FÍSICA						
Em determinadas situações, é preciso o uso de palmadas e puxões de orelha para educar os(as) filhos(as), desde que não sejam fortes o suficiente para deixar marcas.	1,0	0,6	1,0	0,86	JUIZ 2: Acredito que a formulação dessa questão valida a ideia, pelo pesquisador, de que é permitido dar palmadas e puxões de orelha, desde que essas ações sejam fracas, sem deixar marcas. Sugiro nova redação da questão: "Existem pessoas que, em determinadas situações, reconhecem ser preciso o uso..."	ADEQUADO
Se eu cheguei onde estou hoje, foi por que meus pais me deram umas palmadas, quando necessário.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
As palmadas podem fazer parte do processo de educação dos(as) filhos(as).	1,0	1,0	0,86	0,95	JUIZ 3: Não induziria a uma resposta considerada "politicamente correta", pensando que o grupo de respondentes será professor?	ADEQUADO
A violência física é caracterizada quando há marcas deixadas no corpo.	0,93	1,0	0,86	0,93	JUIZ 1: "A violência física se faz presente quando há marcas deixadas no corpo"	ADEQUADO
É possível diferenciar se um machucado foi causado acidental ou intencionalmente.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
A criança sempre revela que foi violentada.	1,0	1,0	0,8	0,93	JUIZ 3 A criança sempre revela que foi violentada". O sentido da pergunta poder ser dúbio: entendi que você quer saber se a criança sempre conta quando é violentada, mas poderia dar a entender também se comumente isso ocorre (ser violentada) e a criança relata. Sugiro revisão para não haver qualquer dúvida	ADEQUADO
Agressores de crianças possuem características específicas reconhecidas.	1,0	1,0	0,73	0,91	JUIZ 3: Será que se excluir o termo "reconhecidas" não ficaria mais claro? Ou mudar a forma de pergunta: é possível reconhecer características específicas em agressores de crianças?	ADEQUADO
As crianças são mais agredidas por pessoas estranhas do que por familiares ou conhecidos.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
VIOLÊNCIA SEXUAL						
As principais vítimas da violência sexual são meninas.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Os agressores sexuais de	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO

crianças são, na maioria dos casos, homens.						
Para se caracterizar abuso sexual é necessário que haja uma relação sexual com contato físico, não necessariamente penetração.	1,0	1,0	0,86	0,95	JUIZ 3: Sugestão de redação: Para se caracterizar abuso sexual é necessário que haja uma relação sexual com contato físico, sem haver, necessariamente, penetração.	ADEQUADO
Abuso sexual e exploração sexual são sinônimos.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Exploração sexual é caracterizada quando há pagamento em dinheiro em troca do ato sexual.	0,86	1,0	1,0	0,95		ADEQUADO
A exploração sexual de crianças ocorre com mais frequência nas famílias em situação de pobreza.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Pedofilia é um crime, pois envolve o desejo sexual por crianças, ou seja, corpos com características infantis.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Abordar temas como sexualidade na escola pode tornar crianças hipersexualizadas e favorecer uma situação de abuso sexual.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Crianças frequentemente fantasiam histórias sobre abuso sexual, é inerente ao desenvolvimento da sexualidade.	0,86	1,0	1,0	0,95	JUIZ 2: "Crianças frequentemente fantasiam histórias sobre abuso sexual e isso é inerente ao desenvolvimento da sexualidade"	ADEQUADO
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA					JUIZ 3: Sugiro o acréscimo de uma pergunta sobre o conhecimento dos professores a respeito do conceito/característica do <i>bullying</i> .	ADEQUADO
No Brasil, a violência psicológica ocorre em quase todas as residências.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
A violência psicológica pode ser mais grave que outras formas de violência que crianças vivenciam.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Rigidez na forma de falar com a criança faz parte da estratégia para educá-la.	1,0	1,0	0,8	0,93		ADEQUADO
A principal agressora nos casos de violência psicológica é a mãe.	0,73	0,6	1,0	0,77	JUIZ 1: Retirar este item por mencionar apenas mãe JUIZ 2: Poderia ser colocado outros membros da família?	RETIRADO
A violência psicológica contra crianças é caracterizada quando há insultos e grosserias direcionadas de forma intencional.	1,0	1,0	0,93	0,97		ADEQUADO
O conceito de <i>bullying</i> envolve o fato de ser uma violência que sempre ocorre entre pares.	0,86	1,0	1,0	0,95	JUIZ 2: Sugiro trocar ou acrescentar na questão o termo "repetitivo", pois caracteriza uma das principais ações do agressor e faz parte do conceito geral de <i>bullying</i> .	ADEQUADO
Vítimas de <i>bullying</i> nunca	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO

assumem papel de agressor.						
No <i>cyberbullying</i> o caráter repetitivo pode não estar envolvido.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
NEGLIGÊNCIA						
A negligência é a forma de violência mais comum praticada contra crianças.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Famílias pobres são mais negligentes.	1,0	1,0	0,93	0,97	JUIZ 3: Sugiro acrescentar: são mais negligentes no cuidado de crianças.	ADEQUADO
A negligência no cuidado de crianças pode ser decorrente de aspectos sociais, como por exemplo, idade e dependência química dos(as) cuidadores(as).	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
A negligência é de difícil definição, pois envolve aspectos culturais, sociais e econômicos.	1,0	1,0	0,8	0,93		ADEQUADO
ATUAÇÃO DO PROFESSOR E DA ESCOLA						
É papel do professor denunciar às autoridades os casos suspeitos de violência contra crianças, sob pena de multa.	1,0	1,0	0,93	0,97	JUIZ 3: Sugiro tirar "sob pena de multa" pois a afirmação dá um peso diferente a questão.	ADEQUADO
A escola deve investigar a veracidade dos fatos antes de realizar uma denúncia de violência.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
A denúncia pode ser feita mesmo se houver apenas o relato da criança, sem nenhum outro indício.	1,0	1,0	0,86	0,95		ADEQUADO
Para cada situação de agressão registrada contra crianças, existem outras vinte que permanecem no anonimato.	0,93	0,86	0,86	0,88	JUIZ 1: "Existem muitas outras" ao invés de "vinte" JUIZ 2: sugiro explicar melhor, ou seja, colocar a referência sobre os dizeres JUIZ 3: O número vinte é tirado de estudos? Poderia deixar claro na pergunta.	ADEQUADO
Quando há suspeita de violência, a escola deve primeiramente chamar os pais para conversar e tentar esclarecer a situação.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Não existem vantagens em denunciar, pois provavelmente nada acontecerá com o agressor.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
A responsabilidade de se envolver nos casos de violência é de assistentes sociais e psicólogos, cabendo aos profissionais de Educação denúncias como evasão escolar e faltas injustificadas.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Conheço o suficiente sobre os problemas relacionados à violência contra crianças.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Sinto-me bem preparado(a) para identificar casos de violência que estejam ocorrendo com meus(minhas) alunos(as).	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Conheço bem o fluxo de encaminhamento dos casos de violência contra crianças.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Como professor(a), posso auxiliar meus(minhas) alunos(as) a se defenderem da	1,0	1,0	1,0	1,0	JUIZ 3: Sugiro: Como professor(a), posso orientar meus(minhas)	ADEQUADO

violência.					alunos(as) a se defenderem da violência.	
Eu sei como orientar os(as) estudantes e as famílias para combater a violência contra crianças.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Eu acho que as minhas ações como professor(a) podem ajudar muito as crianças vítimas de violência.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
Violência escolar é aquela que necessariamente ocorre dentro da escola.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
O trabalho com o desenvolvimento da autonomia moral da criança pode colaborar na prevenção da violência.	1,0	1,0	0,86	0,95	JUIZ 3: Sugiro uma definição em nota sobre o que seja o desenvolvimento da autonomia moral , muitos professores não conhecem no sentido que está trabalhando e o objetivo aqui é saber se ajuda na prevenção da violência. O mesmo indico para a pergunta sobre Clima escolar; faça uma nota com o conceito, pois não é familiar aos docentes.	ADEQUADO
Ensinar valores sociomoraes, como justiça, solidariedade, honestidade, respeito, cooperação, cuidado é uma forma de prevenção à violência.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO
O conceito de competência trazido pela BNCC está relacionado com a capacidade em mobilizar recursos para solucionar determinado desafio ou situação.	0,33	0,73	0,66	0,57	JUIZ 1: Sugiro a retirada deste item, ele está descolado dos propósitos da investigação. JUIZ 2: Talvez pudesse ser substituído pela Competência Geral n. 8 da BNCC, que tem uma relação mais próxima com o item anterior do questionário, que trata sobre o ensino dos valores sociomoraes JUIZ 3: Não entendi o objetivo da pergunta	RETIRADO
O clima escolar interfere na qualidade de vida e na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem.	1,0	1,0	0,73	0,91	JUIZ 3: Sugiro "... interfere na qualidade do processo de ensino e aprendizagem e na convivência escolar"	ADEQUADO
Eu sei como ensinar crianças a reconhecerem situações de violência e se protegerem.	1,0	1,0	1,0	1,0		MANTIDO

Fonte: O autor.

3.4 Intervenção

As sessões da intervenção ocorreram em sala da SEDUC, no período de agosto a novembro de 2022, a cada 10 dias, em horário estabelecido para formação

dos professores da rede. A estrutura da intervenção, adaptada a partir da utilizada com profissionais da área de Saúde (Moretti, 2019), está demonstrada no Quadro 4 e nos subitens que se seguem.

Quadro 4 – Proposta de intervenção com profissionais da educação

Sessão 1	A construção histórica e social da infância e da adolescência
Sessão 2	A violência contra crianças
Sessão 3	Violência física
Sessão 4	Violência sexual: abuso e exploração
Sessão 5	Violência psicológica
Sessão 6	Negligência e abandono
Sessão 7	O desenvolvimento da autonomia moral
Sessão 8	Violência escolar e as competências socioemocionais
Sessão 9	O papel da escola e do profissional da Educação frente aos casos de violência
Sessão 10	Condutas autoprotetivas

Fonte: O autor.

3.5 Grupo focal

Com o objetivo de obter as principais impressões dos professores em relação ao conteúdo da intervenção e as modificações em suas concepções prévias, que poderão colaborar em possíveis modificações do modelo interventivo e na estruturação de outros programas formativos, foi realizado com dez articuladores, por adesão voluntária, que participaram da intervenção, um grupo focal. Trata-se de uma entrevista em grupo que proporciona interação entre os participantes e permite que estes explorem seus pontos de vista a partir da problematização e reflexões de um determinado tema. Este método representa uma fonte de acesso às informações acerca de um fenômeno e leva a um nível reflexivo que outras técnicas não conseguem alcançar. Essas escolhas contribuíram para a interpretação dos dados dessa pesquisa, já que “a subjetividade é indissolúvel nas práticas investigativas” (Backer, 2011). As questões utilizadas como gatilho para as discussões foram:

1. Que concepções sobre violência contra a criança você tinha antes e após a intervenção?
2. Que novos conhecimentos você adquiriu com a intervenção?
3. Enquanto professores, o que mudou na prática ou ainda pode refletir mudança com a intervenção?

3.6 Procedimentos

Os procedimentos para a realização da pesquisa foram subdivididos em seis etapas:

ETAPA 1: adaptação de um questionário estruturado, utilizado em uma pesquisa anterior do próprio autor (Moretti, 2019), contendo três partes: 1) dados sociodemográficos; 2) concepções e percepções sobre violência contra crianças, violência física, sexual, psicológica e negligência e abandono; 3) atuação do profissional da Educação frente a suspeita de violência;

ETAPA 2: preparação da intervenção por meio da definição de temas, a partir da literatura utilizada na adaptação do questionário e conseqüentemente para a intervenção; busca do material teórico e organização dos objetivos e conteúdo de cada sessão. Para essa etapa, foi sugerido o apoio de um membro do Setor de Ações Complementares à Educação (SACE) que faz parte da Coordenadoria de Gestão Educacional (CGE) da SEDUC;

ETAPA 3: aplicação do questionário (pré-teste) contendo conceitos e concepções sobre a violência contra a criança, com o objetivo de levantar os conhecimentos prévios dos participantes sobre o assunto, o que contribuiu na análise quantitativa da intervenção, bem como na análise comparativa do efeito que a intervenção teve nos participantes em relação ao Grupo Controle. No mesmo período, foi aplicado o pré-teste para este último grupo;

ETAPA 4: realização da intervenção pelo pesquisador para o Grupo Intervenção. Os conteúdos foram apresentados em dez sessões realizadas aproximadamente a cada dez dias, com duração aproximada de duas horas, com trabalhos de forma participativa e dinâmica, por meio do uso de recursos audiovisuais, discussão, vídeos e fotos, dando ao profissional participante papel de protagonista. Ao término de cada sessão, foram fornecidas, aos participantes, opções para complementação do conteúdo com textos de referência e filmes sobre o tema;

ETAPA 5: aplicação do pós-teste, ou seja, aplicação do mesmo questionário, com o objetivo de conhecer os conteúdos apropriados pelos participantes e fazer uma avaliação da intervenção de forma quantitativa, em especial, a partir da comparação com o Grupo Controle. Na última sessão, foi também realizada uma avaliação, na qual os participantes contribuíram com suas impressões sobre a intervenção. No mesmo período, foi aplicado o pós-teste com o Grupo Controle;

ETAPA 6: realização de um grupo focal com dez professores participantes da intervenção. As questões focais a serem utilizadas como gatilho para as discussões foram citadas anteriormente no item 3.5. Discutir e refletir com os participantes sobre as possíveis propostas de enfrentamento às situações de violência em suas intervenções pedagógicas na prática diária escolar que poderão colaborar em possíveis modificações do modelo interventivo e na estruturação de outros programas formativos para profissionais da Educação acerca do tema. Os dados obtidos contribuíram para a análise qualitativa da pesquisa.

As etapas 3, 4, 5 e 6 foram realizadas, conforme acordo com a SEDUC, durante horário já destinado à formação dos articuladores. Após a conclusão da pesquisa, será realizada uma devolutiva, por meio de formação da SEDUC, para os professores articuladores e orientadores pedagógicos participantes, do Grupo Intervenção e do Grupo Controle, acerca dos resultados encontrados na mesma. As etapas metodológicas que cumpriram os objetivos da pesquisa estão descritas no Quadro 5.

Quadro 5 - Objetivos e procedimentos metodológicos

OBJETIVOS	DESCRIÇÃO	METODOLOGIA
Geral	Desenvolver e analisar uma proposta de intervenção voltada para professores do Ensino Fundamental I que auxilie na prevenção, identificação e encaminhamento de casos de violência contra crianças, tanto no ambiente escolar quanto fora dele.	Preparação da intervenção por meio da definição de temas, busca do material teórico, organização dos objetivos e conteúdo de cada sessão e construção e validação de um questionário estruturado.
Específicos	Levantar os conceitos e concepções sobre violência contra a criança, detalhando sobre violência física, sexual, psicológica e negligência e refletindo sobre o papel do professor e da escola.	Preparação da intervenção por meio da definição de temas, busca do material teórico e organização dos objetivos e conteúdo de cada sessão.
	Verificar os elementos necessários para adaptação de um questionário elaborado para profissionais da	Adaptação de um questionário estruturado utilizado em uma pesquisa anterior do próprio contendo três partes: dados sociodemográficos,

	Saúde, para profissionais da Educação.	concepções e percepções sobre violência contra crianças e atuação do profissional da Educação frente a suspeita de violência.
	Analisar a viabilidade de um programa interventivo de média duração desenvolvido e aplicado a professores do Ensino Fundamental ciclo I.	Aplicação de um questionário estruturado contendo dados sociodemográficos, concepções e percepções sobre violência contra crianças e atuação do profissional da Educação frente a suspeita de violência antes (pré-teste) e após (pós-teste) a intervenção e para um Grupo Controle.
	Verificar a compreensão de professores na temática da violência contra a criança e a importância da atuação profissional e da escola no enfrentamento dela.	Realização da intervenção pelo pesquisador para o Grupo Intervenção. Realização de um grupo focal com os dez professores participantes da intervenção.

Fonte: O autor.

3.7 Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada em duas etapas. Primeiramente, por meio da colaboração da professora mestre bacharel em estatística Suelen Umbelino da Silva, foi realizada uma análise descritiva, comparando-se o questionário pré e pós-teste do grupo participante e, posteriormente, a comparação entre o grupo intervenção e o grupo controle, analisando, assim, a viabilidade da intervenção.

Para isso, foi utilizado o coeficiente de Kappa de Cohen, uma maneira de medir a confiabilidade das questões, corrigindo a frequência em que os indivíduos podem ter concordado (mesma resposta nos dois momentos de aplicação do questionário) ao acaso. Isso garante que, de fato, em outras aplicações do questionário (como foi o caso do grupo controle), quando os indivíduos concordam ou discordam em dois momentos de aplicação é porque realmente eles mantiveram suas opiniões ou as mudaram, e não devido ao acaso (Kottner; Streiner, 2011).

Para aprofundar a compreensão dos fenômenos investigados por meio do grupo focal, que foi gravado e as falas transcritas, foi utilizada a análise textual

discursiva, na qual, segundo Moraes (2003), faz-se uma análise rigorosa e criteriosa da informação, nesse caso, os dados obtidos a partir das discussões dos participantes.

3.8 Questões éticas

A pesquisa foi submetida à avaliação e à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), conforme a Resolução 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 50338221.6.0000.5515 que avaliou as questões pertinentes aos preceitos éticos e toda a documentação necessária antes do início de qualquer procedimento de coleta de dados (ANEXO).

A condução das sessões da intervenção e do Grupo Focal foi em sala que assegurou as condições de sigilo e adequação ambiental e os(as) participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) expressando concordância com os procedimentos metodológicos (APÊNDICE C).

Os dados coletados serão armazenados por cinco anos em equipamento particular do pesquisador e de sua orientadora. Em nenhuma hipótese, serão expostos, garantindo assim o sigilo das informações e os devidos cuidados para que os dados não identifiquem os(as) participantes na pesquisa e em futuras publicações.

A seguir, no Capítulo III, serão descritas as sessões da intervenção, o grupo focal, os resultados quantitativos e qualitativos, a discussão dos resultados e as considerações finais desta tese.

4 CAPÍTULO III – INTERVENÇÃO, RESULTADOS E ANÁLISE

4.1 Descrição da intervenção

4.1.1 Sessão 1: a construção histórica e social da infância

A primeira sessão foi iniciada com a apresentação do pesquisador mediador, contemplando um breve histórico da formação pessoal e profissional e sua inserção no tema da violência contra a criança e o adolescente e uma breve apresentação pessoal dos professores participantes. A seguir, foi mostrada a proposta da intervenção, como parte da pesquisa de doutorado do mediador, apresentando os temas de cada sessão, com seus objetivos e conteúdo programático, e todos os participantes responderam ao questionário pré-teste, assim como preencheram e assinaram o TCLE.

Uma discussão foi então iniciada com os participantes, com as seguintes questões motivadoras: Infância, como é definida? Infância, sempre existiu? A criança de antigamente é a mesma de hoje? O que é adolescência? O que é a Síndrome do Adolescente “Normal”? Adolescente de hoje é o mesmo de antigamente e o mesmo de amanhã? O tema central desta sessão foi então abordado com uma breve exposição teórica, utilizando-se de material audiovisual, primeiramente, sobre infância e depois sobre adolescência.

Na sequência, uma nova discussão, agora em relação a conhecimentos prévios dos participantes sobre a temática da violência foi motivada pelas seguintes questões: quais as concepções pré-existentes sobre o tema, conforme o questionário? Quais as primeiras impressões sobre o conteúdo exposto na primeira sessão?

O Quadro 6, a seguir, contém um resumo da sessão.

Quadro 6 - Sessão 1

Objetivos	Conhecer o pesquisador/mediador, a proposta de intervenção e os outros participantes Avaliar, através do pré-teste, os conhecimentos prévios dos participantes em relação à manifestação da violência contra crianças Conceituar infância e adolescência a partir de uma perspectiva histórica e social
Conteúdo programático	Apresentação pessoal do pesquisador e dos participantes Conceito de infância e adolescência a partir de uma perspectiva histórica e social Concepções sobre infância
Sugestão de filmografia complementar	A Invenção da Infância 10 Centavos Um Dia Chuvoso em Nova Iorque

Sugestão de leitura complementar	Barbosa; Magalhães, 2008
Referências utilizadas	Ariés, 1981; Bernartt, 2009; Brasil, 1990; Barbosa; Magalhães, 2008; Frota, 2007; Linhares, 2016; Sarmento, 2004; Zucchetti; Bergamaschi, 2007.

Fonte: O autor.

4.1.2 Sessão 2: a violência contra crianças

Esta sessão foi iniciada com uma atividade em pequenos grupos, na qual os participantes teriam que discutir e propor uma definição de “violência” e apresentar aos outros grupos. Esta atividade teve como objetivo levar à reflexão de todos do quão ampla é esta definição, trazendo, assim, a importância dos temas a serem discutidos nas sessões seguintes.

Em seguida, todos assistiram ao desenho animado “Era uma vez uma família”², que aborda os desafios dos pais na criação dos filhos; a importância do diálogo, carinho e atenção; as consequências de uma educação baseada na violência; a imagem da criança como sujeito de direitos; o castigo físico e humilhante; a violência intrafamiliar e a reprodução da violência. Uma breve exposição teórica sobre o tema foi realizada, incluindo as principais definições para a compreensão da temática, os dados mais recentes e os principais motivos para a perpetuação da violência.

O Quadro 7 a seguir mostra um resumo da sessão.

Quadro 7 - Sessão 2

Objetivos	Conceituar violência Conceituar violência contra a criança e sua tipificação Conhecer um breve histórico sobre os documentos de proteção Conhecer os números da violência
Conteúdo programático	Conceituação da violência contra crianças Histórico sobre os direitos das crianças e do reconhecimento das manifestações de violências ocultadas socialmente Fatores de risco e de proteção e resiliência
Sugestão de filmografia complementar	Preciosa Na Captura dos Friendmans Os Meninos de Saint Vicent
Sugestão de leitura complementar	Brasil. Ministério da Saúde, 2010
Referências utilizadas	Brasil, 2016; Calza, 2016; Habgzang, 2005; Jacques; Olinda, 2012; Koifman; Menezes; Bohrer, 2012; Livramento, 2012; Moura, 2014; Moreira; Souza, 2012.

Fonte: O autor.

² Disponível em: <https://youtu.be/quCy1Kclzso>)

4.1.3 Sessão 3: violência física

A terceira sessão iniciou com uma discussão sobre a prática de bater para educar as crianças: certa ou errada? A quais riscos e disfunções que essa prática leva? Os participantes puderam expor suas experiências enquanto professores e enquanto pais. Uma breve abordagem sobre o que a literatura diz em relação ao tema foi realizada pelo mediador para que a discussão não ficasse apenas no senso comum.

Um caso de violência física cometida por pais de uma criança foi então colocado, com o objetivo de mostrar aos participantes que é possível diferenciar lesões acidentais de lesões cometidas de forma intencional, e que, como professores, estes podem auxiliar profissionais de saúde no reconhecimento destas lesões. Em seguida, foi realizada uma exposição teórica sobre violência física, quais sinais de alerta devem chamar a atenção de profissionais de Saúde e profissionais de Educação e várias imagens de lesões intencionais foram mostradas aos participantes como ilustração, motivando uma discussão sobre o assunto.

O Quadro 8, a seguir, apresenta um resumo da sessão.

Quadro 8 - Sessão 3

Objetivos	Conhecer a violência física contra crianças Reconhecer tipos de lesões que sugerem lesões intencionais Discutir a cultura do castigo físico
Conteúdo programático	Conceituação da violência física contra crianças Características epidemiológicas dessa violência Reconhecimento de lesões, sinais e sintomas sugestivos de violência
Sugestão de filmografia complementar	Falsa Moral Pelo Amor de uma Criança A Cor Púrpura
Sugestão de leitura complementar	Silva, 2008
Referências utilizadas	Brasil, 2010; Brasil, 2014; Brasil, 2020; Sociedade Brasileira de Pediatria, 2018; Silva, 2008; Waiselfisz, 2012.

Fonte: O autor.

4.1.4 Sessão 4: violência sexual: abuso e exploração

A quarta sessão teve seu início com a exposição de um caso de violência sexual para desencadear uma discussão sobre este tema, destacando os pontos que

devem chamar a atenção durante o relato de uma criança ou adolescente vítima de abuso sexual e chegar a uma definição desta violência.

Na sequência, a exposição teórica abordou os conceitos de abuso sexual, exploração sexual e pedofilia e os sinais sugestivos destas violências em crianças e adolescentes. Imagens foram mostradas aos participantes, como desenhos de crianças e lesões provocadas por agressores e o abuso sexual foi explanado de forma teórica. A reportagem da Rede Record sobre exploração sexual “Crianças passam fome e são exploradas sexualmente no interior do Pará”³ foi assistida por todos e uma discussão foi iniciada: é possível observar a definição de exploração sexual? Quais características desta violência podem ser observadas? O tema da exploração foi então abordado na exposição oral.

A seguir, no Quadro 9, tem-se um resumo da sessão.

Quadro 9 - Sessão 4

Objetivos	Classificar a violência sexual contra a criança Conhecer o abuso sexual Conhecer a exploração sexual
Conteúdo programático	Classificação da violência sexual contra crianças em abuso e exploração sexual Conceituação do abuso sexual Características epidemiológicas dessa violência Reconhecimento de alterações físicas e sinais sugestivos de violência Conceituação da exploração sexual Características epidemiológicas dessa violência Consequências físicas e psicológicas para as vítimas Política de enfrentamento do problema
Sugestão de filmografia complementar	Lolita O Lenhador Anjos do Sol Que Exploração é Essa?
Sugestão de leitura complementar	Habigzang <i>et al.</i> , 2008
Referências utilizadas	Brasil. Ministério dos Direitos Humanos, 2020; Brasil. Ministério da Saúde, 2010; Habigzang <i>et al.</i> , 2005; Habigzang <i>et al.</i> , 2008; Hohendorff; Koller; Habigzang, 2015; Moreira; Souza, 2012; Machado, 2006.

Fonte: O autor.

3 Disponível em: <https://youtu.be/H-QqisFYoOk>

4.1.5 Sessão 5: violência psicológica

Nesta sessão foi, inicialmente, apresentada a reportagem da TV Globo “Agressão verbal na infância pode ter consequências mais graves do que palmada”⁴ e quatro questões foram colocadas para discussão: os pais têm o direito de fazer o que quiserem na criação dos filhos? Quais os limites entre o educar os filhos e o abuso psicológico? Como fazer para não cometer esse abuso com os filhos? Foi realizada então uma abordagem teórica sobre o tema.

Depois, discutiu-se, por meio de relatos e um vídeo, o *bullying* e o *cyberbullying*, a partir das seguintes questões: *bullying* realmente existe ou trata-se apenas de “mimimi”? Quais os limites entre o que pode ser considerado “brincadeira” e o *bullying*? Existem pessoas mais suscetíveis ao *bullying*? Quais as consequências na vida das crianças e adolescentes? Por fim, realizou-se, então, uma exposição teórica sobre esse tema na atualidade.

O Quadro 10, a seguir, contém um resumo da sessão.

Quadro 10 - Sessão 5

Objetivos	Conhecer a violência psicológica contra a criança Discutir o <i>bullying</i> e o <i>cyberbullying</i>
Conteúdo programático	Conceituação da violência psicológica contra crianças, com ênfase para o <i>bullying</i> Epidemiologia dessa violência Comportamentos considerados violência psicológica As formas de <i>bullying</i> e suas consequências
Sugestão de filmografia complementar	O Quarto de Jack A Lua e a Baleia Extraordinário
Sugestão de leitura complementar	Zequinão, 2016
Referências utilizadas	Abranches; Assis, 2011; Abranches; Assis; Pires, 2013; Alcantara, 2019; Fante, 2011; Fante; Pedra, 2008; Fermann; Pelisoli, 2016; Ferreira; Deslandes, 2018; Francisco; Libório, 2009; Ramos, 2019; Schreiber; Antunes, 2015; Zequinão, 2016.

Fonte: O autor.

4.1.6 Sessão 6: negligência e abandono

A sessão foi iniciada com um caso clínico descrito sobre negligência, tipo de violência abordado nesta sessão. Uma discussão com os participantes foi realizada

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dv7ONKcOV2I>

antes da exposição teórica sobre o tema, contemplando a definição, a diferenciação de negligência e pobreza e os sinais sugestivos dessa violência. Duas formas importantes dessa violência na atualidade foram abordadas: não seguimento do calendário vacinal e uso e abuso de telas na infância.

Esta última foi amplamente discutida com os participantes após a exibição da reportagem da Rede Record “Entenda por que o excesso de telas digitais é perigoso para as crianças”⁵ por meio das perguntas: pais ou responsáveis tem usado as telas para distrair os(as) filhos(as)? Qual o limite entre o adequado e o excesso? Existe controle parental adequado no conteúdo acessado *on-line* pelas crianças? As recomendações da Sociedade Brasileira de Pediatria, conforme a idade, foram mostradas aos participantes.

O Quadro 11, a seguir, apresenta um resumo da sessão.

Quadro 11 - Sessão 6

Objetivos	Conhecer a negligência e abandono como formas de violência contra a criança Discutir formas de negligência contra a criança na atualidade
Conteúdo programático	Conceituação da negligência e do abandono contra a criança Epidemiologia dessa violência Sinais que devem levar a pensar nessa violência Uso e abuso de telas na infância
Sugestão de filmografia complementar	Capernaum 3096 Dias de cativoiro Homens, Mulheres e Filhos
Sugestão de leitura complementar	Pasian, 2013
Referências utilizadas	Brasil. Ministério da Saúde, 2010b; Fante; Cassab, 2007; Livramento, 2012; OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), 2017; Pasian, 2013; Silva; Alves; Araujo, 2012; Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019

Fonte: O autor.

4.1.7 Sessão 7: o desenvolvimento da autonomia moral

Esta sessão discutiu inicialmente a construção da moralidade na infância a partir do vídeo “Pensamento infantil – A construção da moralidade”⁶. Após o vídeo, questionou-se: o que faz uma criança seguir regras? Há diferença conforme a idade?

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2kykXlnFjCg>

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6tOavV48E9o>

A exposição teórica abordou, então, o desenvolvimento da moralidade infantil a partir de Jean Piaget por meio dos conceitos da Epistemologia Genética.

Modelos de ensino da Educação Moral foram mostrados aos participantes e uma discussão com os participantes foi realizada: como a escola trabalha as questões de juízo de valores, regras e moralidade? Esse tema está nos Projetos Pedagógicos? Como ocorre na prática?

O Quadro 12, a seguir, mostra um resumo da sessão.

Quadro 12 - Sessão 7

Objetivos	Refletir sobre as contribuições da Epistemologia Genética para o desenvolvimento moral Analisar os principais conceitos da Epistemologia Genética sobre o desenvolvimento cognitivo e moral Abordar sobre o desenvolvimento/ construção da autonomia intelectual e moral
Conteúdo programático	Jean Piaget e o desenvolvimento da moralidade infantil Conceitos principais da Epistemologia Genética no desenvolvimento cognitivo e da moralidade O desenvolvimento / construção da autonomia moral e valores morais Contribuição de outros autores da psicologia da moralidade
Sugestão de filmografia complementar	A Corrente do Bem Ponto de Mutação Um Ato de Coragem
Sugestão de leitura complementar	Vinha e Tognetta, 2009
Referências utilizadas	Piaget, 1994; Chiarottino, 1988; Dias; Jacon; Vanni, 2019; La Taille, 1992; OPAS, 2017; Piaget; Inhelder, 1966/1974; Vinha; Tognetta, 2009; Vanni, 2017; Wadsworth, 1997; Zatti, 2007.

Fonte: O autor.

4.1.8 Sessão 8: violência escolar e as competências socioemocionais

Nesta sessão, foi trazido o tema da violência escolar e as competências socioemocionais. Iniciou-se com uma atividade com os participantes para se chegar a uma definição de violência escolar. A exposição teórica abordou os diferentes tipos desta, definindo e problematizando cada um deles. Discutiu-se com todos o papel da escola e da família no enfrentamento da violência escolar e como a escola desempenha esse papel. Os Temas Transversais e as Competências socioemocionais apontadas na BNCC foram abordados, discutindo com os professores o emprego deles na prática diária.

A sessão foi finalizada com uma discussão com os participantes sobre Clima Escolar e como avaliá-lo através da aplicação de questionários nas escolas, como a Escala de Clima Escolar (Vinha; Moraes; Moro, 2017), apresentando o manual de orientação para a aplicação dos questionários que avaliam o clima escolar, para alunos (a partir do 7º ano), professores e gestores de escolas brasileiras.

O Quadro 13, a seguir, contém um resumo da sessão.

Quadro 13 - Sessão 8

Objetivos	Definir e analisar as violências presentes na escola Entender a importância das competências socioemocionais e o ensino de valores e práticas morais na prevenção da violência
Conteúdo programático	As violências presentes na escola O ensino dos valores e práticas morais na escola As competências socioemocionais na BNCC Clima escolar
Sugestão de filmografia complementar	Bang, Bang! Você Morreu! Elefante Sem Medo de Morrer
Sugestão de leitura complementar	Dias; Jacon; Vanni, 2019
Referências utilizadas	Abramovay, 2005; Abramovay, 2015; Brasil, 2018; Brasil, 2019; Brusantin, 2018; Dias; Jacon; Vanni, 2019; OPAS, 2017; Pereira; Williams, 2010; Ribeiro, 2020; Vinha; Moraes; Moro, 2017

Fonte: O autor.

4.1.9 Sessão 9: o papel da escola e o profissional da Educação frente aos casos de violência

A sessão foi iniciada com uma discussão sobre o papel do profissional de Educação e da escola: estão aptos a reconhecer e encaminhar os casos de violência contra crianças? A reportagem do canal Futura “O papel da escola no combate à violência doméstica”⁷ foi colocada para motivar a discussão. Abordou-se, então, as dificuldades do profissional da Educação no reconhecimento e encaminhamento dos casos e a importância deles na prevenção da violência. A rede de proteção para a criança e ao adolescente foi contemplada na discussão.

7 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GQWRonb5KLU>.

Encerrou-se a sessão com uma nova discussão, após a apresentação da reportagem da Rede Globo, “Caso Emanuely de 5 anos morta pelos pais”, através das questões: que sentimentos e emoções são despertados frente aos casos de violência contra a criança? Temos cumprido nosso papel enquanto sociedade? O que ainda podemos fazer?

O Quadro 14, a seguir, apresenta um resumo da sessão.

Quadro 14 – Sessão 9

Objetivos	Discutir o papel do profissional da educação e da escola na prevenção, reconhecimento e encaminhamento das denúncias Conhecer as políticas públicas voltadas a crianças Conhecer as instituições e equipamentos de proteção para as crianças
Conteúdo programático	Problemática sobre o papel do profissional da educação e da escola na violência contra a criança Fluxograma de encaminhamento de denúncias de violência Políticas públicas voltadas a crianças Instituições e equipamentos de proteção para as crianças
Sugestão de filmografia complementar	Oranges and Sunshine A Ira de um Anjo Marcas do Silêncio
Sugestão de leitura complementar	Monteiro; Bais, 2014
Referências utilizadas	Araújo <i>et al.</i> , 2014; Brasil, 1990; Garbin, 2010; Garcia, 2009; Monteiro; Bais, 2014; Pereira; Conceição, 2017

Fonte: O autor.

4.1.10 Sessão 10: condutas autoprotetivas

Na última sessão, refletiu-se inicialmente sobre questões de prevenção e medidas autoprotetivas: como podemos atuar na prevenção da violência contra crianças e adolescentes? É possível ensinar a crianças e adolescentes condutas autoprotetivas? Como ensinar essas condutas? O que devemos ensinar às crianças? Na exposição teórica, apresentou-se os Livros Infantis de Abordagem Preventiva e modelos de programas de prevenção para crianças. Ao final da sessão os participantes responderam ao questionário pós-teste e preencheram uma avaliação da intervenção (APÊNDICE A).

O Quadro 15, a seguir, mostra um resumo da sessão.

Quadro 15 - Sessão 10

Objetivos	Conhecer sobre condutas autoprotetivas para crianças Aprender sobre as formas de ensinar condutas autoprotetivas para crianças Conhecer sobre Programas de Prevenção contra a violência de crianças Avaliar, através do pós-teste, os conhecimentos adquiridos pelos participantes em relação à manifestação da violência contra crianças Realizar uma avaliação da intervenção pelos participantes dela
Conteúdo programático	Condutas autoprotetivas para crianças Métodos para ensinar condutas autoprotetivas, como por exemplo, livros e programas de prevenção Programas de Prevenção contra a violência de crianças
Sugestão de filmografia complementar	Inocência Marcada Afetos Secretos Acusação
Sugestão de leitura complementar	Soma; Williams, 2014
Referências utilizadas	Soma; Williams, 2014; Wurtele, 2008; Hohendorff; Koller; Habigzang, 2015

Fonte: O autor.

4.2 Análise dos resultados quantitativos: questionário pré e pós-teste

Dos 32 professores articuladores que participaram da intervenção, 23 estavam presentes na primeira e na última sessão e, portanto, responderam o pré e o pós-teste. Destes, 100% eram do gênero feminino e a idade variou entre 29 e 59 anos (média de 45 anos). Do total, 87% (20 dos participantes) atuam como professor de crianças há mais de 10 anos e 13% (três participantes) há menos de cinco anos. A maioria, 82%, atua na rede municipal há mais de 10 anos, todas com contrato de trabalho efetivo.

Em relação ao tema da violência, duas participantes (8,6%) afirmaram que foi amplamente discutido na graduação, 15 (65,2%) disseram que foi pouco discutido e seis (26,2%) citaram que não foi discutido. Na formação continuada, quatro (17,3%) relataram que o tema foi amplamente discutido, 18 (78,2%) que foi pouco discutido e apenas uma (4,5%) que não foi discutido. Para analisar a viabilidade da intervenção, foi, então, realizada a análise estatística dos itens de cada dimensão do questionário antes e depois dela, pré e pós-teste. O Quadro 16, a seguir, apresenta um resumo dos resultados. Foram consideradas esperadas, as respostas adequadas para cada questão, ou seja, as respostas que condizem com conceitos e concepções adequadas; e, não esperadas, as respostas inadequadas, conforme a escala de Likert do questionário (concordo totalmente e concordo ou discordo totalmente e discordo).

Assim, a concordância do participante ocorreu quando ele apresentava a resposta adequada antes (pré-teste) e após (pós-teste) a intervenção (categoria “esperada x esperada”), significando que já possuía um conhecimento prévio correto e este manteve-se, ou a resposta inadequada antes e após (categoria “não esperada x não esperada”), o que significa que tinha um conhecimento prévio equivocado e este manteve-se após a intervenção, ou seja, não alterando conceitos e concepções equivocadas. No entanto, o maior interesse está nas respostas da categoria “não esperada x esperada”, isto é, aqueles que, antes da intervenção deram uma resposta inadequada e, após, responderam adequadamente. Neste caso, a intervenção foi eficaz em fazer o participante alterar sua resposta inadequada para adequada acerca da temática do item do questionário.

Quadro 16 - Resumo do desempenho dos participantes no questionário antes e depois da intervenção (n=23)

Dimensão	Item	% não esperada x esperada	% esperada x não esperada	% não esperada x não esperada	% esperada x esperada
Violência Física	1	26,1	8,7	4,3	60,9
	10	21,7	8,7	21,7	47,8
	15	26,1	0,0	8,7	65,2
	17	17,4	17,4	39,1	26,1
	24	30,4	0,0	56,5	13,0
	25	34,8	0,0	17,4	47,8
	44	17,4	0,0	21,7	60,9
	Geral	24,8	5,0	24,2	46,0
Violência Sexual	4	13,0	4,3	60,9	21,7
	14	17,4	8,7	0,0	73,9
	16	4,3	0,0	0,0	95,7
	18	26,1	0,0	47,8	26,1
	22	13,0	0,0	0,0	87,0
	30	13,0	0,0	21,7	65,2
	38	34,8	0,0	21,7	43,5
	40	21,7	0,0	17,4	60,9
	41	8,7	4,3	87,0	0,0
	Geral	16,9	1,9	28,5	52,7
V i o l ê n	8	56,5	0,0	39,1	4,3

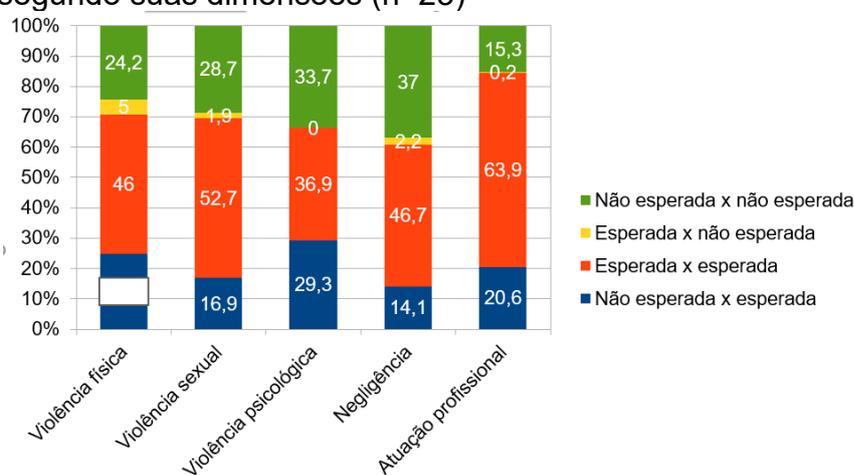
	11	13,0	0,0	65,2	21,7
	12	17,4	0,0	13,0	69,6
	33	30,4	0,0	43,5	26,1
	34	30,4	0,0	65,2	4,3
	36	34,8	0,0	0,0	65,2
	43	30,4	0,0	13,0	56,5
	47	21,7	0,0	30,4	47,8
	Geral	29,3	0,0	33,7	36,9
Negligência	5	0,0	0,0	87,0	13,0
	6	26,1	0,0	21,7	52,1
	7	13,0	4,3	21,7	60,9
	31	17,4	4,3	17,4	60,9
	Geral	14,1	2,2	37,0	46,7
Atuação profissional	2	17,4	0,0	0,0	82,6
	3	17,4	0,0	34,8	47,8
	9	4,3	0,0	0,0	95,7
	13	0,0	0,0	0,0	100,0
	19	4,3	0,0	4,3	91,3
	20	39,1	0,0	34,8	26,1
	21	65,2	0,0	26,1	8,7
	23	4,3	0,0	0,0	95,7
	26	4,3	0,0	0,0	95,7
	27	8,7	0,0	4,3	87,0
	28	52,2	0,0	30,4	17,4
	29	47,8	0,0	39,1	13,0
	32	17,4	0,0	4,3	78,3
	35	17,4	0,0	4,3	78,3
	37	4,3	0,0	0,0	95,7
	39	13,0	0,0	0,0	87,0
	42	0,0	4,3	47,8	47,8
	45	47,8	0,0	43,5	8,7
	46	26,1	0,0	17,4	56,5
Geral	20,6	0,2	15,3	63,9	

Fonte: O autor.

Nota: Quadro elaborado com a ajuda do profissional Estatístico.

É possível observar que a intervenção foi eficaz em alterar as respostas inadequadas para respostas adequadas para 24,8% dos participantes na dimensão violência física, 16,9% na dimensão violência sexual, 29,3% para a dimensão violência psicológica, 14,1% para a dimensão negligência e 20,6% para a dimensão de atuação profissional. É importante considerar que boa parte dos participantes já haviam respondido corretamente antes da intervenção e mantiveram suas respostas (média de 49,2% das respostas dos itens do questionário), conforme mostrado no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 – Desempenho geral dos participantes no questionário, em porcentagem, segundo suas dimensões (n=23)



Fonte: O autor.

Nota: Quadro elaborado com a ajuda do profissional Estatístico.

Este gráfico descreve o desempenho dos participantes em cada dimensão do questionário. Em azul, a categoria “não esperada x esperada”, em vermelho a categoria “esperada x esperada”, em amarelo a categoria “esperada x não esperada” e em verde a categoria “não esperada x não esperada”.

Os resultados mostram que diferente da maioria das pesquisas semelhantes encontradas na literatura, como Garbin *et al.* (2010), Monti e Sigolo (2023) e Santos *et al.* (2022), os professores da rede municipal já possuíam um bom conhecimento prévio acerca do tema da violência, o que pode ser constatado pela categoria “esperada x esperada” em vermelho no Gráfico 1, que variou nas dimensões entre 36,9% e 63,9%. Isso se dá pela grande preocupação dos gestores da Secretaria Municipal de Educação com essa temática e um esforço contínuo de representantes dela na formação continuada dos professores e outros profissionais da Educação no tema da violência contra a criança há vários anos. O município conta com uma equipe

diferenciada na Secretaria Municipal de Educação, formada por psicóloga, assistente social e educadora em saúde pública (Presidente Prudente, 2013).

Outro ponto a ser discutido, refere-se à categoria “não esperada x não esperada”, em verde no Gráfico 1, que em média representou 27,7% das respostas dos itens dos questionários nas cinco dimensões. Isso mostra, como também constata Monti e Sigolo (2023), que professores, em geral, ainda se apoiam no senso comum no que se refere a essa temática, assim como é difícil alterar conceitos e concepções pré-existentes e culturalmente enraizados, especialmente, no que diz respeito à naturalização da violência e descrença na rede de proteção à criança.

Destacam-se nessa categoria, os itens 42 da dimensão violência sexual (pedofilia é um crime, pois envolve o desejo sexual por crianças, ou seja, corpos com características infantis) e o 5 da dimensão negligência (a negligência é a forma de violência mais comum praticada contra crianças). O primeiro envolve um erro conceitual (Brasil, 2010b) bastante observado no senso comum, pois pedofilia trata-se de um transtorno psíquico, nem sempre levando ao crime de abuso sexual. O segundo justifica-se pela não inclusão de atitudes relacionadas à criança que podem ser enquadradas como negligência, porém não são encaradas dessa forma (Brasil, 2010b).

Por fim, ao analisar a categoria “não esperada x esperada”, em azul no gráfico, a intervenção foi eficaz em alterar as respostas dos participantes em média em 21,1% nas diferentes dimensões, constatando, assim como Dias (2013), que uma intervenção de médio prazo pode alterar concepções e embutir novos conhecimentos em seus participantes, melhorando a capacidade de reconhecimento e encaminhamento dos casos. O mesmo não ocorreu no grupo controle, conforme discutido a seguir.

Destacam-se nessa categoria, o item oito da dimensão violência psicológica, (a principal agressora nos casos de violência psicológica é a mãe) em que houve melhora da resposta em 56,5%; e os itens 21 (conheço o suficiente sobre os problemas relacionados à violência contra crianças), em que houve mudança em 65,2% das respostas; e, o item 28 (eu sei como ensinar crianças a reconhecerem situações de violência e se protegerem) em que houve melhora em 52,2% das respostas, ambos da dimensão atuação profissional. Especialmente os dois últimos mostram que os participantes da intervenção se sentem mais seguros e preparados para o combate à violência infantil enquanto profissionais da Educação, conforme será

demonstrado na discussão do grupo focal. O primeiro (item 8) confirma a hipótese de que muitas atitudes das mães em relação aos filhos não são reconhecidas como violência psicológica (Brasil, 2010b).

Para que as respostas do grupo que passou pela intervenção, de fato, sejam representativas da realidade é importante que a confiabilidade do questionário seja avaliada. Para tanto, este foi aplicado a um grupo controle (n=15) e reaplicado num intervalo de aproximadamente quatro meses, cujo resultado para as respostas estão no Quadro 17. Observamos que a concordância foi praticamente total em todas as dimensões, isto é, aqueles que deram respostas inadequadas no primeiro momento, continuaram dando respostas inadequadas no segundo momento, o mesmo se deu com os que já haviam respondido adequadamente inicialmente. Essa é uma excelente característica psicométrica.

Quadro 17 - Avaliação de concordância do questionário – respostas do grupo controle (n=15)

Dimensão	Item	% não esperada x esperada	% esperada x não esperada	% não esperada x não esperada	% esperada x esperada
Violência Física	1	0,0	0,0	46,7	53,3
	10	0,0	0,0	13,3	86,7
	15	0,0	0,0	33,3	66,7
	17	0,0	0,0	60,0	40,0
	24	0,0	0,0	86,7	13,3
	25	0,0	6,7	33,3	60,0
	44	0,0	0,0	66,7	33,3
	Geral	0,0	0,9	48,6	50,5
Violência Sexual	4	0,0	0,0	66,7	33,3
	14	0,0	0,0	13,3	86,7
	16	0,0	0,0	0,0	100,0
	18	0,0	0,0	93,3	6,7
	22	0,0	0,0	0,0	100,0
	30	0,0	0,0	20,0	80,0
	38	0,0	0,0	40,0	60,0
	40	0,0	0,0	46,7	53,3
	41	0,0	0,0	93,3	6,7
	Geral	0,0	0,0	41,5	58,5

Dimensão	Item	% não esperada x esperada	% esperada x não esperada	% não esperada x não esperada	% esperada x esperada
Violência psicológica	8	0,0	0,0	86,7	13,3
	11	0,0	0,0	40,0	60,0
	12	0,0	0,0	60,0	40,0
	33	0,0	0,0	73,3	26,7
	34	0,0	0,0	66,7	33,3
	36	0,0	0,0	33,3	66,7
	43	0,0	0,0	20,0	80,0
	47	0,0	0,0	20,0	80,0
	Geral	0,0	0,0	50,0	50,0
Negligência	5	0,0	0,0	80,0	20,0
	6	0,0	0,0	20,0	80,0
	7	0,0	0,0	53,3	46,7
	31	0,0	0,0	26,7	73,3
	Geral	0,0	0,0	45,0	55,0
Atuação profissional	2	0,0	0,0	26,7	73,3
	3	0,0	0,0	26,7	73,3
	9	0,0	0,0	20,0	80,0
	13	0,0	0,0	13,3	86,7
	19	0,0	0,0	6,7	93,3
	20	0,0	0,0	53,3	46,7
	21	0,0	0,0	80,0	20,0
	23	0,0	0,0	0,0	100,0
	26	0,0	0,0	6,7	93,3
	27	0,0	0,0	6,7	93,3
	28	0,0	0,0	60,0	40,0
	29	0,0	0,0	66,7	33,3
	32	0,0	0,0	20,0	80,0
	35	0,0	0,0	6,7	93,3
	37	0,0	6,7	6,7	86,7
	39	0,0	0,0	0,0	100,0
	42	0,0	0,0	40,0	60,0
45	0,0	0,0	80,0	20,0	

Dimensão	Item	% não esperada x esperada	% esperada x não esperada	% não esperada x não esperada	% esperada x esperada
	46	0,0	0,0	46,7	53,3
	Geral	0,0	0,3	29,8	69,8

Fonte: O autor.

Nota: Quadro elaborado com a ajuda do profissional Estatístico.

Além da concordância, é de suma importância avaliar a confiabilidade do questionário. Estes conceitos, embora comumente confundidos na literatura, não são sinônimos. Enquanto a concordância apenas sumariza o quanto os indivíduos coincidiram em suas respostas em dois momentos distintos, a confiabilidade avalia a concordância ao acaso (Kottner; Streiner, 2011).

O Quadro 18 apresenta o coeficiente Kappa (k) de Cohen para o questionário aplicado ao grupo controle, de modo a medir a confiabilidade de suas questões. Observamos que $k = 1,0$ é estatisticamente significativo, para a maioria das questões, exceto para o item 25 (em determinadas situações, é preciso o uso de palmadas e puxões de orelha para educar os(as) filhos(as), desde que não sejam fortes o suficiente para deixar marcas), da dimensão violência física ($k = 0,857$) e para o item 37 (o trabalho com o desenvolvimento da autonomia moral da criança pode colaborar na prevenção da violência) da dimensão de atuação profissional ($k = 0,634$). Assim, segundo a interpretação de McHugh (2012) para os valores de Kappa (Quadro 19), a maior parte dos itens do questionário apresentaram concordância quase perfeita, e os dois itens supracitados, apresentaram concordância forte e moderada, respectivamente. Tais resultados garantem a confiabilidade do questionário (Kottner; Streiner, 2011).

Quadro 18 - Avaliação da confiabilidade do questionário por meio da estatística Kappa de Cohen (k) – respostas do grupo controle (n=15)

Dimensão	Item	Kappa de Cohen (k)	P-valor
Violência Física	1	1,0	0,000108
	10	1,0	0,000108
	15	1,0	0,000108
	17	1,0	0,000108
	24	1,0	0,000108
	25	0,857	0,000796
	44	1,0	0,000108

Dimensão	Item	Kappa de Cohen (k)	P-valor
Violência Sexual	4	1,0	0,000108
	14	1,0	0,000108
	16	-	-
	18	1,0	0,000108
	22	-	-
	30	1,0	0,000108
	38	1,0	0,000108
	40	1,0	0,000108
	41	1,0	0,000108
Violência psicológica	8	1,0	0,000108
	11	1,0	0,000108
	12	1,0	0,000108
	33	1,0	0,000108
	34	1,0	0,000108
	36	1,0	0,000108
	43	1,0	0,000108
	47	1,0	0,000108
Negligência	5	1,0	0,000108
	6	1,0	0,000108
	7	1,0	0,000108
	31	1,0	0,000108
Atuação profissional	2	1,0	0,000108
	3	1,0	0,000108
	9	1,0	0,000108
	13	1,0	0,000108
	19	1,0	0,000108
	20	1,0	0,000108
	21	1,0	0,000108
	23	-	-
	26	1,0	0,000108
	27	1,0	0,000108
	28	1,0	0,000108
	29	1,0	0,000108

Dimensão	Item	Kappa de Cohen (k)	P-valor
	32	1,0	0,000108
	35	1,0	0,000108
	37	0,634	0,00832
	39	-	-
	42	1,0	0,000108
	45	1,0	0,000108
	46	1,0	0,000108

Fonte: O autor.

Nota: Quadro elaborado com a ajuda do profissional Esteticista.

Nota: Valores de Kappa não são calculados para itens cuja concordância foi igual a 100%.

Quadro 19 - Interpretação do Kappa de Cohen

Valor de Kappa	Nível de concordância
0,0 – 0,20	Inexistente
0,21 – 0,39	Mínimo
0,40 – 0,59	Fraco
0,60 – 0,79	Moderado
0,80 – 0,90	Forte
Acima de 0,90	Quase perfeito

Fonte: McHugh, (2012)

4.3 Avaliação da intervenção

Com o objetivo de coletar as impressões dos participantes sobre a intervenção, uma avaliação foi realizada na última sessão. Esta contava com duas partes. A primeira formada por 10 itens para serem respondidos conforme a escala de Likert (Quadro 20): discordo totalmente (DT), discordo (D), nem discordo, nem concordo (NN), concordo (C) e concordo totalmente (CT).

Quadro 20 - Avaliação da intervenção realizada pelos participantes

	(DT)	(D)	(NN)	(C)	(CT)
Os conceitos trabalhados foram suficientes, claros, atualizados e relevantes.					
Os exemplos utilizados foram ilustrativos e relevantes aos conceitos principais.					
A formação ofereceu oportunidade para trocar experiências e conhecimentos.					

O mediador do curso demonstrou domínio suficiente dos assuntos abordados.					
Houve sequência no desenvolvimento do assunto, facilitando o entendimento.					
A formação pôde proporcionar ao participante estabelecer a relação entre os conceitos trabalhados e o cotidiano profissional quando lidando com as questões de violência.					
As estratégias de ensino utilizadas foram adequadas aos objetivos propostos.					
Sua expectativa em relação ao curso foi satisfeita.					
Os textos complementares foram importantes para a aprendizagem do conteúdo.					
Os recursos audiovisuais foram utilizados adequadamente.					

Fonte: O autor.

Apenas um participante respondeu “discordo” em um dos itens, o item um (os conceitos trabalhados foram suficientes, claros, atualizados e relevantes). Todas as outras respostas de todos os participantes para todos os itens foram “concordo” ou “concordo totalmente”. A segunda parte da avaliação foi escrita, com três itens para serem respondidos: “pontos fracos”, “pontos fortes” e “o que podemos melhorar na intervenção”. Em relação aos pontos fracos, duas categorias podem ser observadas.

- Categoria 1: tempo, horário e local

Aqui, pode-se observar a escrita de quatro participantes, especialmente, em relação ao tempo, horário e local em que foram realizadas as sessões, após o dia de trabalho e em local diferente do local de trabalho dos professores, as escolas, fazendo com que o tempo disponível para cada uma fosse limitado, podendo ter impactado nas discussões realizadas com o grupo:

Tempo disponibilizado para as discussões, relatos e trocas de experiências (professora participante da intervenção).
 Poderia ser mais amplo, com mais tempo, e para as outras categorias (professora participante da intervenção).
 Horário e local (professora participante da intervenção).
 Devido ao horário ser após [o] dia de trabalho, foi um pouco cansativo (professora participante da intervenção).

- Categoria 2: individualidades dos participantes e do moderador

Segundo as avaliações, características individuais subjetivas dos participantes da intervenção e do pesquisador moderador puderam ser observadas e podem ser interpretadas como fragilidades da intervenção. A escrita de duas professoras são destacadas a seguir:

No geral, o curso foi bom. Acredito que os pontos fracos se deram por parte dos cursistas em compreender, expor com clareza ou assumir suas

fragilidades frente a perguntas do palestrante, que não insistiu no foco das perguntas, mostrando respeito ao grupo e pessoas (professora participante da intervenção).

Uma e outra intervenção na área pedagógica que poderia ter sido evitada, afinal a área da prática pedagógica é complexa para seus próprios profissionais, quanto mais para profissionais de outras áreas (professora participante da intervenção).

Os pontos fortes elencados pelos participantes foram também agrupados em categorias.

- Categoria 1: relevância da temática abordada

Observa-se nessa categoria que as quatro professoras participantes da intervenção reconheceram a importância dos assuntos abordados nas sessões e o quanto corresponderam às necessidades do cotidiano.

Dados reais nos trazem para o perigo real que a criança sofre. Isso é importante sabermos (professora participante da intervenção).

Assunto é muito relevante para os profissionais da Educação, auxilia muito na prática diária para o enfrentamento das realidades que estamos vivenciando (professora participante da intervenção).

Um tema muito relevante, atual, que vivenciamos muito dentro da escola (professora participante da intervenção).

Todos os temas abordados estão totalmente ligados a nossa realidade (professora participante da intervenção).

- Categoria 2: dinâmica das sessões e condução do moderador

Nesta categoria, podem ser constatadas as impressões das quatorze professoras em relação ao material, à dinâmica das sessões e da maneira como o moderador as conduziu, com destaque para apresentação clara, linguagem acessível e domínio teórico do assunto.

Toda a explanação, conceituação e exemplificação de situações inerentes ao tema foram muito claras, esclarecedoras e de muita valia a nossa formação. Aproveito a oportunidade para parabenizar, você, Murilo, pelo excelente trabalho e curso. O teor do conteúdo nos trouxe reflexões importantíssimas para nossa atuação pessoal, social e profissional (professora participante da intervenção).

Competência do professor palestrante Murilo (professora participante da intervenção).

Abordagem clara, linguagem acessível, exemplos práticos, abertura para a participação dos cursistas (professora participante da intervenção).

Domínio do assunto, mesmo com alguns temas fortes, o doutor abordou de uma forma leve e nos mostrando total domínio do assunto (professora participante da intervenção).

Domínio de conteúdo, postura dialógica, organização do material teórico, atualidade dos conteúdos propostos, clareza nas explicações (professora participante da intervenção).

Todos os temas foram bem trabalhados, explicações claras e de fácil entendimento (professora participante da intervenção).
 Material utilizado, troca de experiência (professora participante da intervenção).
 Esclarecimento, tirou as dúvidas (professora participante da intervenção).
 Fala clara e objetiva, espaço para apresentação dos exemplos da rede (professora participante da intervenção).
 Boas discussões, assunto relevante importante para contribuir com nosso trabalho (professora participante da intervenção).
 Dinâmica e estratégias do professor (professora participante da intervenção).
 Didática e dinâmica do curso (professora participante da intervenção).
 Domínio do assunto didático e muito simpático (professora participante da intervenção).
 Excelente didática, possibilidades de diálogos e trocas de experiências (professora participante da intervenção).

O último item da avaliação, “o que podemos melhorar”, está dividido nas categorias que seguem.

- Categoria 1: expansão para outras escolas e outros profissionais da escola

Nesta categoria, estão as escritas das seis professoras que sugerem que na formação devem ser abordados outros temas, além de que deve ser ampliada para outras as escolas da rede municipal e realizada para outros profissionais da escola, além dos professores:

Expandir este curso a mais profissionais, pois o conteúdo trabalhado é de uma excelência muito viva, visto que tratando-se de um tema tão "delicado", o curso no aproxima e nos potencializa para tratarmos da violência sexual/abuso com muito mais clareza e conhecimento de causa (professora participante da intervenção).
 Oferecer este curso a todos os profissionais da educação para que possamos fortalecer cada vez mais a rede de proteção dos alunos (professora participante da intervenção).
 Está ótimo o curso. Levar para as unidades escolares (professora participante da intervenção).
 O curso deveria ser estendido a toda rede municipal (professora participante da intervenção).
 Dar continuidade à formação (professora participante da intervenção).
 Abordar outros temas polêmicos e duvidosos como este, para esclarecer e nos capacitar (professora participante da intervenção).

- Categoria 2: sugestões de melhora

Aqui, têm-se as sugestões de melhora para as próximas intervenções, em que os envolvidos possam dar exemplos e que a formação ocorra no Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) da escola, feitas por duas participantes:

Quando estiver trabalhando com professores, deixar a transposição pedagógica do conteúdo para os participantes darem exemplos, valorizando

assim sua parte técnica e envolvendo os professores nas questões pedagógicas (professora participante da intervenção).
Horário, local, HTPC dentro das escolas da rede (professora participante da intervenção).

4.4 Análise dos resultados qualitativos: grupo focal e avaliação da intervenção

O grupo focal foi realizado três meses após a intervenção, quando retornaram as atividades escolares no ano seguinte, no mesmo local onde foram realizadas as sessões, com 10 professoras que participaram da intervenção e aceitaram participar deste momento. O pesquisador fez o papel de moderador e três questões norteadoras já descritas anteriormente foram utilizadas para fomentar a discussão. As sessões foram gravadas em áudio e os comentários das professoras estão apresentados a seguir, organizados em categorias criadas após a análise textual discursiva.

- Categoria 1: melhora da percepção e identificação dos casos de violência

Após a intervenção, as professoras relataram estarem mais atentas aos sinais que a criança vítima de violência demonstra, melhorando a percepção e identificação dos casos.

Professora 1: faz o relato de recente caso de um aluno do 5º ano que não é alfabetizado e descobriu-se que o padrasto o obriga a trabalhar e a criança está sempre indo para a escola de calça e camisa comprida, o que fez com que a professora suspeitasse de uma possível violência física além do trabalho infantil, percebendo a importância de o professor estar sempre atento aos sinais que podem levar à suspeita.

Professora 2: também afirma que está muito mais atenta, após a intervenção, às situações que podem levar à suspeita de violência e relata um caso recente de agressão física por parte do pai, que também agrediu a mãe. Diz que pensou também na violência psicológica sofrida por parte da criança ao ver o pai agredir a mãe e, ainda, diz que antes não pensava muito na violência psicológica, que pensava mais em violência em relação à agressão física.

Professora 3: diz que está mais atenta ao comportamento das crianças, mesmo das pequenas, que podem demonstrar sinais de violência, como mudanças de comportamento, o que antes não enxergava.

Professora 4: diz que agora enxerga a importância dos professores no reconhecimento dos casos e em situações potenciais, como, por exemplo, quando ela ouviu a mãe dizer ao filho que se houvesse mais uma reclamação da escola em relação ao caderno da criança ela arrebitaria a criança.

Professora 5: conta que percebeu um comportamento estranho em uma criança especial com dificuldade de aprendizagem: ao cometer algum erro, a criança se coloca no canto da sala em pé olhando para a parede como se alguém estivesse a colocando de castigo, levando à suspeita de que essa criança pode estar sendo colocada em situações semelhantes em casa.

Analisando os comentários das professoras, observa-se que houve melhora na percepção delas em relação aos casos de violência. Uma pesquisa de Garbin *et al.* (2010), com professores da Educação Infantil, constatou que apenas 27,6% dos professores sentiam-se preparados para identificar casos envolvendo crianças vítimas de violência. Porém, pode-se observar a importância de professores e outros profissionais da escola, assim como profissionais de saúde, estarem preparados para identificar possíveis ocorrência de maus-tratos (Garcia *et al.*, 2009).

Sabe-se que a escola é um espaço propício para percepção da violência, já que a criança convive nela grande parte do seu dia. Os casos podem ser observados de diversas formas, como na postura da criança em relação a outras e a adultos e, na forma de comportamento, fazendo do professor um importante ator para o reconhecimento da violência (Araújo *et al.*, 2014).

- Categoria 2: reconhecimento de outras formas de violência que não a física

Trazendo à discussão os quatro tipos de violência que mais acometem crianças: física, psicológica, sexual e negligência, as professoras passaram a reconhecer mais os tipos de violência que não somente a física, mas que também trazem inúmeras repercussões para as vítimas.

Professora 3: relata que consegue agora enxergar mais os outros tipos de violência, principalmente a negligência, por exemplo, em relação à alimentação, abuso

de telas na infância, falta de educação por parte dos pais, excesso de zelo e proteção por parte dos pais.

Professora 4: comenta que foi um grande aprendizado enxergar outras formas de violência, que muitas vezes apenas ficava atenta à violência física e sexual, que começou a perceber mais a violência psicológica e a negligência.

Segundo a pesquisa de Garcia *et al.* (2009), os sinais de violência física são facilmente percebidos por professores, como hematomas e marcas de objetos agressores ou a mão do adulto. Mas Garbin *et al.* (2010) constataram dificuldade dos professores para identificar casos de violência, sendo um dos motivos para esse despreparo, além da negativa da criança e da falta de conhecimento sobre o assunto, a ausência de marcas físicas. Os profissionais devem, portanto, estar atentos aos outros tipos de violência, principalmente as menos percebidas, psicológica e negligência.

- Categoria 3: importância da denúncia, encaminhamento e da rede de proteção

As professoras participantes reconheceram, após a intervenção, a importância da realização da denúncia, encaminhamento correto dos casos suspeitos e a confiança no trabalho da rede de proteção.

Professora 8: diz que um aprendizado foi em relação à importância da rede de proteção, como, por exemplo, acompanhamento psicológico para a criança que sofreu violência e acompanhamento psicológico e social para a família (Conselho Tutelar, Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Professora 6: complementa que muitas vezes a população usa o Conselho Tutelar como ameaça, sendo necessário mudar essa visão, já que ele tem a função de proteger e garantir os direitos da criança.

Professora 8: diz que o mais importante foi reconhecer sinais, muitas vezes sutis, em crianças vítimas de violência, e que na prática é importante denunciar para que o caso seja investigado.

Professora 9: diz que após a intervenção enxerga melhor a necessidade do reconhecimento e da denúncia, mesmo muitas vezes descreditando na resolutividade dos órgãos de proteção como o Conselho Tutelar, reconhecendo a importância do papel do professor em reconhecer e denunciar.

Professores e outros profissionais da escola devem ter conhecimento sobre os procedimentos que devem ser tomados e os encaminhamentos necessários para os casos suspeitos ou confirmados de violência. É preciso um trabalho multiprofissional com envolvimento de áreas como saúde, social, jurídica e educacional (Garcia *et al.*, 2009). Segundo Araújo *et al.* (2014), na maioria das vezes, profissionais da Educação até percebem possíveis situações de maus-tratos, porém agem de forma inadequada por não conhecerem as condutas corretas a serem tomadas em cada caso.

Ainda, segundo Monti e Sigolo (2023), há uma falta de credibilidade dos professores quanto aos órgãos da rede de proteção, especialmente, o Conselho Tutelar, fazendo com que as escolas não tenham formalidade e uniformidade nas ações necessárias e denúncias por parte da escola. Portanto, mesmo que os profissionais sejam capazes de reconhecer os casos, estes podem não estar preparados para solucioná-los de maneira adequada.

É preciso que a escola exerça sua função de forma articulada a outras instituições promotoras dos direitos das crianças, pois é um local privilegiado para desvelamento e desnaturalização da violência, além da possibilidade de germinar as mudanças necessárias para prevenção destes quadros (Pereira; Conceição, 2017).

- Categoria 4: o papel da escola e dos profissionais da escola

No geral, no grupo focal, foi possível observar que a maior contribuição da intervenção foi em relação à atuação dos professores e outros profissionais da escola no combate à violência, especialmente, na valorização da importância do profissional da Educação, principalmente da escola, em observar e valorizar os sinais comportamentais que as crianças demonstram e que auxiliam no reconhecimento dos casos.

Professora 2: aponta que percebe a importância de existirem locais para que os profissionais da escola possam conversar sobre esse assunto, pois isso causa mudanças importantes na prática do professor.

Professora 6: diz que enxerga hoje a escola como local de proteção para a criança, algo que foi muito percebido na pandemia enquanto as crianças não iam para a escola, que agora vê a importância do professor e da escola tanto no reconhecimento como na prevenção da violência.

Professora 10: conta que percebe a importância de todos os funcionários da escola ficarem atentos, não só os professores e conta o caso de uma criança com dificuldade de aprendizagem que perguntou para a serviços gerais da escola se no lar é bom, e ao ser questionado o porquê da pergunta, relatou que a mãe disse que se ele não aprendesse iria ser mandado para o lar.

Não se pode separar o processo educativo daquilo que acontece na escola e fora dela. Assim, são necessárias propostas de formação docente, tanto inicial quanto continuada, que sejam capazes de superar essa dicotomia (Pereira; Conceição, 2017).

O papel dos profissionais da escola é essencial na identificação e encaminhamento dos casos, mas também ouvindo e aconselhando as famílias das crianças vítimas de violência ou em risco para a ocorrência desta (Garcia *et al.*, 2009). Estes precisam ter um olhar atento e responsável para que seja possível quebrar o ciclo de violência e possibilitar a prevenção e redução dos casos (Araújo *et al.*, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2015, chefes de Estado e de Governo reunidos na sede das Nações Unidas, em Nova York, estabeleceram novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável global para os 15 anos seguintes, a chamada Agenda 2030. Este compromisso assumido pelos países envolve a adoção de medidas para promover o Estado de Direito, os direitos humanos e a responsividade das instituições políticas. Dentre os 17 objetivos, três em particular se relacionam com a temática desta tese: objetivo 3, “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”; objetivo 4, “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” e objetivo 16, “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ONU, 2015)

Em consonância com este movimento, o objetivo desta tese foi desenvolver e analisar uma proposta de intervenção voltada para professores do Ensino Fundamental I que auxilie na prevenção, identificação e encaminhamento de casos de violência contra crianças, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Assim, após a realização de uma revisão bibliográfica da literatura sobre o tema, foi criada uma intervenção contendo 10 sessões, que foi aplicada a um grupo de professores do Ensino Fundamental I, em encontros que ocorreram a cada 10 dias. A proposta foi construir sessões dinâmicas, por meio do uso de recursos audiovisuais, fotos, vídeos, discussões e atividades em grupo, favorecendo a interação entre e/ou com os participantes.

Um ponto importante a ser considerado e apontado no questionário é que a intervenção foi realizada em parceria com a Seduc, por meio de convocação dos professores. Os escolhidos para participar foram os professores articuladores do projeto Cidade Escola, presente nas 32 escolas de Ensino Fundamental I do município. O fato de ter sido por meio de convocação pode ser uma limitação, já que os participantes eram “obrigados” a comparecer às sessões, ou seja, a princípio a participação não foi uma escolha pessoal. Outro ponto a ser observado, deve-se ao fato de as sessões ocorrerem ao final do dia, fora da escola, local de trabalho do professor, e após um dia cansativo de trabalho regular, fazendo com que eles tivessem ainda que se deslocar para outro lugar. Realizar a formação na própria

escola e em horário de trabalho regular, talvez possa acrescentar ainda mais ganhos na participação e construção de conhecimentos.

Um ponto positivo dessa proposta foi a escolha do grupo de professores do projeto Cidade Escola. O fato desse grupo ser representado por profissionais presentes em todas as escolas de Ensino Fundamental I da rede, trouxe para a intervenção discussões práticas muito interessantes, já que contemplou diversas realidades, de diferentes escolas, bairros e localidades. Além disso, esses professores articuladores podem agora ser multiplicadores de conhecimento para outros professores, gestores e funcionários das escolas.

A resposta dos participantes foi positiva ao longo da formação, com muita interação entre eles e o moderador. Constantemente, os participantes buscavam estabelecer relações entre os conteúdos teóricos discutidos e a prática vivenciada com as crianças na escola. As impressões e avaliações por parte dos participantes foi extremamente positiva, no que diz respeito ao conteúdo, forma de apresentação, dinâmicas, discussões e conhecimento do moderador sobre o tema abordado. Também, ficou demonstrado, por meio das análises estatísticas, que a intervenção desenvolvida atingiu os objetivos para os quais foi proposta, ou seja, manter as concepções prévias adequadas dos professores, mudar as inadequadas e agregar conhecimento e prepará-los para a identificação e encaminhamento dos casos. A inclusão de um grupo controle com características similares à do grupo experimental foi de fundamental importância, pois permitiu maior rigor científico e validou a viabilidade da intervenção.

No decorrer das sessões, houve a dificuldade de colher em tempo real as impressões, falas e discussões dos participantes da intervenção, pois poderia agregar mais informações para a pesquisa, apesar de não ter sido esse o objetivo e percurso metodológico proposto no início desta. Mesmo assim, a realização de um grupo focal três meses após a intervenção pôde trazer um pouco dessas impressões e avaliar as modificações que ela trouxe em relação ao conhecimento teórico e aplicação prática desses no dia a dia da escola.

A partir da análise dos dados empíricos coletados, pode-se afirmar que a presente proposta de formação acerca do tema da violência contra crianças pode ser utilizada com professores e outros profissionais da escola, pois os dados sugerem validade científica em termos de sua viabilidade. Observando a importância do tema e as repercussões a curto e longo prazo para as vítimas, conclui-se que essa tese

possui relevância social, tendo em vista que pôde trazer mudanças na realidade da comunidade, onde a intervenção for aplicada.

Como fruto dessa pesquisa e da anterior, do mestrado, e da imersão na temática delas, a partir das necessidades observadas, foi criado em um hospital terciário da cidade, sob coordenação do pesquisador, um ambulatório especializado para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de qualquer tipo de violência ou nos casos de suspeita destas. Este ambulatório tem caráter assistencial, formativo para estudantes e pós-graduandos e científico, já que a partir dos dados obtidos, novas pesquisas poderão ser realizadas. Tem por objetivo a avaliação global da vítima, família e comunidade e a verificação em relação ao funcionamento da rede de proteção e de garantia de direitos, além do trabalho preventivo de orientação.

Além disso, com o objetivo de dar suporte aos profissionais da Educação no que diz respeito à prevenção, reconhecimento e encaminhamento dos casos de violência contra crianças e adolescentes, um material de apoio sobre o tema será criado e enviado a escolas estaduais e municipais. Acredita-se que esse material pode ajudar a preencher a lacuna existente na formação inicial e continuada destes profissionais.

Em relação à relevância pessoal desta pesquisa (na condição de pediatra e professor), foi gratificante trabalhar com um tema de tamanha relevância, podendo colaborar com o enfrentamento da violência e minimizar seus efeitos para as vítimas. Além disso, trabalhar com profissionais com formação tão diferente da minha foi desafiador, mas foi também um momento de trocas de experiência e aprendizado para todos. Novos estudos em diferentes locais e minimizando as limitações desses são necessários. Contudo, a maior relevância desta pesquisa é constatar que foi elaborado um programa de formação que repercutirá na formação de profissionais da Educação e que o conhecimento gerado por esta tese pode significar o rompimento de ciclos de violência que se perpetuam na vida das crianças.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. Debate: violência, mediação e convivência na escola. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Debate**: violência, mediação e convivência na escola. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: https://silo.tips/queue/debate-violencia-mediaao-e-convivencia-na-escola-boletim-23-novembro-2005?&queue_id=1&v=1716917535&u=MTc3LjEzMS4zMy4y#google_vignette. Acesso em: 28 maio 2024.
- ABRAMOVAY, M. **Programa de prevenção à violência nas escolas**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2015.
- ABRANCHES, C. D.; ASSIS, S. G. A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, maio 2011.
- ABRANCHES, C. D.; ASSIS, S. G.; PIRES, T. O. Violência psicológica e contexto familiar de adolescentes usuários de serviços ambulatoriais em um hospital pediátrico público terciário. **Revista em Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, out. 2013.
- ALCANTARA, P. I. Pesquisa do UNICEF: Mais de um terço dos jovens em 30 países relatam ser vítimas de bullying online [setembro 2019]. **UNICEF Brasil**, Rio de Janeiro, 4 set. 2019.
- ANUNCIAÇÃO, L. L. *et al.* Violência contra crianças e adolescentes: intervenções multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde na escola. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. esp. 3, nov. 2022.
- ARAÚJO P. V. *et al.* Espaço escolar: o professor frente à problemática da criança em situação de violência. **Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras**, São Paulo, v. 14, n. 2, dez. 2014.
- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BACKER, D. S. *et al.* Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, 2011.
- BARBOSA, A. A.; MAGALHÃES, M. G. S. D. A Concepção de infância na visão de Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais**, Roraima, v. 1, n. 1, 2008.
- BERNARTT, R. M. A infância a partir de um olhar sócio-histórico. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9, 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2009.

BITTAR, D. B. *et al.* Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes na percepção de mães agressoras. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 14, n. 4, out/dez 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 jun. 2014.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Disque direitos humanos: relatório 2019**. Brasília: MDH, 2020.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos: relatório 2019**. Brasília: MDH, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. Brasília: MEC/SEB, 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC: proposta de práticas de implementação**. Brasília: MEC/SEB, 2019b.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019**. Rio de Janeiro: MPDG, 2019c.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes**. Brasília: MS, 2010a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**. Brasília: MS, 2010b.

BRUSANTIN, R. C. V. Competências socioemocionais na BNCC: conheça cada uma delas para a educação infantil. 2018. Disponível em: <https://educacaoinfantil.aix.com.br/competencias-socioemocionais-na-bncc/>. Acesso em 12 dez. 2020.

BRUZATTI, F. **Aprendizagem socioemocional e a construção de valores morais nas aulas de arte do Ensino Fundamental II em escolas públicas**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2022.

CALZA, T. Z.; DELL'AGLIO, D. D.; SARRIERA, J. C. Direitos da criança e do adolescente e maus-tratos: epidemiologia e notificação. **Revista da SPAGESP**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2016.

CASCARDO, G. M.; GALLO, A. E. Mapeamento do conhecimento de professores sobre a violência intrafamiliar. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 46, jan./jun. 2018.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHIAROTTINO, R. Z. **Psicologia e epistemologia genética de Jean Piaget**. São Paulo: EPU, 1988.

DAL-FARRA, R. A.; LOPES, P. T. C. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 67–80, 2014.

DAMIANI, M. F. Sobre pesquisas do tipo intervenção. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16, 2012, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2012.

DANSKI, M. T. R. *et al.* Importância da prática baseada em evidências nos processos de trabalho do enfermeiro. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 16, n. 2, 2017.

DIAS, C. L.; JACON, V. A. B.; VANNI, V. N. Violência na escola: há possibilidade de contribuir para solucioná-la? **Dialogia**, São Paulo, n. 33, set./dez. 2019.

DIAS, D. L. **Capacitação de professores para prevenção de violência intrafamiliar infantil**. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

FANTE, A. P.; CASSAB, L. A. Convivência familiar: um direito à criança e ao adolescente institucionalizado. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan./jul. 2007.

FANTE, C. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus, 2011.

FANTE, C.; PEDRA, J. A. **Bullying escolar**: perguntas e respostas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FERMANN, I. L.; PELISOLI, C. L. A psicoterapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de violência psicológica e alienação parental. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, jan./jun. 2016.

FERREIRA, T. R. S. C.; DESLANDES, S. F. *Cyberbullying*: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, 2018.

FRANCISCO, M. V.; LIBÓRIO, R. M. C. Um estudo sobre o *bullying* entre escolares do ensino fundamental. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 2009.

GARBIN, C. A. S. *et al.* Formação e atitude dos professores de educação infantil sobre violência familiar contra criança. **Educar em Revista**, Curitiba, n. esp. 2, 2010.

GARCIA, A. F. G. *et al.* Conhecimentos e percepção de professores sobre maus-tratos em crianças e adolescentes. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 1, 2009.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, jan./abr. 2004.

HABIGZANG, L. F. *et al.* Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 3, set./dez. 2005.

HABIGZANG, L. F. *et al.* Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, abr. 2008.

HOHENDORFF, J. V.; KOLLER, S. H.; HABIGZANG, L. F. Psicoterapia para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no sistema público: panorama e alternativas de atendimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 35, n. 1, mar. 2015.

JACQUES, P. B.; OLINDA, Q.B. Um olhar da saúde sobre a violência. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 25, n. 2, abr./jun., 2012.

KOIFMAN, L.; MENEZES, R. M.; BOHRER, K. R. Abordagem do tema “violência contra a criança” no curso de medicina da Universidade Federal Fluminense. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, abr./jun. 2012.

KOTTNER, J.; STREINER, D. L. The difference between reliability and agreement. **Journal of clinical epidemiology**, v. 64, n. 6, 2011.

LA TAILLE, Y. O desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget. *In*: LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LA TAILLE, Y. Autonomia e identidade. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**, Brasília, v. 35, p. 16-18, 2001.

LAHR, T. B. S. **Territórios vulneráveis**: os problemas de convivência na escola e a rede de proteção. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

LINHARES, J. M. **História social da infância**. Sobral: INTA, 2016.

LIKERT, R. Uma técnica para medida de atitudes. **Arquivos de Psicologia**, New York, v. 22, p.1-42, 1932.

LISE, F.; MOTTA, M. G. C. Violência doméstica infantil: abordagem da enfermagem. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 34, n. 1, jan./jun. 2012.

LIVRAMENTO, A. M. *et al.* A produção de famílias negligentes: analisando processos de destituição do poder familiar. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 1, 2012.

MACHADO, M. N. M. A fofoca, o estigma e o silêncio: crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 58, n. 2, 2006.

MCHUGH, M. L. Interrater reliability: the kappa statistic. **Biochemia medica**, v. 22, n. 3, 2012.

MONTEIRO, S. M.; BAIS, D. D. H. O papel da escola perante o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. **Cadernos de Estudos Sociais**, Curitiba, v. 1, 2014.

MONTI, L. L.; SIGOLO, S. R. R. L. Estudo sobre violência intrafamiliar contra a criança: conhecimentos e atitudes de professores da Educação Infantil. **Educação**, Santa Maria, v. 48, 2023.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, 2003.

MOREIRA, M. I. C.; SOUZA, S. M. G. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 28, jul./dez., 2012.

MORETTI, M. S. **Formação de estudantes e profissionais da saúde acerca do tema da violência contra crianças e adolescentes: implantação e verificação da eficácia de um modelo educativo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2019.

MOURA, J. P. *et al.* Implicações da violência e adolescência. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 1, jan./jul. 2014.

NASCIMENTO, W. Violações de direitos da criança e do adolescente caem 44,7% na pandemia [mar 2021]. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 07 mar 2021.

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, mar. 2016.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **INSPIRE: Sete Estratégias para pôr fim à violência contra crianças**. Washington, 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PASIAN, M. S. *et al.* Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, dez. 2013.

PEREIRA, A. B. M.; CONCEIÇÃO, M. I. G.; Reflexões sobre a formação de professores para o enfrentamento da violência intrafamiliar contra crianças. **Tecnia**, Goiânia, v. 2, n. 2, 2017.

PEREIRA, A. C. S.; WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, 2010.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimentos às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 140, maio/ago. 2010.

PIAGET, J.; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1966/1974.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, J. Os procedimentos da educação moral. *In*: PARRAT, S.; TRYPHON, A. (org.). **Jean Piaget- sobre a Pedagogia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 25-58.

PINHEIRO, V. Cyberbullying aumenta com a pandemia [ago 2020]. **Estadão**, São Paulo, 19 ago. 2020.

PIVA, E. A. *et al.* Prevenção à violência sexual e formação de professores: avaliação de uma proposta de intervenção. **Revista de Divulgação Interdisciplinar do Núcleo das Licenciaturas**, Itajaí, v. 1, n.1, 2013

PRESIDENTE PRUDENTE. Secretaria Municipal de Comunicação. **Capacitação promovida pela Seduc discute questão da violência sexual contra crianças**. 2013. Disponível em <https://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=22409>. Acesso em: 23 nov. 2023.

RAMOS, E. A. Bullying no ambiente escolar: como surge e quais são as características de um agressor? **Educação, Psicologia e Interfaces**, Campo Grande, v. 3, n. 1, 2019.

RIBEIRO, B. O que a BNCC diz sobre o ensino socioemocional? **Sistema Maxi**, 2020. Disponível em: <https://www.sistemamaxi.com.br/o-que-a-bncc-diz-sobre-o-ensino-socioemocional/>. Acesso em 14 dez. 2020.

RISTUM, M.; VASCONCELOS, T. A. N. Violência doméstica Intra/extra familiar: o conhecimento dos profissionais da escola sobre o ECA. **Temas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 231 - 242, 2010.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, F. A. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 4, dez. 2003.

ROCHA, P. C. X.; MORAES, C. L. Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa de Saúde da Família: a experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). **Revista em Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, jul. 2011.

SALVATERRA, B. Crianças e adolescentes estão mais expostos à violência doméstica durante pandemia [maio 2020]. Immaculada Prieto. **UNICEF Brasil**, Rio de Janeiro, 28 maio 2020.

SANTOS, L. F. *et al.* Forças que interferem no enfrentamento da violência infantil pela escola. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 10, set. 2020.

SANTOS, R. C. F. **Violência sexual e a formação de educadores – uma proposta de intervenção**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2011.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da Segunda Modernidade. *In*: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Portugal: Edições ASA, 2004. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/79714/1/As%20culturas%20da%20inf%C3%A2ncia%20nas%20encruzilhadas.PDF>. Acesso em: 28 maio 2024.

SCHREIBER, F. C. C.; ANTUNES, M. C. Cyberbullying: do virtual ao psicológico. **Bol. Acad. Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 35, n. 88, jan. 2015.

SILVA, K. L.; ALVES, C. V.; ARAÚJO, L. F. Abandono familiar infanto-juvenil: um olhar sobre uma instituição do agreste pernambucano. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE JUVENTUDE BRASILEIRA, 5., 2012, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2012.

SOMA, S. M. P.; WILLIAMS, L. C. A. Livros infantis para prevenção do abuso sexual infantil: uma revisão de estudos. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, 2014.

SOUZA, W. R.; CORDEIRO, M. J. J. A. A escola como protagonista no enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes. **Conjecturas**, Caxias do Sul, v. 22, n. 13, set. 2022.

TOGNETTA L. R. P *et al.* Adesão a valores morais entre envolvidos em situações de bullying. **Tópicos Educacionais**, Pernambuco, v. 27, n.01, 2021.

VANNI, V. N. **As práticas morais e a aprendizagem de valores e regras: experiência com assembleias em uma escola pública de ensino fundamental I.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2017.

VINHA, T. P.; MORAIS, A.; MORO, A. (coords.). **Manual de orientação para a aplicação dos questionários que avaliam o clima escolar.** Campinas, São Paulo: FE/Unicamp, 2017.

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 28, set./dez. 2009.

WADSWORTH, B. J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget.** 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes no Brasil.** Rio de Janeiro: CEBELA, 2012.

WURTELE, S. K. Behavioral approaches to educating Young children and their parentes about child sexual abuse prevention. **The Journal of Behavior Analysis of Offender and Victim Treatment and Prevention**, Washington, v. 1, n. 1, 2008.

ZAMBIANCO, D. D. P. As competências socioemocionais: pesquisa bibliográfica e análise de programas escolares sob a perspectiva da psicologia moral. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2020.

ZATTI, V. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ZEQUINÃO, M. A. *et al.* Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, jan./mar. 2016.

ZUCCHETTI, D. T.; BERGAMASCHI, M. A. Construções sociais da infância e da juventude. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 28, jan./jul. 2007.

ANEXO – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNOESTE - UNIVERSIDADE
DO OESTE PAULISTA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Violência contra crianças e a formação continuada de professores: uma proposta de intervenção em escolas municipais de Ensino Fundamental I do interior paulista

Pesquisador: Carmen Lúcia Dias

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 50338221.6.0000.5515

Instituição Proponente: ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.038.024

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa do tipo intervenção, em que um programa de formação composto por dez sessões acerca do tema será desenvolvido e aplicado com professores do terceiro ano do Ensino Fundamental I de escolas municipais do interior paulista. Para a verificação da eficácia do programa, será constituído um Grupo Controle, formado por professores do quarto ano do Ensino Fundamental I, que não participarão da intervenção. A mensuração dos efeitos da intervenção será feita por meio de um questionário estruturado, adaptado de uma pesquisa anterior realizada pelo proponente desta investigação, aplicado como pré e pós-teste da intervenção. Posteriormente, será realizado um grupo focal com os dez professores do Grupo Intervenção que obtiverem os melhores progressos entre o pré e o pós-teste. Os resultados dos questionários serão analisados de forma quantitativa comparando os itens do pré e do pós-testes e contrastando-os com os indicadores obtidos no Grupo Controle.

Objetivo da Pesquisa:

Desenvolver e avaliar um modelo de intervenção voltado para professores do terceiro ano do Ensino Fundamental I que auxilie na prevenção, identificação e encaminhamento de casos de violência contra crianças, tanto no ambiente escolar quanto fora dele.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de risco, mesmo que mínimo, nesta pesquisa

Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 572

Bairro: Bairro Limoeiro

CEP: 19.067-175

UF: SP

Município: PRESIDENTE PRUDENTE

Telefone: (18)3229-2079

Fax: (18)3229-2080

E-mail: cep@unoeste.br

UNOESTE - UNIVERSIDADE
DO OESTE PAULISTA



Continuação do Parecer: 5.038.024

o risco pode ser avaliado como: psicológico, intelectual ou emocional, desconforto, medo, vergonha, estresse e cansaço. A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas e não gera nenhum outro tipo de risco maior.

Devolutiva acerca dos resultados encontrados nesta pesquisa por meio de formação na SEDUC, tanto para o grupo intervenção quanto para o grupo caso, e o certificado de participação para o grupo intervenção. Além disso, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a formação de professores acerca do tema da violência contra a criança, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa melhorar a atitude dos participantes em relação a prevenção, reconhecimento e encaminhamento dos casos de violência, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Todas as pendências foram respondidas. Agradecemos por deixar em destaque no texto as alterações, direciona a leitura e análise para posterior relatoria.

O projeto está muito bem escrito.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não há pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram respondidas.

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião realizada no dia 13/10/2021, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Oeste Paulista (CEP-UNOESTE), concordância com o parecerista, considerou o projeto APROVADO.

Solicitamos que sejam encaminhados ao CEP:

1. Relatórios anuais, sendo o primeiro previsto para 30/12/2022.
2. Comunicar toda e qualquer alteração do Projeto e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Nestas circunstâncias a inclusão de participantes deve ser temporariamente interrompida até a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.
3. Comunicar imediatamente ao Comitê qualquer Evento Adverso Grave ocorrido durante o desenvolvimento do estudo.
4. Os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5

Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 572

Bairro: Bairro Limoeiro

CEP: 19.067-175

UF: SP

Município: PRESIDENTE PRUDENTE

Telefone: (18)3229-2079

Fax: (18)3229-2080

E-mail: cep@unoeste.br

UNOESTE - UNIVERSIDADE
DO OESTE PAULISTA



Continuação do Parecer: 5.038.024

(cinco) anos, após conclusão da pesquisa, para possível auditoria dos órgãos competentes.

5. Este projeto está cadastrado na CPDI-UNOESTE sob o número 7025.

Obs.: O PROJETO SÓ PODE SER INICIADO (EXECUTADO) QUANDO RECEBER O PARECER FINAL APROVADO TANTO NO CEP QUANTO NO COMITÊ ASSESSOR INSTITUCIONAL DE PESQUISA (CAPI).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1783003.pdf	28/09/2021 20:54:33		Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	Respostas_pendencias_parecer_CEP.pdf	28/09/2021 20:54:13	Carmen Lúcia Dias	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/09/2021 20:52:49	Carmen Lúcia Dias	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	28/09/2021 20:52:30	Carmen Lúcia Dias	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	28/09/2021 20:51:41	Carmen Lúcia Dias	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_da_instituicao_e_responsabilidade.pdf	01/08/2021 16:33:56	Carmen Lúcia Dias	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_de_infraestrutura.pdf	01/08/2021 16:33:28	Carmen Lúcia Dias	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Parecer_SEDUC.pdf	27/06/2021 19:24:51	Carmen Lúcia Dias	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_SEDUC.pdf	27/06/2021 19:24:39	Carmen Lúcia Dias	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_compromisso.pdf	27/06/2021 19:24:00	Carmen Lúcia Dias	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 572
Bairro: Bairro Limoeiro **CEP:** 19.067-175
UF: SP **Município:** PRESIDENTE PRUDENTE
Telefone: (18)3229-2079 **Fax:** (18)3229-2080 **E-mail:** cep@unoeste.br

UNOESTE - UNIVERSIDADE
DO OESTE PAULISTA



Continuação do Parecer: 5.038.024

Não

PRESIDENTE PRUDENTE, 14 de Outubro de 2021

Assinado por:
Aline Duarte Ferreira
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 572

Bairro: Bairro Limoeiro

CEP: 19.067-175

UF: SP

Município: PRESIDENTE PRUDENTE

Telefone: (18)3229-2079

Fax: (18)3229-2080

E-mail: cep@unoeste.br

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Olá, você está sendo convidada(o) a participar de um estudo sobre o tema da violência contra crianças. A sua participação é muito importante e é essencial que você responda esse questionário com muita sinceridade, sem se preocupar com padrões ou conceitos socialmente aceitos, mas refletindo sua mais sincera opinião e o que você realmente pensa sobre o tema. Não se preocupe, o seu questionário não será identificado com seu nome.

Obrigado por dispor do seu precioso tempo para participar!

**Prof. Ms. Murilo Sabbag Moretti
Profa. Dra. Carmen Lucia dias
Programa de Pós-graduação em Educação
Universidade do Oeste Paulista**

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1. **Idade:** _____ anos
2. **Gênero:** () Mulher () Homem () Trans
3. **Você se considera:** () Negro () Pardo () Branco () Amarelo () Indígena
4. **Estado civil:** () Solteiro(a) () Casado(a) () Amasiado(a) () Divorciado(a) () Viúvo(a)
5. **Filhos:** () Nenhum () Um () Dois () Três () Quatro () Cinco ou mais
6. **Há quanto tempo você é professor(a)?**
 - a. () Menos de 5 anos
 - b. () Entre 5 e 10 anos
 - c. () Mais que 10 anos
7. **Há quanto tempo você atua como professor(a)/articulador(a) com crianças?**
 - a. () Menos de 5 anos
 - b. () Entre 5 e 10 anos
 - c. () Mais que 10 anos
8. **Há quanto tempo você atua como professor(a)/articulador(a) na rede municipal de educação?**
 - a. () Menos de 5 anos
 - b. () Entre 5 e 10 anos
 - c. () Mais que 10 anos
9. **Qual tipo de seu contrato de trabalho com o município?**
 - a. () Temporário
 - b. () Efetivo
10. **Em sua formação na graduação, o tema da violência contra crianças:**
 - a. () Não foi discutido
 - b. () Foi pouco discutido
 - c. () Foi amplamente discutido
11. **Em relação a formação continuada, em ações que você já participou, o tema da violência contra crianças:**
 - a. () Não foi discutido
 - b. () Foi pouco discutido
 - c. () Foi amplamente discutido

CONCEPÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA

No quadro abaixo você encontrará algumas afirmações sobre o tema violência. É muito importante que você expresse sua opinião, sem se preocupar em dar “respostas certas”, isso ajudará muito. Você deve assinalar o quanto você concorda com as afirmações, sendo:

- (DT)** Discordo totalmente
- (D)** Discordo
- (NN)** Nem discordo, nem concordo
- (C)** Concordo
- (CT)** Concordo totalmente

ITEM		(DT)	(D)	(NN)	(C)	(CT)
01	A criança sempre revela quando é violentada.					
02	A denúncia pode ser feita mesmo se houver apenas o relato da criança, sem nenhum outro indício.					
03	A escola deve investigar a veracidade dos fatos antes de realizar uma denúncia de violência.					
04	A exploração sexual de crianças ocorre com mais frequência nas famílias em situação de pobreza.					
05	A negligência é a forma de violência mais comum praticada contra crianças.					
06	A negligência é de difícil definição, pois envolve aspectos culturais, sociais e econômicos.					
07	A negligência no cuidado de crianças pode ser decorrente de aspectos sociais, como por exemplo, idade e dependência química dos(as) cuidadores(as).					
08	A principal agressora nos casos de violência psicológica é a mãe.					
09	A responsabilidade de se envolver nos casos de violência é de assistentes sociais e psicólogos, cabendo aos profissionais da Educação denúncias como evasão escolar e faltas injustificadas.					
10	A violência física se faz presente quando há marcas deixadas no corpo.					
11	A violência psicológica contra crianças é caracterizada quando há insultos e grosserias direcionadas de forma intencional.					
12	A violência psicológica pode ser mais grave que outras formas de violência que crianças vivenciam.					
13	Abordar temas como sexualidade na escola pode tornar crianças hipersexualizadas e favorecer uma situação de abuso sexual.					
14	Abuso sexual e exploração sexual são sinônimos.					
15	Agressores de crianças possuem características específicas.					
16	As crianças são mais agredidas por pessoas estranhas do que por familiares ou conhecidos.					
17	As palmadas podem fazer parte do processo de educação dos(as) filhos(as).					
18	As principais vítimas da violência sexual são meninas.					
19	Como profissional da Educação, posso orientar meus(minhas) alunos(as) a se defenderem da violência.					
20	Conheço bem o fluxo de encaminhamento dos casos de violência contra crianças.					
21	Conheço o suficiente sobre os problemas relacionados à violência contra crianças.					
22	Crianças frequentemente fantasiam histórias sobre abuso					

	sexual, e isso é inerente ao desenvolvimento da sexualidade.					
23	É papel do profissional da Educação denunciar às autoridades os casos suspeitos de violência contra crianças.					
24	É possível diferenciar se um machucado foi causado acidental ou intencionalmente.					
25	Em determinadas situações, é preciso o uso de palmadas e puxões de orelha para educar os(as) filhos(as), desde que não sejam fortes o suficiente para deixar marcas.					
26	Ensinar valores sociomoraes, como justiça, solidariedade, honestidade, respeito, cooperação, cuidado é uma forma de prevenção à violência.					
27	Eu acho que as minhas ações como profissional da Educação podem ajudar muito as crianças vítimas de violência.					
28	Eu sei como ensinar crianças a reconhecerem situações de violência e se protegerem.					
29	Eu sei como orientar os(as) estudantes e as famílias para combater a violência contra crianças.					
30	Exploração sexual é caracterizada quando há pagamento em dinheiro em troca do ato sexual.					
31	Famílias pobres são mais negligentes no cuidado de crianças.					
32	Não existem vantagens em denunciar, pois provavelmente nada acontecerá com o agressor.					
33	No Brasil, a violência psicológica ocorre em quase todas as residências.					
34	No <i>cyberbullying</i> o caráter repetitivo pode não estar envolvido.					
35	O clima escolar interfere na qualidade do processo de ensino e aprendizagem e na convivência escolar .					
36	O conceito de <i>bullying</i> envolve o fato de ser uma violência intencional, repetitiva que sempre ocorre entre pares.					
37	O trabalho com o desenvolvimento da autonomia moral da criança pode colaborar na prevenção da violência.					
38	Os agressores sexuais de crianças são, na maioria dos casos, homens.					
39	Para cada situação de agressão registrada contra crianças, existem muitas outras que permanecem no anonimato.					
40	Para se caracterizar abuso sexual é necessário que haja uma relação sexual com contato físico, sem haver, necessariamente, penetração.					
41	Pedofilia é um crime, pois envolve o desejo sexual por crianças, ou seja, corpos com características infantis.					
42	Quando há suspeita de violência, a escola deve primeiramente chamar os pais para conversar e tentar esclarecer a situação.					
43	Rigidez na forma de falar com a criança faz parte da estratégia para educá-la.					
44	Se eu cheguei onde estou hoje, foi por que meus pais me deram umas palmadas, quando necessário.					
45	Sinto-me bem preparado(a) para identificar casos de violência que estejam ocorrendo com meus(minhas) alunos(as).					
46	Violência escolar é aquela que necessariamente ocorre dentro da escola.					
47	Vítimas de <i>bullying</i> não assumem papel de agressor.					

APÊNDICE B – MATERIAL JUÍZES

PESQUISA: VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL I DO INTERIOR PAULISTA

Doutorando: Murilo Sabbag Moretti
Orientadora: Profa. Dra. Carmen Lúcia Dias

Prezados(as) Senhores(as),

O presente formulário refere-se a um estudo desenvolvido pelo doutorando **Murilo Sabbag Moretti**, atualmente vinculado ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), sob orientação da **Profa. Dra. Carmen Lúcia Dias**.

A proposta central da pesquisa é avaliar os impactos da implantação de um modelo interventivo acerca do tema da violência contra a criança com professores do 3º ano do Ensino Fundamental ciclo I da rede municipal de Presidente Prudente.

Nossa hipótese é que os professores não se sentem preparados para atuar nesses casos, tanto na prevenção da violência quanto na detecção e encaminhamento dos casos, fazendo com que haja uma subnotificação e falhas nos procedimentos, o que colabora para a perpetuação da violência.

Esta pesquisa tem como tese principal que uma intervenção de médio prazo com professores pode fornecer a eles os subsídios necessários para o enfrentamento da violência contra a criança, possibilitando que estes estejam adequadamente preparados para trabalhar com prevenção e reconhecer e lidar com os casos de violência, colaborando para a minimização deste problema ainda muito presente dentro e fora da escola.

Nossa proposta é realizarmos uma intervenção em 10 sessões acerca do tema e posteriormente um grupo focal com alguns professores.

	Tema	A construção histórica e social da infância e da adolescência
Sessão 1	Objetivos	- Conhecer o pesquisador/mediador, a proposta de intervenção e os outros participantes - Avaliar, através do pré-teste, os conhecimentos prévios dos participantes em relação à manifestação da violência contra crianças - Conceituar infância e adolescência a partir de uma perspectiva histórica e social
	Conteúdo programático	- Apresentação pessoal do pesquisador e dos participantes - Conceito de infância e adolescência a partir de uma perspectiva histórica e social - Concepções sobre infância
Sessão 2	Tema	A violência contra crianças
	Objetivos	- Conceituar violência - Conceituar violência contra a criança e sua tipificação - Conhecer um breve histórico sobre os documentos de proteção - Conhecer os números da violência
	Conteúdo programático	- Conceituação da violência contra crianças - Histórico sobre os direitos das crianças e do reconhecimento das manifestações de violências ocultadas socialmente - Fatores de risco e de proteção e resiliência
Sessão 3	Tema	Violência física
	Objetivos	- Conhecer a violência física contra crianças - Discutir a cultura do castigo físico
	Conteúdo programático	- Conceituação da violência física contra crianças - Características epidemiológicas dessa violência - Reconhecimento de lesões, sinais e sintomas sugestivos de violência
Sessão 4	Tema	Violência sexual: abuso e exploração
	Objetivos	- Classificar a violência sexual contra a criança - Conhecer o abuso sexual - Conhecer a exploração sexual
	Conteúdo programático	- Classificação da violência sexual contra crianças em abuso e exploração sexual - Conceituação do abuso sexual - Características epidemiológicas dessa violência - Reconhecimento de alterações físicas e sinais sugestivos de violência - Conceituação da exploração sexual - Características epidemiológicas dessa violência - Consequências físicas e psicológicas para as vítimas

		- Política de enfrentamento do problema
Sessão 5	Tema	Violência psicológica
	Objetivos	- Conhecer a violência psicológica contra a criança - Discutir o <i>bullying</i> e o <i>cyberbullying</i>
	Conteúdo programático	- Conceituação da violência psicológica contra crianças, com ênfase para o <i>bullying</i> - Epidemiologia dessa violência - Comportamentos considerados violência psicológica - As formas de <i>bullying</i> e suas consequências
Sessão 6	Tema	Negligência e abandono
	Objetivos	- Conhecer a negligência e abandono como formas de violência contra a criança - Discutir formas de negligência contra a criança na atualidade
	Conteúdo programático	- Conceituação da negligência e do abandono contra a criança - Epidemiologia dessa violência - Sinais que devem levar a pensar nessa violência - Uso e abuso de telas na infância
Sessão 7	Tema	O desenvolvimento da autonomia moral
	Objetivos	- Refletir sobre as contribuições da Epistemologia Genética para o desenvolvimento moral - Analisar os principais conceitos da Epistemologia Genética sobre o desenvolvimento cognitivo e moral - Abordar sobre o desenvolvimento/ construção da autonomia intelectual e moral
	Conteúdo programático	- Jean Piaget e o desenvolvimento da moralidade infantil - Conceitos principais da Epistemologia Genética no desenvolvimento cognitivo e da moralidade - O desenvolvimento / construção da autonomia moral e valores morais - Contribuição de outros autores da psicologia da moralidade
Sessão 8	Tema	Violência escolar e as competências socioemocionais
	Objetivos	- Definir e analisar as violências presentes na escola - Entender a importância das competências socioemocionais e o ensino de valores e práticas morais na prevenção da violência
	Conteúdo programático	- As violências presentes na escola - O ensino dos valores e práticas morais na escola - As competências socioemocionais na BNCC - Clima escolar - Equipes de ajuda na escola
Sessão 9	Tema	O papel da escola e do profissional da Educação frente aos casos de violência
	Objetivos	- Discutir o papel do profissional da educação e da escola na prevenção, reconhecimento e encaminhamento das denúncias - Conhecer as políticas públicas voltadas a crianças - Conhecer as instituições e equipamentos de proteção para as crianças
	Conteúdo programático	- Problemática sobre o papel do profissional da educação e da escola na violência contra a criança - Fluxograma de encaminhamento de denúncias de violência - Políticas públicas voltadas a crianças - Instituições e equipamentos de proteção para as crianças
Sessão 10	Tema	Condutas autoprotetivas
	Objetivos	- Conhecer sobre condutas autoprotetivas para crianças - Aprender sobre as formas de ensinar condutas autoprotetivas para crianças - Conhecer sobre Programas de Prevenção contra a violência de crianças - Avaliar, através do pós-teste, os conhecimentos adquiridos pelos participantes em relação à manifestação da violência contra crianças - Realizar uma avaliação da intervenção pelos participantes da mesma
	Conteúdo programático	- Condutas autoprotetivas para crianças - Métodos para ensinar condutas autoprotetivas, como por exemplo, livros e programas de prevenção - Programas de Prevenção contra a violência de crianças

Dessa forma, propusemos a elaboração de um questionário que será aplicado na forma de pré-teste (no início da intervenção) e pós-teste (ao final da intervenção), de modo que possamos avaliar a eficácia desse modelo interventivo.

Reconhecendo a contribuição de seus estudos e a profundidade teórica evidenciada em suas publicações, gostaríamos de convidá-lo(a), na condição de avaliador(a), no procedimento de análise de validação de conteúdo do instrumento criado para a pesquisa.

Caso você aceite colaborar, solicitamos que todos os itens do questionário sejam analisados quanto à **Clareza de Linguagem, Pertinência e Relevância teórica**.

Clareza de Linguagem: avaliação quanto aos vocábulos utilizados, atentando-se para questões relativas ao acervo linguístico dos professores.

Pertinência: verificar se o item elaborado corresponde fidedignamente à área de pesquisa, ou seja, se corresponde ao que se pretende avaliar de forma clara e sem dubiedades, possibilitando a captação da percepção dos participantes.

Relevância Teórica: analisar se o item apresenta explicitamente contribuições significativas para o campo de estudo em que a pesquisa se insere, colaborando na produção de novos conhecimentos e na proposição de futuros recortes investigativos.

Desse modo, como pode ser visualizado no quadro abaixo, você deverá assinalar, com base nas categorias apresentadas acima, o quanto considera que os itens estão ou não bem formulados.

	Pouquíssima	Pouca	Média	Muita	Muitíssima
Clareza da Linguagem	1	2	3	4	5
Pertinência					
Relevância teórica					

Nesse arquivo, constam as partes do questionário a serem avaliadas. Intencionalmente, submetemos o arquivo na versão compatível com o Word e PDF para que você possa definir a melhor maneira de proceder com a análise. Sugerimos, entretanto, que você imprima esse documento para facilitar o procedimento de avaliação. Caso você prefira, podemos submeter o arquivo por correio. Nesse caso, precisamos que você forneça os dados relativos ao endereço e a pessoa responsável pelo recebimento da carta.

Ao finalizar sua análise, solicitamos, gentilmente, que você devolva esse formulário preenchido se possível até 15/09/2021 para que o pesquisador responsável possa dar início aos procedimentos de validação de conteúdo, que será obtido mediante análises estatísticas. Para tanto, você terá duas opções:

1) **Devolução por e-mail:** para devolver o material eletronicamente, pedimos que as folhas referentes a cada parte do questionário sejam escaneadas e, em seguida, os arquivos submetidos para murilomoretti@gmail.com, com cópia para murilosmoretti@hotmail.com.br.

2) **Devolução por Correio:** como segunda opção, você poderá submeter os formulários por correio, de modo que as despesas relativas à postagem serão cobertas na retirada do envelope junto à agência. Para tanto, enviar o material através do serviço “Sedex a Cobrar”, para o seguinte endereço: Rua Antônio Adriano Bolocenha, 263, Residencial Valência 1, CEP: 19.160-000, Álvares Machado - SP, A/C Murilo Sabbag Moretti.

Mais uma vez, queremos enfatizar nossa satisfação em tê-lo(a) como avaliador(a) do instrumento, especialmente porque sabemos da quantidade de compromissos que você tem. Esperamos que os procedimentos apresentados não sejam abusivos e não demandem esforços excessivos.

Caso você tenha alguma dúvida, por favor, entre em contato através do e-mail ou WhatsApp: (18) 99708-9594. Desde já agradecemos sua contribuição com o nosso trabalho.

Para se caracterizar abuso sexual é necessário que haja uma relação sexual com contato físico, não necessariamente penetração.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Abuso sexual e exploração sexual são sinônimos.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Exploração sexual é caracterizada quando há pagamento em dinheiro em troca do ato sexual.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
A exploração sexual de crianças ocorre com mais frequência nas famílias em situação de pobreza.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Pedofilia é um crime, pois envolve o desejo sexual por crianças, ou seja, corpos com características infantis.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Abordar temas como sexualidade na escola pode tornar crianças hipersexualizadas e favorecer uma situação de abuso sexual.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Crianças frequentemente fantasiam histórias sobre abuso sexual, é inerente ao desenvolvimento da sexualidade.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)

Caso você queira fazer algum comentário sobre os itens analisados, por favor, escreva o número correspondente e, sem seguida, apresente suas sugestões:

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	CLAREZA DE LINGUAGEM	PERTINÊNCIA	RELEVÂNCIA TEÓRICA
No Brasil, a violência psicológica ocorre em quase todas as residências.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
A violência psicológica pode ser mais grave que outras formas de violência que crianças vivenciam.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Rigidez na forma de falar com a criança faz parte da estratégia para educá-la.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
A principal agressora nos casos de violência psicológica é a mãe.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
A violência psicológica contra crianças é caracterizada quando há insultos e grosserias direcionadas de forma intencional.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)

O conceito de <i>bullying</i> envolve o fato de ser uma violência que sempre ocorre entre pares.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Vítimas de <i>bullying</i> nunca assumem papel de agressor.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
No <i>cyberbullying</i> o caráter repetitivo pode não estar envolvido.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)

Caso você queira fazer algum comentário sobre os itens analisados, por favor, escreva o número correspondente e, sem seguida, apresente suas sugestões:

NEGLIGÊNCIA	CLAREZA DE LINGUAGEM	PERTINÊNCIA	RELEVÂNCIA TEÓRICA
A negligência é a forma de violência mais comum praticada contra crianças.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Famílias pobres são mais negligentes.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
A negligência no cuidado de crianças pode ser decorrente de aspectos sociais, como por exemplo, idade e dependência química dos(as) cuidadores(as).	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
A negligência é de difícil definição, pois envolve aspectos culturais, sociais e econômicos.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)

Caso você queira fazer algum comentário sobre os itens analisados, por favor, escreva o número correspondente e, sem seguida, apresente suas sugestões:

ATUAÇÃO DO PROFESSOR E DA ESCOLA	CLAREZA DE LINGUAGEM	PERTINÊNCIA	RELEVÂNCIA TEÓRICA
É papel do professor denunciar às autoridades os casos suspeitos de violência contra crianças, sob pena de multa.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
A escola deve investigar a veracidade dos fatos antes de realizar uma denúncia de violência.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
A denúncia pode ser feita mesmo se houver apenas o relato da criança, sem nenhum outro indício.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Para cada situação de agressão registrada contra crianças, existem outras vinte que permanecem no anonimato.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Quando há suspeita de violência, a escola deve primeiramente chamar os pais para conversar e tentar esclarecer a situação.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Não existem vantagens em denunciar, pois provavelmente nada acontecerá com o agressor.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
A responsabilidade de se envolver nos casos de violência é de assistentes sociais e psicólogos, cabendo aos profissionais de Educação denúncias como evasão escolar e faltas injustificadas.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Conheço o suficiente sobre os problemas relacionados à violência contra crianças.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Sinto-me bem preparado(a) para identificar casos de violência que estejam ocorrendo com meus(minhas) alunos(as).	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Conheço bem o fluxo de encaminhamento dos casos de violência contra crianças.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Como professor(a), posso auxiliar meus(minhas) alunos(as) a se defenderem da violência.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Eu sei como orientar os(as) estudantes e as famílias para combater a violência contra crianças.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Eu acho que as minhas ações como professor(a) podem ajudar muito as crianças vítimas de violência.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Violência escolar é aquela que necessariamente ocorre dentro da escola.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
O trabalho com o desenvolvimento da autonomia moral da criança pode colaborar na prevenção da violência.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Ensinar valores sociomoraes, como justiça, solidariedade, honestidade, respeito, cooperação, cuidado é uma forma de prevenção à violência.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
O conceito de competência trazido pela BNCC está relacionado com a capacidade em mobilizar recursos para solucionar determinado desafio ou situação.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
O clima escolar interfere na qualidade de vida e na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem.	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)
Eu sei como ensinar crianças a reconhecerem situações de violência e	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)	(1)(2)(3)(4)(5)

APÊNDICE C - TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
GESTOR(A) - ENSINO FUNDAMENTAL I**

Título da Pesquisa: “Violência contra crianças e a formação continuada de gestores escolares: uma proposta de intervenção em escolas municipais de Ensino Fundamental I do interior paulista”

Nome do Pesquisador: Ms. Murilo Sabbag Moretti

Nome da Colaboradora: Ms. Selma Alves de Freitas Martin

Nome da Orientadora: Dra. Carmen Lúcia Dias

1. **Natureza da pesquisa:** a(o) sra (sr.) está sendo convidada(o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade desenvolver e avaliar um modelo de intervenção voltado para profissionais da Educação do Ensino Fundamental I que auxilie na prevenção, identificação e encaminhamento de casos de violência contra crianças, tanto no ambiente escolar quanto fora dele.
2. **Participantes da pesquisa:** grupo intervenção formado por articuladores escolares do Ensino Fundamental I das escolas municipais de Presidente Prudente-SP e grupo controle formado por orientadores pedagógicos do Ensino Fundamental I das escolas municipais de Presidente Prudente-SP.
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo a(o) sra(sr) permitirá que o pesquisador aplique um modelo de formação sobre violência contra a criança e colha dados através de um questionário no início e um no final da intervenção, que será realizada em dez sessões quinzenais, no segundo semestre de 2022, com duração aproximada de três horas cada sessão, com exposição de conteúdo teórico sobre o tema pelo pesquisador através de recursos audiovisuais e discussões com os participantes, em local previamente escolhido pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). O questionário a ser aplicado conterá questões acerca do tema. Em um segundo momento, dez articuladores serão convidados a participarem de um grupo focal com o pesquisador onde serão discutidos assuntos pertinentes ao tema da violência contra a criança e a atuação do professor. A(O) sra(sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a(o) sra (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa ou esclarecer dúvidas através do telefonada(o) pesquisador(a) do projeto e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa, que é o órgão que avalia se não há problemas na realização de uma pesquisa com seres humanos. Todas as orientações das autoridades em relação às medidas de prevenção da COVID-19 serão tomadas, inclusive adiamento da intervenção, se necessário.
4. **Riscos e desconforto:** considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de risco, mesmo que mínimo, nesta pesquisa o risco pode ser avaliado como: psicológico, intelectual ou emocional, desconforto, medo, vergonha, estresse e cansaço. A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas e não gera nenhum outro tipo de risco maior. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/2012 e na Resolução CNS nº. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
5. **Assistência em virtude de danos:** no que se refere às complicações e aos danos decorrentes da pesquisa, o pesquisador responsável se compromete a proporcionar assistência imediata, bem como responsabilizar-se pela assistência integral da(o) sra (sr.).
6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente

confidenciais. Somente o pesquisador e sua orientadora terão conhecimento de sua identidade e se comprometem a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.

7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa a(o) sra(sr.) terá como benefício direto uma devolutiva acerca dos resultados encontrados nesta pesquisa por meio de formação na SEDUC, tanto para o grupo intervenção quanto para o grupo caso, e o certificado de participação para o grupo intervenção. Além disso, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a formação de professores acerca do tema da violência contra a criança, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa melhorar a atitude dos participantes em relação a prevenção, reconhecimento e encaminhamento dos casos de violência, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.
8. **Pagamento:** a(o) sra(sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.
9. **Indenização:** caso a sra(sr.) venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação em qualquer fase da pesquisa ou dela decorrente, a(o) sra(sr.) tem o direito a buscar indenização. A questão da indenização não é prerrogativa da Resolução CNS nº. 466/2012 ou da Resolução CNS nº. 510/2016, e sim está prevista no Código Civil (Lei 10.406 de 2002), sobretudo nos Artigos 927 a 954, dos Capítulos I (Da Obrigação de Indenizar) e II (Da Indenização), Título IX (Da Responsabilidade Civil).

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu,

_____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Assinatura da(o) Participante da Pesquisa

Ms. Murilo Sabbag Moretti
Pesquisador e orientando

Mestre e doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNOESTE

Ms. Selma Alves de Freitas Martin
Pesquisadora colaboradora Mestre em Educação

Dra. Carmen Lúcia Dias
Orientadora

Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNOESTE

Pesquisador e orientando: Ms. Murilo Sabbag Moretti

Telefone do orientando: (18) 99708-9594

Endereço do orientando: Rua Antônio Adriano Bolocenha, 263, residencial Valência 1, CEP: 19.160-000 Álvares Machado-SP

E-mail do orientando: murilosmoretti@hotmail.com

Pesquisadora colaboradora: Ms. Selma Alves de Freitas Martin

Telefone da colaboradora: (18) 98818-0453

Endereço da colaboradora: Rua Cyro Bueno, 86, jardim Cinquentenário, CEP: 19.060-560, Presidente Prudente-SP

E-mail da colaboradora: selmamartin_seduc@presidentepudente.sp.gov.br

Orientadora: Dra. Carmen Lúcia Dias

Telefone da orientadora: (18) 3229-2110

Endereço da orientadora: Rua Guanás, 70, apto 151, bairro Montolar, CEP: 17.502-560, Marília-SP

E-mail da orientadora: kkaludias@gmail.com

CEP/UNOESTE - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNOESTE: Coordenadora: Profa. Dra. Aline Duarte Ferreira/ Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Nair Correia Salgado de Azevedo. Endereço do CEP: Coordenadoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (CPDI). UNOESTE - Campus II - Bloco B2 - 1º andar. Rodovia Raposo Tavares, Km 572 - Bairro Limoeiro-Presidente Prudente, SP, Brasil, CEP 19067-175 - Telefone do CEP: (18) 3229-2110 E-mail: cep@unoeste.br - Horário de atendimento do CEP: das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30.